



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA  
MESTRADO EM HISTÓRIA

**ENREDOS DE RESISTÊNCIA DA FAMÍLIA PAIVA:  
VIOLÊNCIA POLÍTICA, SOLIDARIEDADE E AFETUOSIDADE  
(1971 – 2015)**

ANA CRISTINA TEODÓZIO

São Cristóvão  
Sergipe - Brasil  
2020

ANA CRISTINA TEODÓZIO

**ENREDOS DE RESISTÊNCIA DA FAMÍLIA PAIVA:  
VIOLÊNCIA POLÍTICA, SOLIDARIEDADE E AFETUOSIDADE  
(1971 – 2015)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Sergipe, como pré-requisito para obtenção do grau de Mestre em História, na área de concentração Cultura e Sociedade, na linha de pesquisa Relações Sociais e Poder.

Orientadora: Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Célia Costa Cardoso.

São Cristóvão  
Sergipe – Brasil  
2020

**FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA BIBLIOTECA CENTRAL  
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE**

Teodózio, Ana Cristina

T314e      Enredos de resistência da família Paiva: violência política, solidariedade e afetuosidade (1971-2015) / Ana Cristina Teodózio; orientadora Célia Costa Cardoso. – São Cristóvão, SE, 2020.

143 f.: il.

Dissertação (mestrado Profissional em Ensino de História) – Universidade Federal de Sergipe, 2020.

1. História. 2. Ditadura. 3. Violência política. I. Cardoso, Célia Costa, orient. II. Título.

CDU 930

Dedicado a Antônio Teodózio  
(*In memoriam*)

## AGRADECIMENTOS

EBENEZER! - Até aqui nos ajudou o Senhor!

(I Samuel 7.12)

E por essa certeza de que o Senhor Deus em tudo me ajudou, o meu primeiro agradecimento é para Ele, o Senhor da minha vida, o Senhor da minha história.

À minha mãe, Maria Cristina Teodózio, que vivenciou tudo muito de perto, torceu, apoiou, financiou e, em muitos momentos, me orientou, discutiu conceitos, leu cada capítulo, fez sugestões. Minha eterna gratidão!

À minha orientadora, Prof. Dr<sup>a</sup>. Célia Costa Cardoso, pela dedicação, confiança, pelos ensinamentos, apoio, incentivo, obrigada por acreditar e apostar em mim desde a graduação até o presente momento. Mais do que atender à exigência acadêmica, tem sido uma amiga, uma pessoa (intelectual) incrível, por quem tenho admiração, respeito e carinho.

Agradeço aos professores que participaram da banca do exame de qualificação e da defesa, Prof.<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup>. Lucileide Costa Cardoso e Prof. Dr. Claudefranklin Monteiro Santos, pelas contribuições e considerações. Aos professores do PROHIS, em especial ao prof. Dr. Antônio Fernando de Araújo Sá, pelas conversas, livros, textos e indicações.

Aos amigos da turma de mestrado 2018 pelos momentos de debate, troca de experiência e conhecimento.

Aos amigos colhidos durante a jornada acadêmica e estadia em Aracaju – velhos, novos e atemporais (sem nomeações, pois no exercício da recordação e nomeação é quase impossível não cometer injustiças), obrigada pela torcida!

A Josiane, Dr<sup>a</sup> Ana Paula Santana, Maria Aline e Edilene obrigada por termos sonhado junto, por me incentivar, me fazer acreditar que era possível, pelo apoio. Vocês são presentes de Deus na minha vida!

À inesquecível *casa das sete mulheres*. Meninas, amo demais vocês!

E, por fim, mas não menos importante, à origem de tudo, família Teodózio, obrigada pela contribuição ímpar de cada um. Em especial a Nana, pelo apoio de sempre, pela cumplicidade. E a *Teodózio's Junior* pela alegria e hiperatividade.

Obrigada!

*Não importa o que fizeram com você. O que  
importa é o que você faz com aquilo que  
fizeram com você.*

Jean-Paul Sartre

## RESUMO

Mais de quarenta anos após o desaparecimento de seu pai, preso, torturado e assassinado pela ditadura civil-militar brasileira, o escritor Marcelo Rubens Paiva retornou com sua escrita memorialística ao lançar o romance *Ainda estou aqui*. A obra conta a sua história familiar, centrada na mãe, Eunice Paiva, e deixa como legado o trauma gerado pela morte do pai aos leitores de suas memórias. Desse modo, de caráter autobiográfico e publicado em 2015, o romance se constituiu em obra denúncia contra a opressão ditatorial, tornando-se uma arma na luta contra o esquecimento do desaparecimento político e morte do ex-deputado federal Rubens Beyrodt Paiva. Analisar esta obra significou recuperar a memória de um dos períodos mais tensos da história do Brasil, bem como deixar viva a memória de desrespeito aos direitos humanos. A base interpretativa com a qual se trabalhou nesta pesquisa foi a de que a escrita da memória empregada por esse autor assumiu uma função social e moral. Social à medida que fornece subsídios para esclarecimento e compreensão dos fatos de determinado período histórico a partir de um ponto crucial – o desaparecimento de seu pai – contestando a versão oficial. E moral ao realizar aquilo que se entende como uma prestação de contas com a própria consciência, com as ações adotadas por si e por sua família diante da postura antiditatorial assumida. A pesquisa objetivou, assim, compreender a história de luta e resistência dessa família que sofreu a violência política impetrada pelo regime ditatorial, e discutir o uso da autobiografia como lugar de memória, resistência e denúncia. Buscou ainda, analisar as políticas públicas de memória e de reparação aos crimes da ditadura brasileira, utilizando com fonte para o desenvolvimento de suas ideias, os escritos autobiográficos *Ainda estou aqui* (2015) e *Feliz ano velho* (1982), do escritor Marcelo Rubens Paiva; a biografia de *Rubens Paiva* (2013) escrita por Jason Tércio; entrevistas escritas e faladas; matérias de jornais; cópias de processos judiciais e um relatório da Comissão da Verdade do Rio (CEV-Rio).

**PALAVRAS-CHAVE:** Ditadura civil-militar, Memória, (Auto) biografia, Família Paiva, Desaparecimento do corpo.

## **ABSTRACT**

More than forty years after the disappearance of his father, imprisoned, tortured and murdered by the Brazilian civil-military dictatorship, writer Marcelo Rubens Paiva returned with his memorial writing when he launched the novel "I am still here". The work tells his family history, centred on his mother, Eunice Paiva, and leaves as a legacy the trauma of his father's death to the readers of his memoirs. Thus, autobiographical and published in 2015, it was a denunciation of dictatorial oppression and became a weapon in the fight against the forgetfulness of the death and political disappearance of the former federal deputy, Rubens Beyrodt Paiva. Analyzing this work consisted in recovering the memory of one of the most tense periods in the history of Brazil, as well as leaving alive the memory of disrespect for human rights. The interpretative basis with which this research was worked was that the writing of the memory employed by this author assumed a social and moral function. Social, as it provides subsidies for clarifying and understanding the facts of a certain historical period from a crucial point - the disappearance of his father - as opposed to the official version. And moral, by performing what is understood as accountability with one's own conscience, with the actions taken by him and his family before the anti-dictatorial posture assumed. The research aimed, thus, to understand the history of struggle and resistance of this family that suffered the political violence impetrated by the dictatorial regime, and to discuss the use of autobiography as a place of memory, resistance and denunciation. It also sought to analyze the public policies of memory and reparation for the crimes of the Brazilian dictatorship, using as a source for the development of its ideas, the autobiographical writings *Still here* (2015) and *Happy Old Year* (1982), by writer Marcelo Rubens Paiva, the biography of Rubens Paiva (2013) written by Jason Tércio, written and spoken interviews, newspaper articles, copies of court cases and a report of the Truth Commission of Rio (CEV-Rio).

**KEYWORDS:** Civil-military dictatorship, Memory, (Auto) biography, Paiva family, Disappearance of the body.



## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Imagem 1 - Cartaz de procurados pelo Comitê Brasileiro pela Anistia.	47
Imagem 2 - Eunice Paiva representando a sociedade civil nas Diretas Já - 1984.	49
Imagem 3 - Artigo assinado por Eunice Paiva (1983), assessora da Comissão Pró-Índio de São Paulo.	51
Imagem 4 - Participação de Eunice no debate promovido pela Folha “Índio, entre a emancipação e a tutela”.	52
Imagem 5 - Eunice recebe certidão de óbito do marido Rubens Paiva.	61
Imagem 6 - Morte de Rubens Paiva é reconhecida após 25 anos.	62
Imagem 7- Termo de declarações de Edson Medeiros, testemunha das agressões perpetradas pela Ditadura Militar a Rubens Paiva.	84
Imagem 8 - Ocorrência Parte s/nº, datada de 22/01/1971, assinada por Raymundo Ronaldo Campos.	88
Imagem 9 - Família Paiva no Memorial da Resistência de São Paulo, 2011.	101
Imagem 10 - Maria Beatriz Paiva Keller recebeu uma cópia do registro oficial da prisão do pai no DOI-Codi.	105
Imagem 11- Capa do livro Ainda estou aqui (2015).	109
Imagem 12 - Páginas introdutórias do livro Ainda estou aqui (2015).	110
Imagem 13 - Capa do livro Feliz ano velho (1982 / 1ª Edição).	118
Imagem 14 - Capa de algumas edições do livro <i>Feliz ano velho</i> .	119
Imagem 15 - Matéria jornalística intitulada “Terror levou Rubens Paiva, diz o Exército”.	124
Imagem 16 - Primeira foto da família após o desaparecimento de Rubens Paiva, em 1971.	125

## **LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS**

ABI - Associação Brasileira de Imprensa  
AI - Ato Institucional  
ALN – Ação Libertadora Nacional  
ARENA – Aliança Renovadora Nacional  
BPE – Batalhão de Polícia do Exército  
CBA – Comitê Brasileiro pela Anistia  
CDDPH - Conselho dos Direitos da Pessoa Humana  
CEMDP – Comissão Especial de Mortos e Desaparecidos Políticos  
CEV-RJ - Comissão Estadual da Verdade do Rio de Janeiro  
CEV-Rubens Paiva - Comissão Estadual da Verdade de São Paulo – Rubens Paiva  
CISA - Centro de Informação de Segurança da Aeronáutica  
CNV – Comissão Nacional da Verdade  
CODI – Centro de Operações de Defesa Interna  
CPI – Comissão Parlamentar de Inquérito  
DI – Dissidência  
DOI-CODI - Destacamento de Operações de Informações  
DSN - Doutrina de Segurança Nacional  
FGV – Fundação Getúlio Vargas  
FHC – Fernando Henrique Cardoso  
FUNAI – Fundação Nacional do Índio  
IAMA - Instituto de Antropologia e Meio Ambiente  
IBAD – Instituto Brasileiro de Ação Democrática  
IPES - Instituto de Pesquisa e Estudos Sociais  
MDB – Movimento Democrático Brasileiro  
MFPA - Movimento Feminino pela Anistia  
MPF- Ministério Público Federal  
MR-8 – Movimento Revolucionário 8 de Outubro  
OAB - Ordem dos Advogados do Brasil  
PCB - Partido Comunista Brasileiro  
PCdoB – Partido Comunista do Brasil

PIC - Pelotão de Investigação Criminal  
PIN – Plano de Integração Nacional  
PNDH – Programa Nacional de Direitos Humanos  
PSB – Partido Socialista Brasileiro  
PSD – Partido Social Democrático  
PSDB - Partido da Social Democracia Brasileira  
PSL – Partido Social Liberal  
PT – Partido dos Trabalhadores  
PTB - Partido Trabalhista Brasileiro  
SNI – Serviço Nacional de Inteligência  
SPI – Serviço de Proteção ao Índio  
STM - Superior Tribunal Militar  
UDN – União Democrática Nacional  
UEE - União Estadual dos Estudantes  
UFRJ – Universidade Federal do Rio de Janeiro  
UFS – Universidade Federal de Sergipe  
UNE – União Nacional dos Estudantes  
UNICAMP – Universidade Estadual de Campinas  
USP – Universidade de São Paulo  
UTI – Unidade de Terapia Intensiva  
VPR – Vanguarda Popular Revolucionária

## SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	13
I RESSIGNIFICANDO A VIDA: EUNICE PAIVA EM “AINDA ESTOU AQUI”	27
1.1 OS PRIMEIROS PASSOS DE EUNICE PAIVA NA VIDA POLÍTICA	41
1.1.1 PARTICIPAÇÃO NO MOVIMENTO FEMININO PELA ANISTIA (MFPA) E NO MOVIMENTO DAS DIRETAS JÁ	44
1.1.2 MILITÂNCIA NOS DIREITOS HUMANOS	50
1.1.3 ENVOLVIMENTO NA COMISSÃO ESPECIAL DE MORTOS E DESAPARECIDOS POLÍTICOS (CEMDP) E NA COMISSÃO NACIONAL DA VERDADE (CNV)	53
1.2 NOTAS SOBRE EUNICE PAIVA: SÍMBOLO DE LUTA E RESISTÊNCIA POLÍTICA	61
II LUTA, MELANCOLIA E SOLIDARIEDADE: O DESAPARECIMENTO POLÍTICO DE RUBENS PAIVA	67
2.1 TRAJETÓRIA POLÍTICA	72
2.2 POR QUE RUBENS PAIVA FOI CONSIDERADO SUSPEITO?	79
2.3 CENAS DA PRISÃO: TORTURA, MORTE E DESAPARECIMENTO DO CORPO.	80
III O GRITO NARRATIVO DE MARCELO RUBENS PAIVA E A VIOLÊNCIA POLÍTICA DE ESTADO	96
3.1 MEMÓRIA FAMILIAR: MARCAS TRAUMÁTICAS DOS PAIVA	99
3.2 O DEVER DA MEMÓRIA EM “AINDA ESTOU AQUI” (2015) E “FELIZ ANO VELHO” (1982)	108
3.2.1 AINDA ESTOU AQUI (2015)	108

3.2.2 FELIZ ANO VELHO (1982)	117
3.3 PARA NÃO ESQUECER: DENÚNCIAS DO CASO RUBENS PAIVA NA IMPRENSA ESCRITA E FALADA	122
CONSIDERAÇÕES FINAIS	129
REFERÊNCIAS	132
A - FONTE	132
B - BIBLIOGRAFIA	139

## INTRODUÇÃO

Ninguém imagina ser agradável tratar dos crimes da ditadura. Mas isso é uma tarefa que não se pode deixar de lado. Faço-a com disciplina e serenidade. Temos de fazê-la não por qualquer atitude de estar preso ao passado, mas como parte de uma convicção de que aquele passado não pode se repetir. Foi uma época de barbárie, fomos transformados numa terra sem lei, governados por foras da lei, por facínoras e torturadores que se acreditavam senhores da vida e da morte. Passo a passo, vamos revelando o que foi aquela época de terror e de sombras, e revelando-a, vamos dando consciência às novas gerações, e creio que até mesmo a parte das antigas gerações, de que ditadura nunca, nunca mais<sup>1</sup>.

A epígrafe acima foi extraída da obra do escritor e jornalista Emiliano José, *Galeria F: Lembranças do Mar Cinzento: quarta parte: golpe, tortura, verdade*, que viveu esse período ditatorial e buscou recuperar parte da memória oposicionista, assumindo um compromisso com a verdade dos fatos e contribuindo para a memória histórica do país. Assim como Emiliano José, diversos outros autores se propuseram a escrever a história desse período, com perspectivas e finalidades diversas. Esses escritos geraram o que hoje comumente ousou se chamar de “boom memorialístico”.

De acordo com a historiadora Lucileide Costa Cardoso (2012), esse “boom memorialístico”, em sua primeira fase, aconteceu durante o final dos anos de 1970 e início dos anos 80, e foi resultado de “uma proliferação de memórias e depoimentos de militares, políticos, civis e militantes que são expressões ‘vivas’ dos problemas enfrentados nos anos difíceis da ditadura”. Desse modo, o “boom memorialístico” teve seu apogeu na década de 1980, no processo de abertura política implementado pelo presidente João Baptista Figueiredo, tendo sido parte de um projeto maior de distensão do regime, desenvolvido pelo general Golbery do Couto e Silva, através do Plano Mestre. Outros surtos memorialísticos foram surgindo durante as efemérides do golpe civil-militar de 64. Como exemplo, destacamos as rememorações dos 30 anos do golpe ocorridas em 1994, em 2004 e em 2014, com políticas direcionadas ao reconhecimento pelo Estado dos seus crimes, ao pagamento das indenizações às vítimas e à instauração da Comissão Nacional da Verdade (CNV).

Na mesma perspectiva, Renato Franco (2003), ao investigar as produções literárias do período, destacou que elas foram marcadas por um viés de lutas políticas, principalmente as que tiveram início na década de 1970, fato que pode ser exemplificado no romance ficcional do ex-militante e preso político Renato Tapajós,

---

<sup>1</sup> JOSÉ, Emiliano. *Galeria F: Lembranças do Mar Cinzento: quarta parte: golpe, tortura, verdade*. São Paulo: Editora Caros Amigos, 2012, p.19.

Ao estilo memorialístico da obra *Em Câmara Lenta*, lançada em 1977, pela editora Alfa-Omega, Renato Franco (2003) atribuiu a denominação de “cultura da derrota”, pois representava os impasses do escritor “que não sabia decidir se era mais necessário escrever ou fazer política”. A partir do governo Ernesto Geisel, com o desmantelamento das guerrilhas urbanas e rurais, instaurou-se a política de “distensão, lenta, gradual e segura”, fundamentada na necessidade de se estabelecer diálogos com a oposição mais moderada. Foi nesse contexto que surgiu uma produção literária específica, que se propôs a responder às exigências do momento, denominada de “romances reportagens” ou “romance de denúncia”. Os autores dessas obras almejavam denunciar as atrocidades cometidas pelos militares, como prisões ilegais, assassinatos, torturas e sequestros, e, ao mesmo tempo, narravam sobre os acontecidos políticos da época, em contraposição à versão oficial dos fatos.

Desse surto memorialístico emergiram, assim, “as primeiras descrições detalhadas sobre a ditadura civil-militar<sup>2</sup> no Brasil”. As obras se tornaram abundantes e variadas, nos seus mais significativos matizes, tecendo diferentes leituras (e releituras) de um pensamento plural dos acontecimentos da época (CARDOSO, b. 1994, p.179). Conhecidos popularmente, como “a geração da repressão”, os narradores constituíram uma literatura de testemunho: escritos compostos de testemunho de ex-militantes revolucionários, que resolveram relatar suas experiências de prisão e tortura.

Em 2014 (re) surge novo surto memorialístico, influenciado pela rememoração dos 50 anos da ditadura civil-militar brasileira. Essas obras têm ocupado as prateleiras das livrarias, com um vasto acervo de narrativas testemunhais, entre elas biografias e autobiografias, produzidas a partir de entrevistas orais, depoimentos, memórias fragmentadas e documentos históricos. É no centro desse advento rememorativo que localizamos nosso objeto de pesquisa, de caráter autobiográfico, a obra *Ainda estou aqui* (2015), do escritor Marcelo Rubens Paiva, que também é jornalista, dramaturgo, roteirista e colunista do jornal *O Estado de São Paulo*. Ele trabalha na imprensa como cronista do mundo contemporâneo e tem mais de 15 livros publicados. Entre eles *Feliz Ano Velho*, sua primeira obra literária,

---

<sup>2</sup> Compreendemos o termo “ditadura civil-militar” a partir da análise feita por Denise Rollemberg, que o utiliza para descrever não apenas o golpe de 1964, mas também o regime vivido entre 1964 e 1985, resultado de um conluio das Forças Armadas com a participação de parte da sociedade civil na ditadura: Igreja, grupos de empresários e meios de comunicação. Expor o aspecto civil da ditadura militar brasileira revela que “as ditaduras e os regimes autoritários não se sustentam exclusivamente por meio da repressão. São produtos da própria sociedade e, portanto, não lhe são estranhos. Legitimam-se em expressivos segmentos sociais. Ou, ainda, se sustentam na zona cinzenta, no espaço entre apoio e oposição, o lugar no qual é possível atuar nos dois sentidos”. Ver mais em: ROLLEMBERG, Denise; QUADRAT, Samantha (org.). *A construção social dos regimes autoritários: Brasil e América Latina*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011. Pág. 130.

publicada em 1982, que ganhou o público leitor da década de 80, bateu recorde de vendas e se tornou *best-seller*, sendo traduzido para muitos idiomas com mais de duzentas edições. O livro virou peça de teatro e filme. Foi também sua chave para entrar no mundo literário e ser consagrado escritor. Escrita após o acidente que o deixou tetraplégico, a autobiografia, que não tinha pretensões de ser literatura, ganhou o público jovem da época e os bancos das escolas, por ter uma linguagem coloquial. Não há uma conta precisa, mas acredita-se que só no Brasil superou em muito os 700 mil exemplares vendidos. Nos quatro primeiros anos de lançamento, liderou a lista dos mais vendidos. Foi traduzido para o inglês, espanhol e tcheco, entre outros idiomas; tornou-se *best-seller*. Concedeu a Marcelo vários títulos. Em 2015, foi reeditado pela editora Objetiva e não foi mudada uma única palavra.

*Feliz ano velho* tem um duplo caráter de resistência: resistência ao acidente e sua situação de deficiente e resistência à ditadura civil-militar, a qual vivia o país e foi responsável pelo desaparecimento de seu pai.

Seguindo este mesmo caráter de resistência, *Ainda estou aqui* é a sua segunda autobiografia. Uma obra construída a partir de suas experiências pessoais, da memória familiar e amparada em um vasto acervo de fontes. A escrita tem uma linguagem coloquial. É uma literatura popular e sofisticada ao mesmo tempo, sem ser superficial, mas que também não é muito rebuscada. Ligada à linguagem jornalística, à linguagem de televisão e de cinema, que fazem parte da escola do autor. Foge de sentimentalismos piegas e situações que são críticas, procurando abordar o assunto com uma verdade cruel e simples.<sup>3</sup> Torna-se mais significativa por trazer o relato, a partir de uma visão de dentro do trauma, de um acontecimento de repercussão nacional e internacional, o desaparecimento do seu pai, que fez emergir a história de sua mãe, transformada após as interferências políticas que envolveram os membros da família Paiva.

No intervalo de 1982 a 2015, Marcelo Paiva fez pesquisas em relação ao período para a sua tese de mestrado que acabou resultando no livro *Não és tu Brasil* (1996), que aborda a Guerrilha do Vale do Ribeira, um dos mais marcantes episódios da luta armada brasileira durante a ditadura, ocorrida entre 1969 e 1970, na região sul do estado de São Paulo. Ela contou com um dos principais líderes da esquerda na época, Carlos Lamarca, que comandou um grupo de oito guerrilheiros da Vanguarda Popular Revolucionária (VPR) e conseguiu escapar do cerco de mais de mil e quinhentos homens das Forças Armadas.

---

<sup>3</sup> TV ESTADÃO. Entrevista com Marcelo Rubens Paiva. *Youtube*. João Paulo Carvalho. 01 de dez de 2016. Categoria Notícia e Política. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=TiWH7Rqiis8>. Acesso: 15 out. 2019.



Coincidentemente, ocorreu na mesma região da fazenda do seu avô Paiva, na cidade de Eldorado Paulista, onde passava as férias de infância e adolescência. No entanto, ele afirma: “não havia nenhuma relação do Lamarca com os Paiva. Foi essa coincidência que me fez escrever esse livro”<sup>4</sup>. Mesclando ficção e o fato real desse episódio, Marcelo Paiva aliou pesquisas de documentos oficiais a entrevistas com personagens envolvidos. Em *Não és tu, Brasil*, ele desafia tabus ideológicos para registrar um momento em que o combate à “subversão” estava entregue a agentes paramilitares, por meio da concessão de carta branca aos torturadores, que passaram a exercer uma espécie de poder paralelo no país, e do qual seu pai, o deputado Rubens Paiva, foi notória vítima. Marcelo Rubens Paiva dedicou sua vida profissional à literatura, ao teatro e ao cinema. Ao todo contabiliza um acervo de mais de 15 obras literárias publicadas, entre essas as obras aqui mencionadas.

Após um longo período dedicado ao romance de ficção, Marcelo Paiva retorna com a sua segunda autobiografia *Ainda estou aqui* (2015), resultado de uma necessidade de contar fatos novos que foram sendo revelados depois de ter escrito *Feliz ano velho* (1982).

Eu senti que não tinha contado tudo, eu senti que tinha muita coisa que eu precisava retomar em relação a minha vida, em relação à vida da minha família, principalmente em relação à vida da minha mãe. Porque a pessoa que deveria escrever esse livro, contando a história do desaparecimento do Rubens Paiva seria minha mãe e ela começou a apresentar os sintomas do Alzheimer e começou a perder a memória<sup>5</sup>.

Desse modo, analisar a produção (auto) biográfica de Marcelo Paiva consistiu em dar voz à denúncia do caso, bem como mostrar a importância de suas obras, que são capazes de atingir um público jovem que não vivenciou as agruras provocadas pela falta de liberdade, pela censura e pelas agressões físicas e psicológicas.

Todavia, a obra de Marcelo Rubens Paiva tem uma complexidade muito maior em relação às memórias meramente (auto) biográficas. Essa complexidade se estende à maneira como ele traz em suas narrativas a fala de si e a memória de seus pais, ou seja, o que acreditamos ser uma “pós-memória”. Pois, ao escrever sobre a morte e desaparecimento do corpo do pai, e, anos depois, a luta da mãe em busca desse corpo desaparecido, também fala de si, ao vivenciar esses acontecimentos. Portanto, pensar o conceito de memória e pós-memória nas autobiografias do Marcelo Rubens Paiva é perceber a importância da literatura

---

<sup>4</sup> Dráuzio Varella entrevista com Marcelo Rubens Paiva. Set. 2015. *Youtube*. Dráuzio Varella. Categoria Ciência e Tecnologia. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=d62Q5liYNyI>. Acesso em: 15 de out. 2019.

<sup>5</sup> Idem.

como meio ou metodologia capaz de produzir valores humanitários em determinados grupos ou meios sociais e contribuir para que estes venham a se propagar, gerando menos injustiça, a fim de prevenir para que episódios trágicos não aconteçam “nunca mais”.<sup>6</sup>

Para melhor compreender a concepção do termo, se recorre ao conceito elaborado por Marianne Hirsch (1997), que o designou como “a memória da geração seguinte àquela que sofreu ou protagonizou os acontecimentos (quer dizer: a pós-memória seria a ‘memória’ dos filhos sobre a memória dos pais)”. O termo foi empregado para descrever o caso dos filhos que fizeram parte da segunda geração de vítimas do Holocausto, que buscaram reconstituir as experiências dos seus pais, apoiados na memória deles, mas não só nelas. O termo pós-memória se estendeu às vítimas da ditadura na Argentina e, indiretamente, é formado por eventos traumáticos que aconteceram no passado como: *Shoah*, *Abu Ghraib*, *Ditaduras Latino-Americanas* (SARLO, 2007, p. 91).

Ele busca entender essa relação complexa que ora parece partir de um julgamento, ora de uma justificativa (paterno/materno), sem, contudo, deixar escapar as interrogações que se abrem e ali permanecem, pois não há quem as responda ou, simplesmente, não há respostas. Tendo em vista que é consequência do modo como a ditadura administrou os assassinatos e os desaparecimentos. Portanto, entender que:

O que o memorialista quer compreender é a sua trajetória pessoal vivida num certo momento situado no passado. Embora seja o memorizador, a narrativa que produz não é exclusivamente sua, pois o que o memorialista oferece ao leitor é uma representação dos outros e do mundo que o cerca, sendo, às vezes, a sua própria história (CARDOSO, b, 2012, p. 30).

A tese pautada aqui diz respeito à forma como a autobiografia representa “uma espécie particular de memórias; aquela em que o autor, narrando às recordações de sua própria vida, procura compreendê-la como um todo significativo” (CARDOSO, b, 2012, p. 30).

Para melhor compreender esse gênero autobiográfico recorreremos à obra de Philippe Lejeune, em *El pacto autobiográfico*<sup>7</sup>, que aponta para os problemas teóricos da autobiografia, versa sobre suas possíveis definições, e revela a complexidade desse gênero. Para esse autor, a definição mais plausível é a de um “relato retrospectivo em prosa que una

<sup>6</sup> Segundo Beatriz Sarlo (2007, p. 20), a ideia do “nunca mais” se sustenta no fato de que sabemos a que nos referimos quando desejamos que isso não se repita.

<sup>7</sup> LEJEUNE, Philippe. *Le pacte autobiographique*. Paris, Seuil, 1975, pp.13-46. In: DOBARRO, Ángel Nogueira. *El pacto autobiográfico*. Anthropos, Barcelona, 1991, pp. 47-61. Trad. De Ángel G. Loureiro.

persona real hace de su propia existencia, poniendo énfasis en su vida individual y, en particular, en la historia de su personalidad”. E, nesse relato “é necessário que a identidade do *autor*, do *narrador* e do *personagem* coincida”, na maior parte dos casos a identidade do autor- narrador é marcada pelo emprego da primeira pessoa. O gênero biográfico se entende, também, como a descrição de fatos reais ou verdadeiros da vida de um indivíduo, entretanto a identidade do autor não coincide com a identidade do narrador (LEJEUNE, 1991, p. 48).

Segundo Verena Alberti

A ênfase na biografia, na trajetória do indivíduo, na experiência concreta, faz sentido porque a biografia mostra o que é potencialmente possível em dada sociedade ou grupo. Acredita-se que as biografias ilustram formas típicas de comportamento e concentra todas as características do grupo; mesmo as desviantes mostram o que é estrutural e estatisticamente próprio ao grupo - elas permitem identificar as possibilidades latentes da cultura e deduzir “em negativo” o que seria mais frequente (ALBERTI, 2000, p. 03).

O desenvolvimento do gênero biográfico, no final do século XVIII, correspondeu à descoberta do valor do indivíduo (que se explica por sua história e, em particular, por sua gênese) e o seu retorno na historiografia passou a ser entendido não mais como método, mas como objeto da história, como “lugar de memória”, da mesma maneira que os documentos, os monumentos, os arquivos, os símbolos e as comemorações, ou seja, lugares onde a memória nacional se fixou (NORA, 1984).

Portanto, essa pesquisa parte da compreensão de que a autobiografia constitui lugar de memória, pois “(...) escrever é também uma forma de dar túmulo aos mortos, para que não sejam esquecidos” (SELIGMANN-SILVA, 2003, p. 55). Daí a importância de a primeira pessoa ser evocada pelo memorialista não apenas para firmar o pacto de veracidade com o leitor, mas para restituir aquilo que foi apagado pela violência do terrorismo de Estado.

Segundo o historiador Carlos Fico

Tal memorialística, para o historiador de hoje, constitui-se, um só tempo, em fonte e objeto da história do regime militar, pois se ela descreve o período e suas mazelas – sendo fonte –, igualmente fornece suas interpretações necessariamente parciais – possíveis, portanto, de análise histórica [...]. De modo que a história da ditadura militar também pode ser contada como sendo a história da luta pela constituição da memória (FICO, 2001, p. 170-171).

Assim, seria possível, através da reconstrução das trajetórias de vida de determinados personagens, preencher lacunas ou esclarecer alguns aspectos deixados pela documentação,

como afirmou Le Goff “a biografia é, um complemento indispensável da análise das estruturas sociais e dos comportamentos coletivos” (BORGES, 2008, p. 209).

Compreende-se, nessa pesquisa, que as escritas autobiográficas, enquanto relatos de memória são elaborações do passado a partir das vivências do presente. Esses são formados por representações, que são passíveis de manipulação de acordo com as subjetividades dos seus autores, da relação que estes mantêm ou mantinham com seu passado e “da correlação de forças e interesses das classes num determinado momento histórico” (CARDOSO, b, 2012, p. 17). Portanto, empreender análise sobre uma literatura autobiográfica é percebê-la também como lugar de embate político, ideológico e de resistência.

Compreendemos a obra a partir do cruzamento entre uma autobiografia, biografia e memória, por isso, em alguns momentos, para denominar essa ideia de cruzamento se utilizará o termo (auto) biografia.

Pois, acredita-se que Marcelo Paiva, através de sua produção (auto) biográfica, ofereceu aos seus leitores, em *Ainda estou aqui*, a representação de uma mãe que resistiu, sem se entregar às aflições pelas perdas sofridas, aos momentos tensos e sombrios que recaíram sobre sua família, e soube constituir um novo sentido, ressignificando as suas vidas.

Dáí o motivo de uma das linhas interpretativas adotadas nesta pesquisa ser a de que a escrita da memória empregada por este autor – Marcelo Rubens Paiva – assumiu uma função social e moral. Social, à medida que forneceu subsídios para esclarecimentos e compreensão dos fatos de determinado período histórico a partir de um ponto crucial – o desaparecimento de seu pai – contrapondo-se à versão oficial. E moral, ao realizar aquilo que se entende por prestação de contas com a própria consciência, um balanço das ações adotadas por si e por sua família diante da postura antiditatorial assumida.

Neste sentido, é importante pensar o papel das subjetividades como um dos elementos que se destacam na construção das narrativas, já que o olhar que o autobiógrafo lança em relação ao passado tende a ser compartilhado; bem como os sentimentos suscitados ao se rememorar, visto que ajudam no momento da escrita, quando se busca selecionar, organizar episódios e dar explicações, fornecendo sempre uma impressão de coerência ao que foi vivenciado (REIS, 2015). Outro fator a considerar diz respeito ao modo como as narrativas autobiográficas fazem parte da memória de um grupo, refletindo e criando identidades para compor uma memória social de uma época. Para Lucileide Cardoso, “torna-se essencial para o historiador, hoje, refletir sobre a relação entre memória e história, tanto pela identificação que existiu (e existe), em maior ou menor grau, entre ambas, como pelas relações complexas

que envolvem a história e a memória nos processos de construção de identidade” (CARDOSO, b. 2012, p. 29).

É importante respeitar as diferenças conceituais entre história e memória, sem deixar de considerar que são tensas e complexas as suas relações. Da mesma forma, pensar essas memórias não somente como fontes, mas também como objetos de estudo que indicam a forma como o presente e o passado se relacionam e se (re) constroem. A proposta aqui apresentada buscou refletir sobre a importância da recuperação e manutenção de uma memória individual, que traz elementos de uma memória familiar, e que serve para se combater o esquecimento<sup>8</sup>.

Como foi dito, a análise das memórias requer compreensão das subjetividades existentes no contexto em que elas foram construídas, como também depende do lugar de reflexão do seu passado definido pelo escritor. Em termos metodológicos, as memórias não podem ser tomadas como detentoras de uma “verdade” absoluta, mas sim gerenciadas e aferidas do ponto de vista do seu valor histórico, sempre respeitando a construção dada por seu autor (BORGES, 2008, p. 227). Cabe, ainda, destacar que as representações e subjetividades nelas contidas não reduzem a sua importância para o conhecimento histórico, visto que:

Uma vez conhecidas as condições de produção de uma autobiografia e, principalmente, o quadro social de sua constituição, passa-se, então, a analisá-la como expressão da intenção de dar determinada imagem de si a certo público ou a determinada pessoa em particular. Só a partir daí se pode compreender a lógica dada pelo narrador ao desenrolar de fatos individuais, bem como o princípio de sua seleção: as zonas de sombras e de luz, a saliência de certos pontos da existência julgados fortes, e o esquecimento de certos outros considerados pouco lisonjeiros ou secundários (PEREIRA, 1999, p. 126).

Desse modo, a escrita da história “não reproduz o real, mas o recria, o interpreta”, a partir das fontes e documentos (WHITE, 1994). Considera-se que toda História é uma construção, resultante de quem a escreve, do seu tempo e espaço, marcada por instituições e

---

<sup>8</sup> Essa pesquisa dialogou história e memória com o sociólogo Maurice Halbwachs. *A memória coletiva*. São Paulo: Vértice, 1990; O filósofo Paul Ricoeur. *A memória, a história e o esquecimento*. Campinas, SP: Editora Unicamp, 2007; O historiador Pierre Nora. *Entre a memória e a história: a problemática dos lugares*. Projeto História. São Paulo, n. 10, 1993; Michael Pollack. *Memória, Esquecimento e Silêncio*. Revista Estudos Históricos, vol. 2, nº 3. Rio de Janeiro: FGV, 1989; Márcio Seligmann-Silva. *História, Memória, Literatura: o testemunho na Era das Catástrofes*. São Paulo: Editora da UNICAMP, 2003.

grupos (BORGES, 2008). Para isto, foi necessário ir além do âmbito descritivo das experiências dos sujeitos e caminhar através do aguçamento de um olhar analítico.

Analisar a autobiografia *Ainda estou aqui* significou recuperar a história de uma mãe, uma mulher comum, dona de casa, que não tinha nenhum envolvimento político, mas que o contexto histórico levou para a militância, ou seja, para atuar no meio político após sua família ser atingida pelo regime civil-militar de 1964. A sua participação constituiu, por si mesma, em um ato social e moral, no sentido de inserir a atuação feminina em uma visão de mundo mais ampla, balizada por um conjunto de valores sociais e políticos, que recuperou plenamente o sentido de sua luta. Recuperar essa história é dar visibilidade a indivíduos anônimos, que foram participantes de um processo importante da história do Brasil e reconhecê-los como sujeitos históricos.

Assim, essa pesquisa veio contribuir para o entendimento do período da década de 1970 no Brasil, como um período que oscilou entre endurecimento e liberalização política de um regime que atropelava os seus opositores em nome da defesa de um projeto de Brasil Grande. Acredita-se, portanto, que é possível compreender diversos contextos devido à variedade de áreas da História que se cruzam ou mesmo se confundem em um estudo memorialístico, tornando a discussão sobre testemunhos, geração, família e gênero de grande interesse para quem busca entender uma vida individual.

Para a produção dessa pesquisa, percebeu-se, ainda, que a bibliografia específica sobre o desaparecimento de Rubens Paiva, apesar de extensa, encontrava-se bastante fragmentada e sem muita informação sobre a sua esposa, com exceção de uma tese de mestrado, defendida na FGV, em 2016. Aliada a esse interesse pela história de gênero nas memórias de Marcelo, juntou-se uma conjuntura favorável, fomentada por uma política de reparação e pedido de perdão aos familiares das vítimas por parte do Estado brasileiro. O acesso aos acervos foi viabilizado, inclusive, via *internet*, onde havia uma boa disponibilidade das fontes históricas, de modo que se recorreu ao Projeto Brasil Nunca Mais (1985), ao “Dossiê da Comissão de Familiares de Mortos e Desaparecidos” (1995), ao livro da Secretaria de Direitos Humanos “Direito à Memória e à Verdade” (2007), ao relatório final da Comissão Nacional da Verdade (CNV, 2014), Comissão Estadual da Verdade – Rio de Janeiro (CEV-Rio), Comissão Estadual da Verdade – Rubens Paiva (São Paulo) e, por último, a entrevistas e depoimentos publicados na imprensa falada e escrita. Assim, muitos dos documentos selecionados foram compilados durante a instauração da “justiça de transição”, trazendo novidades e algumas releituras sobre o caso, além de alguns terem sido produzidos por entidades que fizeram denúncia aos crimes cometidos pelo Estado.

Um dos trabalhos julgados relevantes, analisado até o momento, foi o artigo *Eunice Paiva: uma Antígona brasileira na defesa dos direitos humanos para além da finda-linha* (2018), parte de um trabalho em andamento da doutoranda em Psicologia Clínica pela USP, Mariana Rodrigues Festucci Ferreira, que trabalha a melancolia, a condição do melancólico e o seu modo de se estruturar psiquicamente na sociedade, a partir da leitura da expressão melancólica nas obras do pintor Edvard Munch. Artista que foi marcado por perdas e que via a vida como uma terra de Canaã, uma promessa de felicidade impossível de ser apreendida, um solo sagrado no qual ele se sentia impedido de pisar. E foi esse estado de alma, uma dor de existir elevada à máxima potência, que expressou em seus quadros.

No referido artigo, a construção da memória de Eunice Paiva é inspirada no mito de Antígona, oriundo da obra escrita por Sófocles, cuja heroína é impedida de enterrar o irmão Polinices por determinação do rei Creonte. Mesmo sabendo que sobre ela incidiria a pena capital, Antígona levou a cabo o desejo de prestar as honras fúnebres ao irmão e, com isso, acabou sendo trancada viva em uma caverna. Para Antígona não restara alternativa diante da determinação da lei, uma vez que deixar o corpo do irmão a céu aberto seria negar-lhe a irmandade que estava para além dos laços sanguíneos – determinada pela dignidade humana. Não enterrar o irmão era negar a humanidade dele e, por conseguinte, a sua própria; por isso é que, com o seu ato para além da lei, ela sustentou o que a lei deixara descoberto. Nesse sentido, é possível associar a ênfase da militância de Eunice Paiva em favor da dignidade humana para além do que fora determinado pelas leis constitucionais do Estado brasileiro no período histórico que compreende da ditadura civil-militar à redemocratização (de 1964 aos dias atuais).

Assim, a relação de Eunice Paiva com o mito Antígona estrutura a relevância de Eunice como personagem histórica, da sua coragem em enfrentar a lei quando feria a dignidade humana, e de todos os desafios que enfrentou para reconstruir uma vida que não fosse definida exclusivamente em função da tragédia de ter perdido o marido de maneira brutal. Nesse trabalho, ela nos é apresentada como uma mulher de coragem e ousadia desmedida, que diante de situações aparentemente sem solução soube ir além da finda-linha. Apresenta-se, ainda, que o poder do Estado não é mais soberano que a dignidade humana, e que a história recente do Brasil provou o quanto pode ir além uma mulher com o senso de justiça de Antígona. Ferreira trouxe a dimensão do mito inspirada na estratégia de “reimaginação” para ampliar o alcance da construção da memória de Eunice Paiva para além da figura de viúva da ditadura.

A dissertação de mestrado de Juliana Schwartz Dal Piva (2016), *A construção da busca por Rubens Paiva: Um estudo de caso nas investigações sobre o desaparecimento do parlamentar*, analisou as investigações empreendidas sobre o desaparecimento do deputado federal Rubens Paiva entre 1971 e 2014, para tentar compreender a trajetória que levou a 2ª Turma Especializada do Tribunal Regional Federal a reconhecer que o caso configurava um crime de lesa-humanidade – decisão até então inédita no Judiciário brasileiro. A pesquisa incorporou a análise de alguns períodos específicos da luta de Eunice Paiva no Conselho dos Direitos da Pessoa Humana (CDDPH) e na busca por responsabilizar o Estado pelo desaparecimento do seu marido. A análise sobre os procedimentos do caso Rubens Paiva permitiu encontrar representações dos paradoxos com os quais as vítimas de violações de direitos humanos foram tratadas em contextos distintos desde o regime militar, exemplificando os ciclos dessa luta.

Diferentemente desses estudos citados, nosso objeto de pesquisa liga-se à ciência histórica, com o intuito de recuperar a trajetória de uma mulher como sujeito histórico, protagonista de uma luta importante da história do país. Assim, vamos analisar a trajetória de vida de Eunice Paiva a partir de cinco momentos importantes de inserção na história política: A militância ativada a partir da busca pelo corpo do esposo e da desconfiança em relação à versão oficial apresentada pelas instituições repressivas, o envolvimento político na Campanha da Anistia e no Movimento Feminino pela Anistia (MFPA), a participação em defesa do Movimento pelas Diretas Já, a luta em defesa dos direitos humanos a partir da questão indígena, o envolvimento e a participação na Comissão dos Mortos e Desaparecidos e na Comissão Nacional da Verdade (CNV). Para isso, a pesquisa se apropriou de um método analítico, visando a discutir o contexto histórico, o indivíduo nele inserido, o seu contexto social, as atitudes por ele exercidas que permitiram alterar o seu cenário e, por fim, as práticas desviantes ou não que permitiram ao indivíduo sobressair.

Para Pierre Bourdieu, não podemos compreender uma trajetória,

Sem que tenhamos previamente construído os estados sucessivos do campo no qual ela se desenrolou e, logo, o conjunto de relações objetivas que uniram o agente considerado – pelo menos em certo número de estados pertinentes – ao conjunto de outros agentes envolvidos no mesmo campo e confrontados com o mesmo espaço dos possíveis (BOURDIEU, 1998, p. 190).

Desta feita, estendemos o significado de trajetória à vivência de alguns dos membros da família Paiva em alguns períodos que compreendem determinados momentos entre os anos de 1971 a 2015.



Na confecção deste trabalho, foi necessária, ainda, a análise do conceito de resistência. A cultura de resistência no Brasil iniciou-se a partir da política de controle da liberdade, desenvolvida por regimes de viés autoritário e excludente. De acordo com o nosso objeto de pesquisa, destacamos, aqui, a ditadura civil-militar de 1964, principalmente após a instauração dos Atos Institucionais, que fizeram emergir movimentos de resistência, que partiram de diversos grupos sociais liderados por estudantes, intelectuais e políticos contrários ao regime. Outros grupos, como de intelectuais e artistas, encontraram na literatura e na música formas distintas de resistência, passando a se utilizar dos espaços dos livros e dos palcos com o objetivo de conscientizar e gerar indignação, no sentido de que se criasse um clima de revolução ou um desejo pela mudança do cenário político na população. Assim, a resistência da esquerda somada aos movimentos sociais foi o maior desafio que a ditadura encontrou.

O termo “resistência” foi pensado aproximadamente entre 1930 e 1950, e se deu como uma resposta para combater o fascismo e o nazismo, por intelectuais da época. Para Bosi (2002), resistência é um conceito ético, uma força que resiste a outra, exterior ao sujeito, que quando conjugada à narrativa se realiza de duas maneiras, através da resistência que se dá como tema, e através da resistência como processo inerente à escrita. Tornou-se um termo excepcional em um tempo de união de forças populares e intelectuais progressistas “[...] que perdurou na memória dos narradores do imediato pós-guerra, e que produziu o cerne da chamada literatura de resistência” (BOSI, 2002, p. 125). Portanto, a literatura, ao abordar a repressão, a tortura e o silenciamento do período ditatorial, exerce uma forma de resistência.

O marco temporal da pesquisa ficou compreendido entre os anos de 1971 e 2015. Por abranger um período longo, optou-se, contudo, em não seguir uma trajetória linear, dando ênfase a alguns períodos específicos ligados à proposta inicial de recuperar a trajetória de Eunice Paiva. O marco inicial tem significado tanto na história do autobiografado quanto na sociedade em que ele vive, pois o ano de 1971 foi o ano em que ocorreu à prisão de seus pais, e também correspondeu ao período de maior repressão política no país, onde as bases da sociedade tinham sido alteradas em virtude da política de combate aos grupos terroristas. A data limite do término marca o ano de publicação da obra autobiográfica – *Ainda estou aqui*, bem como representa um momento importante para a história do país, devido à publicação dos resultados da pesquisa da Comissão Nacional da Verdade (CNV) e da Comissão da Verdade do Rio (CEV-Rio) 2012-2014, que significou o fim de um período de silêncio e “um

passo [adiante] na recuperação da verdade e da memória histórica, para que crimes como aqueles nunca mais voltem a acontecer”<sup>9</sup>.

Buscou-se recuperar alguns relatos e memórias divulgados nos meios de comunicação, com o intuito de ampliar o olhar e problematizar tais memórias. Desse modo, recorreu-se, também, a alguns trechos de depoimentos e entrevistas extraídos das pesquisas de Juliana Dal Piva (2016).

Adotou-se a autobiografia “não somente como uma revisão da biografia individual, mas enquanto exercício de explicação histórica” (CARDOSO. b, 2012). Posteriormente, foi feita uma análise crítica, procurando reconhecer as várias manifestações de um determinado fenômeno, estabelecendo as concordâncias e/ou discordâncias e tornando explícitas as possíveis lacunas, ao invés de simplesmente preenchê-las com inferências, deduções e boa dose de imaginação (PEREIRA, 1999, p. 121). Nosso intuito, ao estudar a autobiografia de Marcelo Rubens Paiva, foi trilhar o caminho da militância de Eunice Paiva na busca por descobrir o paradeiro do marido, na defesa dos direitos humanos e na causa indígena.

Esse trabalho se estrutura em três capítulos: o primeiro – *RESSIGNIFICANDO A VIDA: EUNICE PAIVA EM “AINDA ESTOU AQUI”*, trata de um breve levantamento da trajetória da vida de Eunice Paiva, desenvolvido a partir de relatos e depoimentos de familiares e amigos. O intuito foi refletir sobre a figura dessa mulher que durante anos empreendeu diversas ações independentes na busca por saber o que aconteceu ao seu marido, sem nunca deixar de cobrar do Estado a responsabilidade sobre o seu desaparecimento. Desse modo, a pesquisa procurou traçar sua trajetória de vida, situando-a no contexto social da época, destacando o árduo caminho que ela trilhou para sozinha criar seus cinco filhos e ressignificar a sua vida. Deu-se importância a sua militância nas causas indígenas e às lutas e persistência em querer encontrar o marido, que a tornaram símbolo da luta contra a ditadura e protagonista do movimento por buscas dos desaparecidos. Portanto, a história de Eunice situa-se num contexto geral de muitas mulheres perseguidas e que sofreram as agruras de um regime autoritário.

No segundo capítulo – *LUTA, MELANCOLIA E SOLIDARIEDADE: O DESAPARECIMENTO POLÍTICO DE RUBENS PAIVA*, investigou-se o caso Rubens Paiva sob um novo olhar, o da narrativa de seu filho. Buscou-se, assim, compreender os períodos anteriores a sua prisão, o seu modo de vida cotidiana, a relação familiar e, por fim, a sua

---

<sup>9</sup> Memórias da ditadura. *Acervo online da Comissão Nacional da Verdade*. Disponível em: <http://memoriasdaditadura.org.br>. Acesso em: 14 ago. 2018.

atuação política, que resultou em prisão por acusação de manter vínculos com o Partido Comunista Brasileiro (PCB). E, em seguida, avançou-se até o intervalo de tempo de 2012 a 2014, quando ocorreu um maior esclarecimento sobre a morte do ex-deputado, em decorrência das investigações realizadas pelos membros da Comissão da Verdade do Rio (CEV-Rio).

A trajetória de vida de Rubens Paiva e os crimes cometidos contra ele nos interessam por serem o trauma principal enfrentado pela família Paiva e por serem relevantes para elucidar alguns aspectos dos bastidores do regime da época, evidenciando divisões e conflitos internos no aparato repressivo do Estado. Para tanto, buscou-se analisar a atuação de Rubens Beyrodt Paiva como membro de um partido político antes do golpe civil-militar de 1964 – o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), sua atuação enquanto parlamentar que sofreu o processo de cassação do mandato e, por último, seu envolvimento com os grupos oposicionistas aos governos militares que resultou em sua prisão e assassinato. Desse modo, procurou-se conhecer a sua trajetória de vida, sua trajetória política, bem como a sua opção ideológica e as acusações recebidas durante a construção desse emblemático caso.

E no terceiro capítulo – “*AINDA ESTOU AQUI*”: *O GRITO NARRATIVO DE MARCELO PAIVA E A VIOLÊNCIA POLÍTICA DE ESTADO*, analisou-se, de forma crítica, a autobiografia de Marcelo Rubens Paiva, presente em *Ainda estou aqui* e *Feliz ano velho*, procurando reconhecer as interpretações dadas pelo autobiógrafo ao período da ditadura civil-militar brasileira e ao trauma familiar a partir da vivência de suas irmãs. Assim, discutiram-se as implicações e/ou contribuições da memória para o conhecimento histórico do período ditatorial brasileiro, bem como se refletiu sobre a forma como as narrativas memorialísticas na contemporaneidade colaboram para influenciar na construção do saber histórico. Por fim, a pesquisa buscou contextualizar a produção de *Ainda estou aqui* como uma obra inserida em uma conjuntura favorável de definição de uma política pública de memória, que levou a responsabilizar o Estado pelos crimes cometidos durante a vigência da ditadura civil-militar brasileira.

## I RESSIGNIFICANDO A VIDA: EUNICE PAIVA EM “AINDA ESTOU AQUI”

Eunice Paiva, uma mulher comum, uma militante, uma mãe dedicada, prática, fortíssima, que soube se reinventar depois de viúva. É essa voz feminina que esta pesquisa ouve ao abordar e valorizar a história de vida de uma mulher que se transformou em símbolo de resistência no Brasil e no mundo, em tempos de enfrentamentos políticos com um regime de cunho autoritário. Ela lutou pelos direitos dos desaparecidos políticos, sendo uma ativista na busca da verdade sobre a morte e o fim que deram ao corpo do seu marido. Esta que, enquanto viveu, foi testemunha incondicional das urdiduras do regime e cuja própria existência contestava a versão criada pelos militares. A perspectiva adotada, aqui, rompe com o senso comum, que toma por “militante” o indivíduo que é inserido em partidos políticos ou grupos de guerrilhas, que aderiram à luta armada exercendo atitude revolucionária. Entende-se que o ato de resistência e militância de muitas mulheres se deu de diversas formas.

Contudo, a história de Eunice Paiva nos interessa nessa pesquisa ao revelar a força de uma mulher que representa muitas outras, como Zuzu Angel e Therezinha Zerbini, que ousaram propor e resistir contra o poder dominante instituído.

Eunice Paiva teve sua história de luta e heroísmo imortalizada no livro *Ainda estou aqui*, escrito por seu filho Marcelo Rubens Paiva, em um relato emocionante, cheio de vida e lembranças, onde o autor teceu a sua biografia a partir de suas memórias e das memórias de parentes e amigos. Em uma breve e sucinta composição prosopográfica, Marcelo Rubens Paiva recuperou detalhes desta mulher e a definiu como heroína de uma história que não lhe pertencia, mas que as circunstâncias a ela impuseram.

*Ainda estou aqui* (2015) traz um retrato montado a partir de relatos daqueles que viveram e conviveram com Eunice Paiva, que acompanharam sua trajetória de vida, sua militância, vendo-a se transformar sem jamais se dar por vencida. Marcelo Paiva narrou, em cada página de seu livro, a história de uma mãe amorosa, uma esposa dedicada, uma mulher vaidosa, intuitiva e cheia de sonho, uma mulher que viveu à frente de seu tempo, uma mulher guerreira.

Descendente de italiano, Maria Lucrecia Eunice Facciolla Paiva nasceu em 7 de novembro de 1929, em São Paulo, e morou durante boa parte da infância no bairro do Brás, onde residia em uma comunidade de italianos. Esses imigrantes vieram para o Brasil no começo do século XX (entre as décadas de 1920 e 1930). Eunice viveu e foi criada em um ambiente de cultura italiana, junto com três irmãs.

Os avós de Marcelo Paiva nasceram na Itália e se casaram no Brasil. Eles fizeram fortuna como comerciantes de cereais, tradição que trouxeram de sua terra natal. Seu negócio se expandiu por três estados do Brasil, o que concedeu ao seu avô o apelido de Rei do Arroz. Apesar da riqueza financeira da família, eles não tinham direito a uma ascensão social com *status*. Para frequentar a alta sociedade paulistana, os pais tomaram a decisão de deixar o bairro do Brás e mudar-se para Higienópolis, um bairro mais central, planejado e embelezado para o desfrute das elites de São Paulo. Contava, ainda, com ótima infraestrutura educacional, como o Colégio Notre Dame de Sion, escola francesa das classes mais elevadas frequentada por “meninas da boa família paulista”. Mesmo sendo contra a ideia de ver uma mulher estudar, o pai de Eunice colocou suas filhas nessa escola (PAIVA, 2015, p. 46), pois esse era um dos caminhos possíveis para participar da elite e ter ascensão social, com *status*, em São Paulo, bem como para encontrar um bom marido para elas.

A visão humanista e de crítica social de Eunice tem um viés familiar, de influência materna. A sua mãe era de Modena, norte da Itália, e veio aos quatro anos de idade para o Brasil. O motivo da viagem do avô materno de Marcelo foi a perseguição política sofrida por conta dos seus ideais anarcossindicalistas (PAIVA, 2015, p. 130).

Apesar de sua descendência, Eunice Paiva rejeitava os costumes italianos e hesitava em seguir os padrões tradicionais, mesmo tendo vivido boa parte de sua vida em um ambiente de cultura italiana. Ela tinha um “comportamento calmo”, era “persistente” e “determinada”, e sempre lutou para atingir seus objetivos, conforme descrição do seu filho Marcelo Paiva. Desde muito nova se dedicou aos estudos e mesmo sendo canhota, em uma época em que a educação era gerida por duras regras, não abandonou a sala de aula. Ao contrário, ainda que quando criança levava reguadas, como tentativa forçada de fazê-la escrever com a mão direita, não desistiu. Apesar desse infortúnio, dedicou-se ainda mais aos estudos e chegou a ser a “melhor aluna da escola”, colocação da qual se orgulhava. Quando confrontada, refugiava-se nos livros. Conheceu o Rubens Paiva aos 17 anos, através de Maria, irmã caçula de Rubens.

Aos dezoito anos, formou-se no curso de Letras da Universidade Mackenzie, localizada no bairro de Higienópolis/SP. Ela falava fluentemente o francês e o inglês. Amava a leitura a ponto de dar preferência aos livros, à vida que vivia. Segundo conta Marcelo Paiva, seu filho:

Quando eu nasci, ela já tinha lido de tudo. Os russos Dostoiévski e Tolstói, os franceses Balzac, Flaubert, Victor Hugo e Proust no original e, do inglês, de Hemingway a Fitzgerald, passando por Henry Miller, além de toda a literatura

brasileira. Era amiga de escritores como Lygia Fagundes Telles, Antônio Callado, Millôr, Haroldo de Campos – colega de classe de meu pai –, além de editores e livreiros. Era fã de Érico Veríssimo. Dizia que, a cada lançamento dele, ficava nas filas das livrarias, como os fãs de Harry Potter ou de iPhone. Nas salas das casas em que morei, não tinha TV, mas livros, do chão ao teto. Nas paredes, as estantes eram recheadas de livros. (PAIVA, 2015, p.47).

Eunice casou aos 23 anos de idade, no dia 30 de maio de 1952, em São Paulo, com Rubens Beyrodt Paiva, com quem teve cinco filhos: Vera Sílvia Facciolla Paiva (1953), Maria Eliana Facciolla Paiva (1955), Ana Lúcia Facciolla Paiva (1957), Marcelo Rubens Paiva (1959) e Maria Beatriz Facciolla Paiva (1960). Depois de casada e mãe, passou a ter uma vida dedicada ao lar, a cuidar dos filhos. Para Marcelo Paiva, “formou uma clássica família burguesa” (PAIVA, 2015).

No entanto, acredita-se que o papel materno por ela desenvolvido estava mais ligado a uma norma social de sua época, imposta às mulheres após o casamento. O que denota que não existindo uma universalidade nas condutas das mães, o instinto materno torna-se um mito que dita que, enclausurada no seu papel de mãe, a mulher tinha a responsabilidade de zelar pelo bem-estar e pela educação dos filhos, ou seja, a felicidade do lar, fracasso ou sucesso lhe eram imputados sob pena de condenação moral (BADINTER, 1985, p. 197).

A vida em família seguia os padrões tradicionais vigentes da época, uma típica dona de casa, mãe de cinco filhos, esposa dedicada, sempre bonita, sociável, elegante, com gosto refinado, culta e sempre pronta à espera do marido (PAIVA, 2015, p. 60). Para o filho escritor, Eunice era uma perfeita acompanhante, “uma mulher ideal” e desejável. Acompanhava o marido a jantares de negócios, compromissos na casa de amigos, teatro, show, jazz, restaurantes e em viagens ao exterior. Frequentava lugares sofisticados e integrou a elite paulistana da década de 1960, tendo conhecido figuras importantes do meio político, econômico e artístico. Como mãe, deixou a desejar, a ponto de seu filho ter dúvidas sobre o que é ser uma boa mãe. No capítulo intitulado *Mãe-protocolo*, Marcelo descreve a relação mãe e filho. O capítulo leva esse título porque era assim que via a sua relação, “como as regras que me ensinava, protocolar. Talvez ela tivesse lido num manual como se relacionar com filhos” (PAIVA, 2015, p. 79). Recorda Marcelo: “Um dia fiz uma descoberta incrível: nunca dancei com minha mãe. Nunca a abracei de verdade. Nunca rolei com ela fazendo cócegas. Nunca gargalhamos juntos. Nas férias ela nunca brincava com as crianças, era minha avó e tias que inventavam as brincadeiras e os lanches, quem cuidava da criança, enquanto minha mãe lia, lia à beira da piscina, na lareira lia. Aprendi cedo que minha mãe não era a pessoa ideal para se fazer manha, choramingar por nada, reclamar de bobagens”

(PAIVA, 2015, p. 50,74,79). Com base nas memórias de Marcelo, Eunice não demonstrava ser uma mãe afetuosa. Em diversos momentos, ele a apresenta como uma mãe fria, distante e prática. Parece que o instinto materno não lhe havia aflorado, ou era a forma que acreditava ser ideal para educar um filho.

Mas em um exercício de consciência, Marcelo percebe que talvez tenha sido rígido demais, exigente ao desejar uma mãe amorosa, então passa a justificá-la, atribuindo essa frieza ao processo de endurecimento provocado pela ausência do marido. Praticamente sozinha, ela educou os cinco filhos, pois o marido estava sempre ausente devido às viagens e à carreira política que iniciava e à qual se dedicava bastante. “Depois de ter ficado viúva aos quarenta e um anos. Tinha mais o que fazer. Existem muitas minhas mães. Ela virou outra, depois de viúva” (PAIVA, 2015, p. 73).

Diferentemente de algumas mulheres, Eunice não abandonou o lar fisicamente para viver a militância. As circunstâncias da vida e os afazeres diários a obrigaram a se ausentar do lar, do cuidado dos filhos. Para Eunice, a família estava sempre em primeiro lugar e para preservá-los adotou o silêncio em casa, não se falava sobre o desaparecimento de Rubens nem de sua prisão. Travou sua luta em secreto, a fim de poupá-los do sofrimento, da incerteza de uma possível morte ou vida do pai.

Em *Feliz ano velho* (1982), Marcelo faz um relato emocionante sobre essa mãe.

Minha mãe é dessas figuras fortíssimas, que transmite uma segurança incrível. O que ela já passou na vida a fez ter essa cara de segurança em qualquer momento trágico. Você já imaginou uma mãe de cinco crianças ter a sua casa invadida por soldados armados com metralhadoras, levarem seu marido sem nenhuma explicação e desaparecerem com ele? Já imaginou essa mãe também ser presa no dia seguinte, com sua filha quinze anos, sem nenhuma explicação? Ser torturada psicologicamente e depois ser solta sem nenhuma acusação? Já imaginou essa mãe, depois, de pedir explicação aos militares e eles afirmarem que ela nunca fora presa e que seu marido não estava preso? Procurar por dois anos, sem saber se ele estava vivo ou morto. Ter que aos quarenta anos de idade, trabalhar para dar de comer a seus filhos, sem saber se ainda era casada ou viúva. É duro né? (PAIVA, 1982, p. 31).

Difícil julgar uma mãe assim, ou cobrar qualquer outra atitude. Em 1985, Eunice declarou em entrevista ao jornal *O Globo*: “a coisa mais difícil foi eliminar na minha família o clima de rancor, de ódio. Estaria destruindo o futuro dos meus filhos. Eu sempre falava em justiça nunca em vingança”. “Minha mãe não era minha amiga. Não saíamos juntos. Não bebíamos ou fumávamos juntos. Eu não falava pra ela do que vi, e vivi. Era minha mãe” (PAIVA, 2015, p. 86).

Diante da insuficiência de fontes, esse trabalho se vê limitado a apresentar a figura de Eunice-mãe apenas a partir da visão/percepção de Marcelo, ficando difícil saber como foi para Eunice viver esse afastamento dos filhos e do lar, visto que ela era uma mulher de poucas palavras, principalmente em relação a sua vida particular. Ela pouco falou de si mesma. Para ela, a família vinha em primeiro lugar, e por isso nunca perdoou Rubens por colocar a família em risco, não pensar na família.

Em 1962, seu marido, com a carreira de engenheiro civil consolidada, e empresário bem-sucedido, decidiu candidatar-se a deputado federal: “uma decisão ousada e arriscada”, pois precisava agir depressa e gastar muita “sola de sapato na campanha”. Segundo Marcelo, Eunice nunca o perdoou por arriscar tudo. A campanha consumiu muito dinheiro. Sobre isso, Marcelo relata: “gastou toda a poupança da família, que morava de aluguel, [...]. Vendeu o único terreno que tínhamos no Jardim América, em São Paulo, numa esquina da Rua Groelândia” (PAIVA, 2015, p. 89). O que deixou a mãe dele furiosa.

A história de Eunice ganha uma nova configuração após o casamento. Casou-se muito jovem, o seu círculo de amizade ampliou na convivência com Rubens, passou a ter uma vida agitada. Porém, mesmo com a vida agitada da família, “ela andava entediada com a carreira de dona de casa” (PAIVA, 2015, p. 60).

As conquistas femininas da década de 1960, no Brasil e no mundo, em relação ao sexo e ao mercado de trabalho, não demoraram muito a despertar em Eunice o desejo de se atualizar e de se aproximar de mulheres que não tinham medo em “ousar”. Embora, a dona de casa ainda predominasse, a transformação viria depois.

No final dos anos 60, enquanto a revolução sexual transformava as mulheres e as relações, ela andava entediada com a carreira de dona de casa, sempre bonita à espera do Don Draper. [...] sociável, elegante, com bom gosto, culta, que costurava as próprias roupas e as dele (PAIVA 2015, p. 60).

Ela desejava trabalhar, admirava as mulheres que trabalhavam e demonstrava esse desejo, mas, às vezes, era ironizada por seu marido, que logo questionava: “Vai abrir uma boutique (*sic*) em Ipanema?” (PAIVA 2015, p. 202). Rubens era um homem que jamais admitiria que sua esposa trabalhasse.

Eunice Paiva, como uma boa leitora, sempre esteve bem informada sobre as notícias, lia jornais, revistas e sabia do que estava acontecendo no país. O fato de seu marido não compartilhar com ela assuntos da política não a tornava uma mulher apática e desinformada sobre a situação política do momento. Ela podia não saber o que se passava nos bastidores,



mas sempre esteve atenta aos acontecimentos e demonstrava preocupações com os rumos da política no Brasil.

No dia do golpe civil-militar de 1964, Eunice Paiva estava em sua casa, em São Paulo, na Alameda Tietê, com os filhos. Já seu esposo encontrava-se no Rio de Janeiro, hospedado no Hotel Glória, com os amigos Fernando Gasparian e o advogado José Gregori. Marcelo contou da preocupação do seu pai com os últimos acontecimentos e disse que ele e os amigos acompanharam as notícias do golpe pela Rádio Nacional, após o café da manhã. Depois foram todos juntos ao palácio Laranjeiras, onde Gasparian teria uma reunião com o presidente João Goulart, mas, devido ao movimento militar, não pôde entrar no recinto. Rubens, então, de imediato foi à Rádio Nacional (RJ) e fez um pronunciamento contra o golpe e em apoio a Jango (TÉRCIO, 2013), depois viajou a capital federal. Ao ter conhecimento desses fatos, Eunice ficou bastante preocupada e inquieta, e não contente apenas em falar com o marido ao telefone, foi ao aeroporto e pegou um voo para Brasília, a fim de encontrar Rubens.

Lá, uma confusão. Voos eram cancelados. O aeroporto estava cercado. Gente querendo embarcar às pressas. Ela conseguiu uma passagem para o dia seguinte. Dormiu com centenas de passageiros amedrontados numa ala sem luz. Dormiu vendo as sombras de militares nas paredes. Embarcou sem comer, num dos poucos voos comerciais que partiram para Brasília (PAIVA, 2015, p. 98).

Quando Rubens teve os seus direitos políticos cassados, em 10 de abril de 1964, por conta do Ato Institucional Nº 1 (AI-1), ele fugiu da polícia e asilou-se na Embaixada da Iugoslávia, em Brasília, onde permaneceu recluso por três meses.

O primeiro Ato Institucional marcou o final do período constitucional do país e continha a célebre formulação jurídica que buscou dar legitimidade ao golpe de Estado. Redigido em segredo e promulgado em 09 de abril de 1964, editado pelos comandantes em chefe do Exército, da Marinha e da Aeronáutica, tinha onze artigos, nos quais transferia parte dos poderes do Legislativo para o Executivo, limitava o Judiciário, suspendia as garantias individuais, permitia ao presidente da República cassar mandatos, cancelava os direitos políticos do cidadão pelo prazo de dez anos e demitia funcionários públicos civis e militares.

Os Atos eram fundamentais para a afirmação do caráter tutelar do Estado, estruturado a partir de um regime autoritário que não queria personalizar o exercício do poder político, sob o risco de perder o seu caráter propriamente militar. Para que o Exército pudesse exercer diretamente o mando político e manter alguma unidade, fundamental no processo que se acreditava em curso, era preciso rotinizar a autocracia e despersonalizar o poder. A autoridade do presidente, figura

fundamental neste projeto, deveria emanar da sua condição hierárquica dentro das Forças Armadas (mais particularmente do Exército) e de uma norma institucional que sustentasse a tutela sobre o sistema partidário institucional e o corpo político nacional como um todo (NAPOLITANO, 2014, p. 75).

No período de asilo, Eunice ia sempre com sua sogra visitá-lo e, às vezes, levava as crianças. Em uma dessas visitas, levou uma procuração para Rubens Paiva assinar, concedendo-lhe o poder de representá-lo legalmente. Procuração que ela usou ao longo da vida e que poucos aceitavam. Da Embaixada da Iugoslávia Rubens foi para o exílio, passando por alguns países como a França, a Inglaterra e o Uruguai. Durante esse período, Eunice assumiu a tarefa de ser mãe-pai, cuidar da casa e tocar a vida, missão que desempenhou durante oito meses, e que, seis anos depois, perpetuaria por toda a sua vida. Na década de 1960, após o exílio de Rubens, a família Paiva passou a viver em constante instabilidade, emocional e financeira, mudava-se de cidade, de escola e de amigos. De acordo com Marcelo Paiva:

Não sabíamos se iríamos também [...] meu Pai não se decidia [...] “ficamos ainda dois anos em São Paulo, antes de nos mudarmos para o Rio, para a casa alugada do Leblon”. Os amigos aconselhavam para que deixasse o Brasil. “Estava na cara que deveríamos ter partido para o exílio” (PAIVA, 2015, p. 103-104).

Eunice Paiva sofreu muito com o exílio do marido. Ela não se conformava com aquela situação de viver com cinco crianças correndo riscos e, ainda, com a incerteza do futuro. Por anos, ela não o perdoou por colocar a família em risco, numa luta desigual, desorganizada, praticamente perdida. [...] para ela, deveria, sim, ter seguido para o exílio, quando soube que a família poderia passar pelo que passou (Paiva, 2015, p. 259).

Após o retorno imprudente e inesperado do exílio no Uruguai, Rubens Paiva ficou morando em São Paulo por dois anos, só depois se mudou para a cidade do Rio de Janeiro. Já em 1971, foi levado de sua casa, acreditando retornar em algumas horas. Ele não imaginava, mas foi a última vez que estaria com a família. Durante as 24 horas do dia 20 de janeiro de 1971, data em que aconteceu a sua prisão domiciliar, Eunice assumiu o comando da família, deu ordens e ditou regras. Foi intuitiva, esperta, agiu com praticidade e objetividade, encontrando em seus filhos um meio de avisar aos amigos.

Eliana, a sua filha de 15 anos, que estava na praia do Leblon no momento em que o pai foi preso, ao chegar em casa estranhou ela estar fechada e com uns homens que ela não conhecia. Eunice foi ao encontro da filha e falou, de forma disfarçada, sobre o que se passava

e pediu a ela que retornasse e telefonasse ao tio Cássio Mesquita Barros Jr., casado com Maria Lúcia, irmã de Rubens.

Minha mãe me pegou na entrada e disse, com um olhar muito assustado: “O seu pai foi preso. Você vai tentar sair e avisar, telefonar para o seu tio advogado (que é o marido da irmã caçula do meu pai) em São Paulo”. [...] E a maneira com que ela me falou, especialíssima, demonstrou certo planejamento de palavras e ação. Muito do seu estilo<sup>10</sup>.

O filho Marcelo, de 11 anos, estava dormindo e, ao acordar, não estranhou a presença dos homens não fardados, pois era costume ter sempre gente estranha circulando pelos cômodos da casa, principalmente em dias de feriado. Estranhou apenas o fato de eles não estarem com roupas de praia. Como Marcelo era criança, e para não o assustar, Eunice falou que eram “fiscais, depois disse que vieram dedetizar a casa”. Ele relata: “Escreveu um bilhete pequeno, colocou numa caixa de fósforos e pediu para eu entregar à vizinha, Helena Arroxelas”. O bilhete dizia: “Rubens foi preso, ninguém pode vir aqui, senão é preso também” (PAIVA, 2015, p. 119-122). Ao telefone, a esposa de Rubens, nesse dia, agia com frieza e objetividade. “Respondia secamente aos amigos que ligavam para saber da programação do feriado. “Ele não está”. “Ele saiu”. “Ele viajou”. “Ele não voltará...”” (Ibidem, p.126).

A frieza da minha mãe não foi ensaiada, não seguiu um manual da esposa do guerrilheiro urbano, “do terror!”, foi intuitiva, ela foi esperta, seguiu uma mágica intuição, nunca pensou no que falar, falava simplesmente (PAIVA, 2015, p.125-126).

Conheço a inteligência da Eunice e antes jamais tinha visto minha mãe agir daquela maneira. Tão séria, tão resoluta, tão assustada<sup>11</sup>.

A prisão de sua mãe e de sua irmã Eliana no DOI – CODI (Destacamento de Operações de Informações – Centro de Operações de Defesa Interna) do Rio de Janeiro, em

---

<sup>10</sup> PAIVA, Maria Eliana Facciolla. O testemunho do que eu sei, li, vi, ouvi, senti e pensei. In: Comissão Estadual da Verdade de São Paulo - Rubens Paiva. *Infância roubada*. São Paulo, SP. [2015? ]. O livro *Infância Roubada* é resultado do ciclo de audiências “Verdade e Infância Roubada” realizada pela Comissão da Verdade do Estado de São Paulo - Rubens Paiva. A obra, organizada por Tatiana Merlino, conta a experiência de crianças atingidas pela ditadura militar no Brasil e tem como foco a história de vida privada das crianças filhas de militantes perseguidos ou mortos que lutaram contra a repressão militar, que são marcadas por lembranças da prisão, do exílio, do desamparo, de questionamentos em relação às suas identidades, de medo, insegurança, solidão e vazio que, em muitos casos, são traumas não superados. É possível acessar a versão digital do livro no site: <http://comissaodaverdade.al.sp.gov.br>. Acesso em: 21 mar. 2019.

<sup>11</sup> Idem /Ibidem

21 de fevereiro de 1971, um dia apenas após o confinamento do pai, acabou por desmoronar a sua estrutura familiar e Marcelo teve sua rotina alterada. Na década de 2010, Jason Tércio relatou os fatos daquele dia sombrio, dizendo:

No DOI-Codi, Eunice e Eliana foram conduzidas para uma sala, revistas detalhadamente e despojadas de seus pertences. Em seguida fotografadas e identificadas. Encapuzadas novamente, foram sentadas em um banco, próximas uma da outra, mas sem saber que estavam juntas, pois não viam nada e não podiam falar. Ouviam burburinho de vozes masculinas e gritos. Assim permaneceram até o fim do dia, em silêncio, respirando com dificuldade sob o capuz no calor de quase 40°, sem beber nem comer nada (TÉRCIO, 2013, p. 200).

A rede de amigos do casal logo se propôs a dar apoio e proteção à família. De início, cuidou de resguardar as crianças menores que ficaram trancadas na casa. Como bem registrou Eunice na carta endereçada ao CDDPH (Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana), foram “deixados à sua sorte, no lar, os demais filhos menores”. Depois, os parentes e amigos recolheram e separaram as três crianças, que foram enviadas a localidades diferentes e a endereços desconhecidos. Marcelo Rubens Paiva, o único filho homem do casal, foi mandado a um sítio da família Mindlin. Já Ana Lúcia, de 13 anos, foi enviada a casa do Marcílio Marques Moreira, em Petrópolis. Maria Beatriz, de 10 anos, era a caçula, e ficou com os avós maternos Olga e José, que moravam em São Vicente/SP, somente mais tarde foi que se soube dos endereços, pois temiam pela segurança das crianças (PAIVA, 2015).

A adolescente Maria Eliana Paiva, que ficou detida por 24 horas, contou, depois, que ela e a mãe ficaram separadas uma da outra a apenas duas celas de distância, sem poderem se ver, nem se falar. Então, ela perguntou para um dos oficiais sobre Eunice: “Quero saber onde está minha mãe. Você a viu?” Ele foi até a cela dela, voltou assustado dizendo que ela estava estendida no colchão, sem se mexer<sup>12</sup>.

Sem nenhuma notícia do marido, nem da filha, que já havia sido solta 24 horas depois da prisão (fato do qual tomou conhecimento passados dois dias) Eunice Paiva permaneceu presa e incomunicável. A situação enfrentada no cárcere era precária, condição atestada em sua declaração feita ao CDDPH: “Eu fiquei detida por 12 dias, dos quais 7 dias com a roupa do corpo, sem nenhum material de higiene (pente, escova de dentes, toalha, sabonete, etc.). Um ambiente de condições totalmente precárias, “havia instalações sanitárias e um chuveiro”

---

<sup>12</sup> PAIVA, Maria Eliana Facciolla. O testemunho do que eu sei, li, vi, ouvi, senti e pensei. In: Comissão Estadual da Verdade de São Paulo - Rubens Paiva. *Infância roubada*. São Paulo, SP. [2015? ]. Disponível em: <http://comissaodaverdade.al.sp.gov.br/livros/infancia-roubada/?p=252>. Acesso em: 21 mar. 2019.

seu uso “era feito de maneira a mais constrangedora”<sup>13</sup>. Em virtude de tais circunstâncias, Eunice rejeitou a comida que lhe era servida, assim ficou sem comer por dias. O seu único alimento foi um chocolate deixado no beiral da cela, por um soldado, o mesmo que, dias depois, falou palavras que lhe trouxeram de volta a esperança e um pouco de fé na humanidade. Nas memórias de Marcelo, esse militar disse: “– Olha, queria que a senhora soubesse que eu não concordo. Só estou cumprindo ordens. Eu não concordo com isso. Isso vai acabar. Um dia, vai acabar. O que estão fazendo aqui não está certo”. (PAIVA, 2015, p. 141).

Segundo o seu filho, foi uma das poucas coisas que ela fez questão de lembrar e que repetia sempre, pois ali, muito mais que um ato solidário, era o desabafo de alguém que não compactuava com os atos praticados (PAIVA, 2015, p. 141).

Eunice desconhecia o real motivo das prisões. Sabia que o cerco estava se fechando e que seu marido era visado, embora ele não fizesse parte da luta armada. Rubens havia se engajado no movimento oposicionista e praticava algumas ações de apoio à luta: dava dinheiro a alguns militantes políticos, escondia pessoas vigiadas e ajudava perseguidos a fugirem do país. Por todas essas ações praticadas, ele acabou na mira dos militares. Na prisão, Eunice teve que explicar várias vezes o que ela e o marido faziam em Moscou, e do encontro que Rubens teve com estudantes. Na verdade, ela desconhecia a trama na qual o marido estava envolvido (PAIVA, 2015, p. 95). Uma das hipóteses levantadas por Jason Tércio (2013, p. 192) foi de que “Eunice e Eliana foram presas para se desmobilizar a família enquanto era preparada a versão da ‘fuga’”.

Ao deixar a prisão, Eunice tomou conhecimento de que os militares negaram ao Supremo Tribunal Militar (STM) que Rubens Paiva estivesse detido em algum órgão das Forças Armadas. Algo impossível para ela, que vivenciou todo aquele cenário de arbitrariedades. O advogado Lino Machado Filho havia impetrado, a pedido dos familiares, um pedido *habeas corpus* no STM, em 25 de janeiro de 1971, cinco dias após a prisão de Rubens e Eunice, apesar de o AI-5 ter suspenso a liberdade provisória de crimes políticos. O objetivo era localizar o casal e tentar garantir a sua segurança física. A atitude de Eunice foi de escrever uma carta dirigida ao Ministro da Justiça e, também, ao presidente do CDDPH, pedindo esclarecimentos sobre a prisão do seu esposo e relatando o drama vivido

---

<sup>13</sup> Declaração de Maria Eunice Paiva ao Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana. Câmara dos Deputados, Brasília - DF, 13 de julho 1971. *Acervo da Comissão Estadual da Verdade de São Paulo - Rubens Paiva*. Disponível em: <http://comissaodaverdade.al.sp.gov.br/arquivos/documentos/015-declaracao-de-eunice-paiva-ao-cddph-rubens-paiva>. Acesso em: 10 set. 2019.

por sua família. Essa carta representou o registro do princípio da busca pelo paradeiro de Rubens Paiva.

Esta carta é endereçada a Vossas Excelências por uma mulher que viu sua casa invadida por homens, de arma à mão, dizendo-se agentes de segurança, para levar presos, sem apresentação de mandato judicial ou determinação de qualquer autoridade policial militar, de início, seu marido, engenheiro Rubens Beyrodt Paiva, em seguida, no dia imediato, ela própria e sua filha Eliana, adolescente, aos 15 anos de idade, deixados à sua sorte, no lar, os demais filhos menores<sup>14</sup>.

No primeiro parágrafo da carta, apresentado acima, Eunice se ausenta de qualquer sentimentalismo para descrever, de modo formal e prático, os fatos e as circunstâncias em que se sucedeu a prisão de seu marido, seguida da sua e de sua filha. Diferentemente do parágrafo a seguir, no qual há um tom de indignação e revolta de uma mãe que vê sua filha presa, em condições de constrangimento impróprio à idade, como também sua insatisfação enquanto mulher e esposa, por ser submetida a um tratamento inumano, sem ao menos saber a acusação.

É, pois, a um tempo, a carta da mãe, que conheceu a surpresa enorme, melhor diria a indignação, mantida no mais íntimo de si mesma, de assistir a prisão de uma filha, adiante encapuzada, como, igualmente ela própria, para posteriormente, já aí, não mais em sua presença, ser submetida aos traumas psicológicos, terrivelmente brutais em sua idade, dos interrogatórios procedidos segundo os chamados métodos policial militares; da mulher brasileira, ela mesma vítima da prisão violenta, incomunicável durante 12 dias, interrogada horas sem fim, e isolada do mundo, em condições de ambiente físico e humano que é melhor não referir, para, quem sabe ter a graça, um dia, de esquecer; da esposa, enfim, que ainda hoje, nada sabe da sorte de seu marido, do destino que lhe impuseram, do local onde se encontra, da acusação real que lhe fazem, quase um mês decorrido do tormento que atingiu sua família<sup>15</sup>.

A carta escrita por Eunice esboçou seu objetivo maior que era saber onde seu esposo se encontrava.

De que o acusam? Sua mulher e seus filhos têm o direito de sabê-lo. Que fizeram de Rubens? Onde está e para onde o conduziram? Porque não cumpriram as leis que vigoram? Reivindico para meu marido o direito de ser preso segundo as regras

---

<sup>14</sup> Carta de Maria Eunice Paiva ao Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana. 1971. *Acervo da Comissão Estadual da Verdade de São Paulo - Rubens Paiva*. Disponível em: <http://comissaoдавerdade.al.sp.gov.br/arquivos/documentos/030-carta-de-eunice-paiva-a-cddph-rubens-paiva-1>. Acesso em: 10 set. 2019.

<sup>15</sup> Idem

mesmas da legislação penal de segurança. Para que se defenda; para que seja libertado<sup>16</sup>.

Desse modo, ela se recusava a acreditar no desaparecimento do marido: “Não posso e não quero admitir que, em meu país, se faça desaparecer assim, por tanto tempo, uma pessoa humana”<sup>17</sup>. Tendo já transcorridos mais de sessenta dias após o desaparecimento de Rubens Paiva, Eunice escreveu outra carta, desta vez endereçada ao presidente da República, Emílio Garrastazu Médici. Nela, ela informa o presidente do acontecido com sua família e, em particular, com seu marido, o ex-deputado federal, e exige do presidente que se faça justiça, segundo as leis vigentes no país.

Pedimos ao Chefe da Nação a justiça que deve resultar da obediência às leis. Ao meu marido, que é um brasileiro honrado, não pode ser recusado, num país como o nosso, cristão e civilizado, o direito fundamental de defesa. Estamos certas de que Vossa Excelência não permitirá lhe seja, sob pena então do desmoralamento de toda a ordem pública, o direito elementar de ser preso segundo as leis vigentes no país.

[...]

Confiamos na ação de Vossa Excelência e em meio à inquietação e angústia enormes que estamos vivendo, acreditamos que Vossa Excelência fará prevalecer a autoridade das leis do seu governo e o respeito à justiça que enobrece as nações<sup>18</sup>.

No entanto, essa carta de Eunice, que fora encaminhada ao presidente pelo deputado Batista Ramos (Arena), ficou sem resposta. Bem como ficarão sem resposta todos os seus questionamentos.

Marcelo (2015, p. 145) certificou que sua família recebeu diversas informações falsas sobre o paradeiro de seu pai. Primeiramente, veio a notícia do suposto sequestro, veiculada pelos telejornais, que no período viviam sob a censura e acabavam repassando somente aquilo que era permitido pelos militares. Ou seja, de certa forma, boa parte deles compactuava com a farsa criada pelos militares. Entre eles, Marcelo destaca o do dia 22 de janeiro de 1971, quando a mídia falada resolveu noticiar sobre um “suposto sequestro”, sem citar o nome completo do “preso resgatado”. No dia seguinte, 23 de janeiro, ao menos cinco jornais impressos deram a notícia: O Globo, Jornal do Brasil, O Jornal, O Dia e a Tribuna da Imprensa. Depois disso, ainda houve quem garantisse que ele [Rubens] estava vivo e logo

---

<sup>16</sup> Idem

<sup>17</sup> Idem

<sup>18</sup> Carta de Eunice Paiva ao Presidente da República Emílio Garrastazu Médici, 22 mar.1971: In: TÉRCIO, Jason. *Rubens Paiva* – Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, – (série perfis parlamentares; n. 67) 2013, p. 218,219.

retornaria para casa. Um coronel, segundo Marcelo, chegou a pedir dinheiro para o seu avô para acelerar a soltura. E, assim, a família ficou por longo tempo colecionando falsas esperanças de que ele pudesse estar vivo e a qualquer momento retornaria.

Eunice não desanimou e lutou pelo retorno de Rubens. Porém, um dia teve a certeza de que ele estava morto. Marcelo disse: “não sei a data exata em que ela descobriu a verdade” (PAIVA, 2015, p. 161). A partir desse momento, sua luta se transformou em uma reivindicação mais coletiva, que envolvia a rede de amigos do casal, grupos de oposicionistas do autoritarismo e outros familiares, que também tiveram seus parentes desaparecidos ou mortos. Assim, a atitude de Eunice deixou de ser a de questionar a prisão. Ela passou a buscar um corpo e a denunciar um assassinato.

Sem muito o que fazer, restava esperar. A ditadura apertava, era o Brasil do AI-5<sup>19</sup>, que fortalecia o aparato coercitivo do regime militar. Em uma palestra proferida em Londrina (1979), Eunice disse que esperava que um dia as pessoas envolvidas no caso de Rubens perdessem o medo de falar o que sabiam (PAIVA, 2015, p. 164). Entretanto, esse dia não chegou para Eunice.

Em meados de 1971, ela foi morar em Santos, na casa do sogro Jayme Almeida Paiva. A casa do Rio de Janeiro continuou alugada ainda por seis meses, só depois é que foi devolvida ao proprietário, pois todos aguardavam a volta de Rubens. Por influência do sogro Jaime Paiva, Eunice começou a trabalhar no escritório da Paiva Companhia, seu primeiro emprego, que serviu para complementar a renda familiar. Além disso, ela fazia revisões e traduções de textos para a revista *Abril* e, em 1972, prestou vestibular para Direito, passando em primeiro lugar. Alguns anos depois solicitou transferência para a Faculdade do Mackenzie. Desse modo, conciliou a vida de mãe e pai de cinco filhos com a rotina estudantil. Aos poucos foi aceitando a condição de viúva. Foi nessas circunstâncias que, segundo Marcelo, ia cada vez mais se ausentando do cuidado da casa e dos filhos, confiando no bom senso das escolas e delegando aos filhos a missão de cuidarem um do outro e de zelarem pela própria educação.

---

<sup>19</sup> O Ato Institucional nº 5, promulgado em 13 de dezembro de 1968, foi o mais autoritário e repressivo de todos, em decorrência de ter sido o que mais retirou direitos, garantias e liberdades civis e constitucionais do povo brasileiro. Possibilitou a suspensão da garantia do *habeas corpus* para determinados crimes, dispôs sobre os poderes do presidente da República de decretar estado de sítio, nos casos previstos na Constituição Federal de 1967, deu permissão para uma intervenção federal para além dos limites constitucionais, suspendeu os direitos políticos e restringiu o exercício de qualquer direito público ou privado, cassou mandatos eletivos, recesso do Congresso Nacional, das Assembleias Legislativas e das Câmaras de Vereadores, excluiu da apreciação judicial atos praticados de acordo com suas normas e atos complementares decorrentes e outras providências.



O luto foi vivido silenciosamente, com poucas demonstrações de cenas emocionais em público. Trancava-se no quarto e preferia sofrer sozinha, à luz de vela. Eventualmente consultava alguém, para um apoio espiritual, a exemplo de uma amiga psicóloga.

Ela sempre teve o cuidado de proteger os filhos, que sofriam com o desaparecimento do pai. Marcelo Paiva contou que, nesse período, muitos se afastaram da família, antigos amigos e até parentes, que não queriam ter seus nomes associados ao comunismo. Eunice preocupava-se em manter os filhos seguros e cuidava para que tivessem uma vida normal, “sem âncoras na alma” (PAIVA, 2015, p.180), queria que eles tocassem a vida. “[...] o medo da violência ainda atormentava Eunice, que optou por não envolver os filhos em suas buscas pelas circunstâncias do desaparecimento do pai” (DAL PIVA, 2016).

Em depoimento, Vera Paiva contou que “a mãe empreendeu um trabalho solitário enfrentando o governo e o Judiciário e impôs um silêncio sobre o assunto em casa” <sup>20</sup>. O mesmo conteúdo foi confirmado por Eliana Paiva, em trechos do seu depoimento:

Depois soube que mamãe ficou dois dias sem se mexer, imóvel, porque não sabia o que tinha acontecido comigo. Só a avisaram dois dias depois de me soltarem. Isto porque ela, Eunice, me contou, na única vez que conversamos sobre a prisão. Ela estava furiosa quando me contou que só disseram para ela que fui solta dois dias depois de eu sair. Eu ainda disse para ela; “Mas eu pedi para os guardinhas avisarem você”. E ela, já em casa, onze dias depois: “Pois é Eliana, não me disseram nada.” Esta foi a única conversa sobre a prisão que tive com minha mãe durante todos estes anos <sup>21</sup>.

Esse silenciamento imposto em casa por Eunice também foi confirmado por Marcelo Paiva:

Na adolescência, eu insistia com a minha mãe, conta a verdade, o que aconteceu, por que ele foi preso, por que nunca podemos tocar no assunto. Ela se levantava e saía da mesa. Porque talvez não soubesse. Porque talvez ninguém soubesse. Ela não gostava que se falasse dele, dela, do inferno que viveram, das relações dele com a esquerda armada. Para ela, ele era um político cassado [...]. Para a minha mãe, meu pai deixara de fazer política em 9 de abril de 1964, quando foi cassado e exilado. (PAIVA, 2015, p. 220 -221).

---

<sup>20</sup> Entrevista de Vera Paiva à Juliana Dal Piva. In: DAL PIVA, Juliana Schwartz. *A construção da busca por Rubens Paiva: um estudo de caso nas investigações sobre o desaparecimento do parlamentar*. – Fundação Getúlio Vargas, 2016. (Dissertação de mestrado). 2016, p. 68.

<sup>21</sup> PAIVA, Maria Eliana Facciolla. O testemunho do que eu sei, li, vi, ouvi, senti e pensei. In: Comissão Estadual da Verdade de São Paulo - Rubens Paiva. *Infância roubada*. São Paulo, SP. [2015? ]. Disponível em: <http://comissaoдавerdade.al.sp.gov.br/livros/infancia-roubada/?p=252>. Acesso em: 21 mar. 2019.

Além de conviver com a perda do marido, reuniu forças para reestruturar a família. Eunice cumpria, assim, sua missão de fazer com que os filhos levassem uma vida normal, tendo cada um deles que viver e superar a ausência do pai, que abruptamente foi arrancado do convívio familiar, viver seu momento de luto, levantar as hipóteses e descobrir, cada um a seu tempo e a seu modo, os motivos que levaram à morte de seu pai. Eunice declarou em entrevista ao jornal *O Globo*, em 1995, “que nunca pensou em vingança contra os militares. Quando perdi o Rubens, tive de criar cinco filhos pequenos sozinha. A coisa mais difícil foi eliminar na minha família o clima de rancor, de ódio. Estaria destruindo o futuro dos meus filhos. Eu sempre falava em justiça, nunca em vingança”<sup>22</sup>.

A carreira de advogada lhe abriu novas portas de atuação e de engajamento em lutas sociais e políticas. Naquela época, era uma carreira bastante promissora e de campo fecundo para os poucos advogados formados. Os advogados que “se especializaram em defender os perseguidos do regime militar. Quase todos acabaram militando, [...] duplamente: nos tribunais militares e nos movimentos de contestação ao arbítrio” (ALMEIDA e WEIS, 1998, p. 339).

Uma importante atuação de Eunice na área de advocacia foi, no contexto da revolução sexual feminina, quando muitos casais, na década de 1970 e 1980, começaram a se divorciar. Justamente quando ela começou a atuar, e por ser de confiança, virou advogada de família de uma turma grande de amigos. Desse modo, fez divórcios, inventários e atuou em outras causas do meio civil. Aos poucos, foi ganhando notoriedade por conta do comprometimento e seriedade com os quais levava sua profissão. No entanto, e por grande ironia, não conseguiu fazer o inventário do próprio marido (PAIVA, 2015, p. 203).

## 1.1 OS PRIMEIROS PASSOS DE EUNICE PAIVA NA VIDA POLÍTICA

A vida da família Paiva passou a ter outro significado após aquele 20 de janeiro de 1971 e, portanto, foi a partir daí que se deu o começo de uma nova história. A história de uma mulher que ascendeu de dona de casa à ativista política. Uma mulher que se refez ao longo da vida, que se descobriu e se reinventou, tornando-se personagem importante no movimento de resistência à ditadura brasileira, ainda que sem pegar em armas. Exerceu seu

---

<sup>22</sup> SÃO PAULO. Viúva do deputado Rubens Paiva, Eunice morre aos 89 anos. *Folha de São Paulo*. 13 dez. 2018. Sessão Poder. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2018/12/viuvade-rubens-paiva-eunice-morre-aos-89-anos.shtml>. Acesso em: 23 jul. 2019.

trabalho político tocando a rotina do dia-a-dia, contra um sistema repressivo de eliminação planejada e incontestável de seus oponentes, na defesa dos direitos humanos, nas reuniões do Movimento Feminino Pela Anistia (MFPA) e em defesa da causa indígena.

Durante o período ditatorial, foi forte a presença e participação das mulheres nas manifestações públicas, seja de combate ou de apoio ao regime. Elas atuaram como protagonistas dessa história. Segundo Rodrigo Patto Sá Motta, essa participação feminina constituiu-se em um aspecto decisivo no combate ao comunismo dos anos 1960. O que se tratou de um fato inovador na política brasileira, que até então tinha pouca tradição de participação feminina (SÁ MOTTA, 2014, p.13). Já na década de 1970, foi a mulher oposicionista que ditou a pauta da anistia, do movimento contra a carestia e da luta por creches nas periferias da cidade de São Paulo.

Alguns fatores devem ser levados em consideração para se compreender os caminhos que levaram a essa maior participação feminina na política. De modo que essa pesquisa procurou analisar a atuação das mulheres em diversos momentos e espaços, antes e após a instauração da ditadura, destacando-se como determinante, no início, o protagonismo delas na Marcha da Família com Deus pela Liberdade, em março de 1964. Assim, um dos suportes fundamentais dos movimentos femininos de apoio ao golpe de Estado veio das classes médias urbanas, altas e baixas, que estiveram atreladas ao conservadorismo, ou seja, eram representantes de visões tradicionais em defesa da moral e dos bons costumes, de forte impacto para a vitória do golpe civil-militar de 1964. Ainda, segundo Rodrigo Patto Sá Motta:

As mulheres foram mobilizadas contra o comunismo em nome da defesa da ordem tradicional: família, religião e propriedade. Organizaram-se para defender e conservar os valores tradicionais, que acreditavam estar sendo ameaçados pelo avanço do comunismo. (...) A força simbólica desta presença feminina era grande, com as mulheres representando a figura materna, o lar e a dona-de-casa, em resumo, a família (SÁ MOTTA, 2014, p.13).

Em contrapartida, o movimento de mulheres opositoras expressou resistência e crítica ao regime, assim como propostas alternativas e libertárias de organização social, em especial pela inclusão dos adversários políticos. Esse grupo provinha das camadas médias de diversos matizes, mais intelectualizadas<sup>23</sup>. De acordo com Andréa Bandeira,

---

<sup>23</sup> Essa classe média intelectualizada se constituía por homens e mulheres que tinham melhorado de vida recentemente, a exemplo de estudantes politicamente ativos, professores universitários, profissionais liberais, artistas, jornalistas, publicitários etc. Eles tinham em comum o fato de que abominavam o golpe civil-militar, que depôs o presidente Jango e amputou as liberdades democráticas. Muitos deles eram pessoas que não

Na luta contra a ditadura militar, essas mulheres se defrontaram com a cultura machista em voga numa sociedade caracterizada misógina, que não destoou do autoritarismo masculino, também, dentro das organizações de esquerda (...). Elas, no entanto, demonstraram atitudes de recusa aos padrões sexuais e do modelo de feminilidade construídos na história da mulher brasileira, modelo este que a colocava sempre como auxiliar do crescimento masculino. (...) ao se engajarem, nos diversos movimentos populares ou se institucionalizarem nos partidos, essas mulheres adotaram atitude diversa do padrão formal estabelecido para o feminino (BANDEIRA, 2012, p.11,12).

As mulheres, que marcaram presença em movimentos não ligados a partidos políticos, tiveram uma atuação de “forte impacto, à medida que elas mobilizaram um grupo social numeroso e influente” (SÁ MOTTA, 2014, p. 13). Sua participação ativa e protagonista se estabeleceu de diferentes formas, havia mulheres no movimento estudantil, partidos, sindicatos e organizações clandestinas, ainda que em número bastante resumido, mas sempre desafiando o papel de passividade e domesticidade que a sociedade lhe atribuía<sup>24</sup>.

As mulheres que entravam para as organizações de esquerda (chegando algumas a participarem de ações armadas) eram consideradas pelo Estado como inimigas do regime e deviam ser combatidas com firmeza. Devido a isso, várias dessas militantes passaram a viver na clandestinidade, como forma de continuarem com suas atividades políticas, bem como necessidade de proteção contra a repressão.

Cabe destacar, ainda, dentro desta luta, o protagonismo de outras mulheres que entraram na militância não por escolha, ou porque tinham um ideário político e ideológico a defender, mas porque foram conduzidas pelas circunstâncias da vida. Esse tipo de ativismo foi destacado por seu caráter fraternal, pois era quando a família se convertia em militante sem nenhum conhecimento prévio, sem nunca ter lido um manual de guerrilha ou coisa parecida, apenas para ajudar um familiar atingido.

Quando as organizações destruídas pela repressão saíam de cena, era à família que se recorria em busca de abrigo, dinheiro, providências para sair do país, além de afeto e solidariedade. Quando se ia preso, a família assumia as tarefas indispensáveis: constituir advogado, tentar legalizar a prisão e quebrar a incomunicabilidade, cuidar dos filhos deixados à solta, não perder um único dia de

---

pertenciam a nenhuma organização de resistência armada ao regime, nem ao Partido Comunista Brasileiro (PCB), mas conheciam alguém que estava do lado de lá e contribuía de alguma forma para o movimento, davam dinheiro, liam e passavam adiante panfletos com denúncias de torturas e eliminação de presos políticos, abrigavam pessoas perseguidas, em situação de extrema necessidade. (ALMEIDA; WEIS, 1998, p. 322).

<sup>24</sup> Memórias da ditadura. *Acervo online da Comissão Nacional da Verdade*. Disponível em: <http://memoriasdaditadura.org.br>. Acesso em: 14 ago. 2018.

visita, fazer chegar ao cárcere tudo o que pudesse amenizar a vida ali (ALMEIDA; WEIS, 1998, p. 408).

Esse cuidado com os entes queridos perseguidos, muitas vezes, era atributo das mães, ou seja, de mulheres que partiram em defesa dos seus familiares. Movidas pela coragem, pelo cuidado e pelo zelo, elas se engajaram na luta oposicionista contra a ditadura (DUARTE, 2009, p. 32). Seja lá como e por qual motivo, essas mulheres: “Criaram novas formas de fazer política. Transformaram a solidariedade familiar e privada em atividade pública. Assim, a partir de experiências concretas e particulares, infundiram vida real na campanha genérica das associações civis pelos direitos humanos”. (ALMEIDA; WEIS, 1998, p. 408).

Eunice, para além da dimensão pessoal da tragédia vivida, revelou-se uma importante protagonista na luta pela verdade e pelos direitos civis dos desaparecidos políticos e de seus familiares. Após ser liberada da prisão, onde esteve detida por 12 dias, ela passou a exigir a verdade sobre o paradeiro do marido, tendo recebido indicações de que ele havia sido assassinado. Depois de receber algumas informações de ex-presos, amigos e conhecidos, foi atrás de autoridades e reivindicou o reconhecimento da morte de Rubens, como também exigiu a revelação de onde o corpo estaria enterrado, para que ela e sua família pudessem prestar as honrarias fúnebres. Mas tudo o que recebeu do Estado foram inverdades e narrações de um suposto sequestro que nunca houve.

Durante a fase do silêncio sobre o caso Rubens, que durou anos, Eunice não desistiu e passou, também, a investir em crescimento pessoal para sustentar financeiramente os filhos. Prestou vestibular e, quatro anos depois, atuou profissionalmente como advogada, de modo que soube transpor as dificuldades do trauma, contando sempre com a solidariedade de familiares e amigos, na sua luta a favor dos Direitos Humanos.

### **1.1.1 Participação no Movimento Feminino Pela Anistia (MFPA) e no movimento das Diretas Já**

As circunstâncias do “desaparecimento” político de Rubens Paiva foram cruciais para tornar Eunice uma ativista política, participante de dois movimentos importantes do período de “distensão política”: a Campanha pela Anistia e a Campanha pelas Diretas Já. Para Catela (2001):

A busca do corpo torna-se, então, o locus da dor e cria laços de união e solidariedade entre os familiares de desaparecidos, ao mesmo tempo em que configura o cerne das estratégias de ação destes grupos, sintetizadas nas denúncias de violação de direitos humanos e na busca pela verdade, memória e justiça. (CATELA, 2001 *apud* SANTOS; TELES, 2009).

O Movimento Feminino Pela Anistia (MFPA) nasceu em São Paulo, a partir de 1975, por iniciativa de Therezinha Zerbini e um grupo de mulheres opositoristas, que desejavam o retorno dos exilados ao Brasil. Therezinha, oriunda da classe média alta paulistana, era advogada e conhecedora da situação política do país, que respirava os ares da censura e da repressão. Elas criaram o núcleo da Anistia, na capital paulistana, cujo Estatuto<sup>25</sup> previa a possibilidade de criação de outros núcleos em diversas regiões brasileiras.

Esse movimento adveio de grupos de mulheres que desde a década de 1970, antes de se estabelecerem como um grupo atuante da causa, percorriam tribunais, delegacias e quartéis na tentativa de encontrar seus familiares. Uniram-se em uma só voz contra os arbítrios e abusos cometidos pela ditadura e reivindicaram o paradeiro de seus familiares perseguidos políticos, presos, desaparecidos, mortos (DUCCINI, 2017, p.13). Uma das estratégias de luta política adotadas pelo MFPA era a utilização de elementos do imaginário feminino aprovados pela ditadura e sociedade da época: a mulher como defensora da família e do lar, interessada maior na pacificação da família brasileira, que age por impulso e amor, contrária a conflitos e violências. Mas isso não significou dizer que a luta foi amplamente respeitada pelo regime ditatorial, pelo contrário, foi vista como ameaça e mantida sob constante vigilância (DUCCINI, 2017, p.17).

Desse modo, os núcleos de mulheres em luta pela anistia se espalharam por diversas capitais, sendo formado um, inclusive, em Sergipe, através da ativista política e professora da Universidade Federal de Sergipe (UFS), Núbia Marques. No início do movimento, Therezinha Zerbini amenizou o seu conteúdo político, valorizando a pauta da preservação da família brasileira, que chorava pelos entes queridos distantes, e também citava a questão

---

<sup>25</sup> No estatuto constam 21 artigos, que deliberam sobre a denominação, fins, sede e duração do movimento. Dentre estas deliberações, o artigo 1º o declara ser uma entidade civil, isenta de fins políticos, religiosos, ideológicos ou lucrativos, congregando mulheres, profissionais liberais, universitárias, mães de famílias e trabalhadoras. O artigo 21º delibera e estrutura a forma de luta e o principal objetivo do MFPA, afirmando “que dentro da ordem e das leis do país, lutará para que seu ideal maior seja atingido, ou seja, a pacificação da Nação e a União de todos os brasileiros”. Ver o *Estatuto do MFPA* e demais informações, no acervo do Memorial da Anistia – Documentos do Brasil Nunca Mais. Disponível em: <http://memorialanistia.org.br/acervo-disponivel/>. Acesso: 12 de set de 2019.

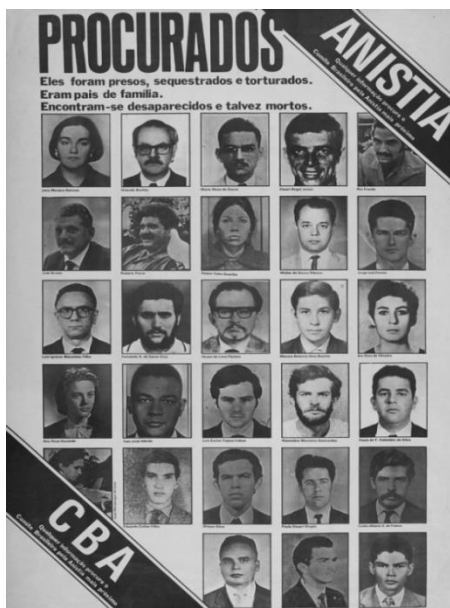
cívica, como forma de deixar a campanha existir e crescer em tempos de controle por parte dos militares.

No entanto, à medida que as mulheres iam se organizando e criando núcleos em diversos estados da federação, a bandeira da “Anistia, ampla, geral e irrestrita” se sobressaía e ganhava força nas ruas. Em Sergipe, as mulheres receberam o apoio de políticos do MDB e outros militantes, do sexo masculino, ligados aos partidos comunistas (PCB e PC do B), o que caracterizava esse movimento como misto. Elas promoveram reuniões, panfletagens e outras manifestações públicas não somente em defesa da anistia, mas também pela libertação de presos políticos do Presídio de Itamaracá-Pernambuco, onde se encontrava preso o sergipano João Bosco Rollemberg Cortês, cuja esposa, Ana Maria dos Santos Rollemberg Cortês, integrou o movimento, junto com Laura Maria Ribeiro Marques e Zelita Rodrigues Correia dos Santos. Todas elas participaram ativamente da luta política oposicionista do período militar, muitas vezes, sofrendo as agruras do regime, com prisões e tortura.

Foi nesse contexto de intensa luta política que Eunice e sua família conviveram com a eterna busca por Rubens Paiva. Ela sabia do que acontecia no país, pois lia as notícias, e passou a integrar as reuniões do MFPA, “embora participasse de reuniões e eventos, não quis estar à frente dos comitês”. “Tinha solidariedade com os grupos, mas não queria estar entre as lideranças”<sup>26</sup>. Esteve presente em alguns eventos importantes dos movimentos pela anistia política. Em 27 de junho de 1978, Dia Nacional de Luta pela Anistia, participou de uma mesa de debate sobre a anistia, a qual foi promovida pelo Comitê Brasileiro pela Anistia de São Paulo (CBA/SP) no auditório do Tuquinha. Em novembro se fez presente no I Congresso Nacional pela Anistia Política, ao lado de Clarice Herzog.

---

<sup>26</sup> Entrevista de Vera Paiva a Juliana Dal Piva. In: DAL PIVA, Juliana Schwartz. *A construção da busca por Rubens Paiva: um estudo de caso nas investigações sobre o desaparecimento do parlamentar*. Dissertação (mestrado) – 2016. P. 69-70.



**Imagem 1** - Cartaz de procurados pelo Comitê Brasileiro pela Anistia.  
**Fonte:** Memorial da Democracia

Desde que deixou a prisão, Eunice impetrou uma busca sem fim pelo seu marido desaparecido. De início, frequentava grupos e reuniões de pessoas que buscavam por seus familiares, como as elaboradas pelo Arcebispo D. Paulo Evaristo Arns para “familiares de desaparecidos políticos”. Sua participação em uma dessas reuniões é registrada por Bernardo Kucinski, em seu livro *K.: Relato de uma busca* (2016), onde menciona um encontro de seu pai Majer Kucinski com Eunice Paiva. Quando buscava pela filha Ana Rosa Kucinski, se deparou com um anúncio no “*Estado de S. Paulo*, uma notícia que se referia, embora de modo discreto, a desaparecidos políticos” (KUCINSKI, 2016, p.22). Ao chegar à reunião havia cerca de sessenta pessoas ou mais, entre essas estava Eunice Paiva que ao falar chamou a atenção de K.

Depois falou outra senhora, de seus cinquenta anos, que se apresentou como esposa de um ex-deputado federal. Dois policiais vieram à sua casa, pedindo que o marido os acompanhasse à delegacia para prestar alguns esclarecimentos. Ele foi tranquilo, pois embora seu mandato de deputado tivesse sido cassado pelos militares, levava vida normal, tinha escritório de advocacia. Desde então, havia oito meses, nunca mais o viram. Na delegacia disseram que ele ficou apenas quinze minutos e foi liberado. Mas como? Como poderia ter desaparecido assim por completo? Essa senhora, muito elegante, estava acompanhada de quatro filhos (KUCINSKI, 2016, p.23).

Segundo Bernardo Kucinski, o que levou aquele grupo àquela reunião era algo insólito, de característica comum assombrosa: as pessoas desapareciam sem deixar vestígios (KUCINSKI, 2016, p. 25). A reunião foi confirmada pelo Arcebispo Metropolitano de São



Paulo, Cardeal Paulo Evaristo Arns, que declarou: “Atendia eu na Cúria Metropolitana, semanalmente, a mais de vinte, senão cinquenta pessoas. Todas em busca do paradeiro dos seus parentes” (ARQUIDIOCESE DE SÃO PAULO, 2011). No Natal de 1974, dom Paulo Evaristo Arns sugeriu a organização de uma campanha em defesa da anistia. Eunice preferiu empreender um trabalho solitário, enfrentando o governo e o Judiciário, pois queria preservar os filhos e não queria ser vista apenas como “a eterna viúva de Rubens Paiva”. No entanto, sua filha mais velha, Vera Paiva, estudante de Psicologia da Universidade de São Paulo (USP), integrou o Comitê Brasileiro pela Anistia (CBA), como representante dos estudantes junto ao movimento nacional. São poucas as fontes e documentos que mostram essa participação de Eunice no MFPA e nos CBAs, isso se deve ao fato de ela não integrar a liderança, pois não quisera estar à frente dos movimentos.

Em 1979, após idas e vindas, o governo do presidente João Baptista Figueiredo encaminhou ao Congresso Nacional o projeto da Lei da Anistia. Essa lei, nº 6.683, foi aprovada em 28 de agosto daquele mesmo ano, impondo algumas limitações à volta dos exilados que cometeram crimes de sangue, bem como beneficiando os militares. “Esta anistia foi costurada não como justiça, mas antes ela foi decretada como suspensão de toda futura tentativa de se concretizar a justiça. Os donos do poder se apropriaram da anistia para convertê-la em mecanismo de impunidade” (Seligmann-Silva, 2007). Como advogada, Eunice foi uma das primeiras a fazer críticas à Lei da Anistia. Em uma entrevista ao jornal *O Globo*, em 1995, afirmou que a lei deveria ser respeitada “O ressentimento das famílias das pessoas que sofreram agressões físicas naquela época é legítimo. Por outro lado, como advogada, não posso deixar de levar em conta que existe a Lei de Anistia, que deve ser respeitada. Não estou julgando o que as pessoas fizeram. Estou só lembrando que existe a anistia, que vale para os dois lados” <sup>27</sup>.

Todavia, seu posicionamento respeitoso às leis a levou a reconhecer a importância da lei de anistia para a sociedade naquele momento, embora considerasse que a forma como foi elaborada “significou mais um ato de arbítrio dentro da série de disparates político-jurídicos dos governos da ditadura”, e que não se estendeu às famílias dos mortos e desaparecidos políticos. No entanto, é preciso considerar que serviu para “se costurar a passagem do governo civil-militar para um regime democrático”. Com o retorno dos exilados e ex-presos

---

<sup>27</sup> Entrevista de Eunice Paiva ao jornal “O globo” 1995. In: SÃO PAULO. *Viúva do deputado Rubens Paiva, Eunice morre aos 89 anos. Folha de São Paulo*. 13 dez. 2018. Sessão Poder. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2018/12/viuvade-rubens-paiva-eunice-morre-aos-89-anos.shtml>. Acesso em: 23 jul. 2019.

políticos ao Brasil, surgiram testemunhos que contribuíram para a busca dos desaparecidos, a exemplo da denúncia feita por Inês Etienne Romeu ao Conselho Federal da OAB, sobre a existência do centro clandestino de prisão e tortura, montado pelo exército brasileiro na cidade de Petrópolis, Rio de Janeiro (CEV-RIO, 2014, p.24), e do reconhecimento do médico Amílcar Lobo, realizado também por Inês, que foi de grande contribuição na luta de Eunice em busca por verdades sobre a morte e desaparecimento do seu marido.

Neste ínterim, mesmo com a desestruturação vivida pelo país, Eunice continuou enfrentando suas lutas, quase todas sem sucesso. Decidiu lutar pela redemocratização do Brasil, atuando na organização do movimento “Diretas Já”. Outro movimento que se destacou no campo oposicionista, além da Campanha pela Anistia, representando a luta por eleições diretas para presidente e vice-presidente da República, já na década de 1980. Eunice atuou como representante da “sociedade civil”, empenhando-se na organização desse movimento.



Eunice Paiva (em pé, de amarelo, à esq.) junto a outros representantes da sociedade civil no heliporto da Folha, em 1984, para expressar a união nacional em torno da exigência de eleições Diretas-Já para presidente da República - Avani Stein-23.abr.84/Folhapress

**Imagem 2** - Eunice Paiva representando a sociedade civil nas Diretas Já - 1984.

**Fonte:** Folha de São Paulo (13 dez. 2018).

Nesse contexto, seguiu com seus enfrentamentos e fazendo pressões aos governantes, a fim de que tomassem posição política e promovessem o reconhecimento e a responsabilidade do Estado sobre os seus crimes, entre eles o de desaparecimento político.

### 1.1.2 Militância nos Direitos Humanos

Apesar de todo trauma vivido, uniu sua dor a dos demais, pois, assim como o marido que foi arrancado do seio da família, os índios eram arrancados de suas próprias terras e aqueles que se revoltavam eram aprisionados, torturados, amarrados de cabeça para baixo e muitos não resistiam e eram descartados, conforme relatório da Comissão Nacional da Verdade sobre os índios. Ela se solidarizou e procurou fazer benefícios àquele povo, utilizando seu conhecimento em prol daqueles que, como ela, tinham tido perdas irreparáveis: “Se não conseguiu salvar o marido e tantos outros, tentaria salvar os índios” (PAIVA, 2015, p. 203). Desse modo, se identificou com a causa, pois para ela a luta era a mesma. Atendeu e representou nações indígenas, advogou contra a violência e expropriações indevidas de terras e participou, junto com outros especialistas, da organização Mata Virgem, tendo trabalhado, também, na Comissão Pró-Índio de São Paulo<sup>28</sup> (CPI-SP), fundada em 1978, e no IAMÁ (Instituto de Antropologia e Meio Ambiente).

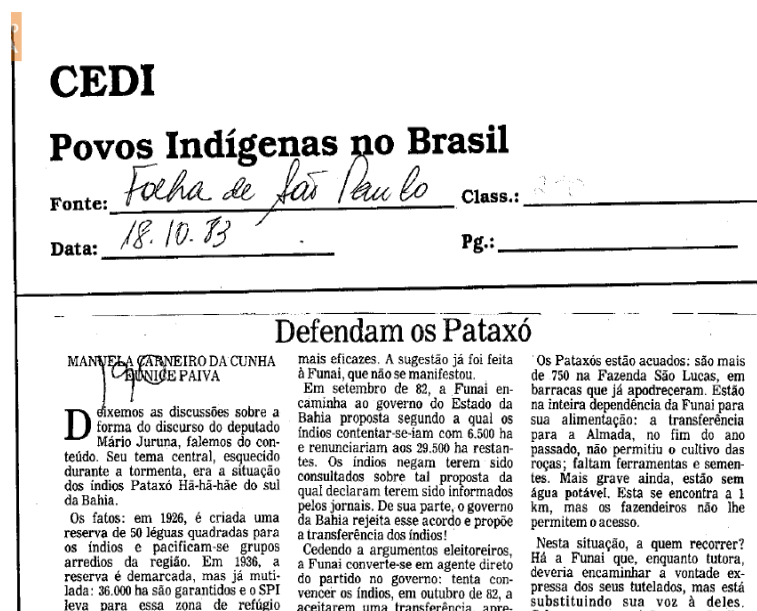
Em outubro de 1983, assinou com Manuela Carneiro da Cunha, na seção “Tendências e Debates” da Folha, o artigo “Defendam os pataxós”. Ambas trabalhavam na Comissão Pró-Índio de São Paulo, ONG fundada em 1978. O artigo foi um marco na luta indígena brasileira e serviu de modelo para outros povos indígenas, inclusive africanos, americanos e esquimós (PAIVA, 2015, p. 203).

Com este artigo “Defendam os Pataxó”, as autoras chamam a atenção da opinião pública para a causa indígena, especificamente para a dos índios Pataxó, que vivem no sul da Bahia, e sofrem com o descaso e abandono das instituições governamentais responsáveis por cuidar e defender os seus direitos. A violência a qual estão submetidos, sendo expulsos de suas terras, forçados a trabalhar para os invasores, sem alimentação, sem ferramentas e sementes para cultivar a terra, e, o pior, sem água potável, está sob responsabilidade da FUNAI (Fundação Nacional do Índio), criada em 1967, em substituição ao SPI (Serviço de Proteção ao Índio), instituição responsável por prestar assistência a todos os índios do território nacional, mas que durante os anos de sua atuação (1910-1967) demonstrou incapacidade de realizar proteção ao índio, ao envolver-se com fazendeiros, arrendando as terras da reserva, ignorando os abusos e violência praticados aos índios Pataxó. A FUNAI, que tem como missão coordenar e executar as políticas indigenistas do Governo Federal, proteger e promover os direitos dos povos indígenas, entre as décadas de 70 e 80, adotou uma

---

<sup>28</sup> Comissão Pró-Índio de São Paulo (CPI-SP). Disponível em: <http://cpisp.org.br/quem-somos/historia-comissao-pro-indio-de-sp/>. Acesso em 11 set. 2019.

política conciliatória e mediadora dos conflitos entre indígenas, fazendeiros e o governo de estado. No entanto, tem se mostrado impotente para defender o direito dos índios, “nesta situação a quem recorrer?”. As autoras expõem o caso e chamam a população a se unir ao grupo de índios que resistem a todas as violências.



**Imagem 3** - Artigo assinado por Eunice Paiva (1983), assessora da Comissão Pró-Índio de São Paulo.

**Fonte:** Folha de São Paulo (1983).

O sofrimento dos índios Pataxó sensibilizou ainda mais Eunice, na luta pela causa indígena. Nesses tempos ditatoriais, o governo, que deveria cuidar e zelar pelo direito dos índios, na verdade, agiu para tomar tudo que eles tinham e, assim, favorecer a outros. No dia do índio, em 1984, Eunice participou de um debate ao lado de Ailton Krenak, Lux Vidal, Dalmo Dallari. Nesse debate, eles levantaram críticas à principal instituição do governo, FUNAI (Fundação Nacional do Índio), responsável por cuidar do direito indígena.



**Imagem 4** - Participação de Eunice no debate promovido pela Folha “Índio, entre a emancipação e a tutela”.  
**Fonte:** Acervo Folha

Ela sentiu essa mesma dor, mas não se paralisou diante das instituições. Ao contrário, usou todo o conhecimento para advogar a favor da causa, como escreveu Paiva (2015), “ela se deu ao luxo de atuar numa área que não dava dinheiro, mas pela qual se apaixonou inexplicavelmente”. Como mencionado anteriormente, o relatório final da CNV expôs dados que mostram que a violência praticada pelos governos militares não ficou restrita aos grupos políticos que fizeram oposição ao regime após o golpe de 1964, mas atingiu de forma brutal segmentos sociais tidos como empecilhos ao desenvolvimento ou como algo que estava no caminho do progresso. Apontou, ainda, a falta de reconhecimento e de demarcação dos territórios indígenas, como raiz central das graves violações de direitos humanos apuradas. Nesse sentido, o Estado brasileiro, por ação e omissão, foi responsável pela morte de cerca de 8.350 indígenas ligados a pelo menos 10 etnias, das 305 que vivem no Brasil<sup>29</sup>.

O governo de Emílio Garrastazu Médici implementou o Plano de Integração Nacional (PIN), em 1970, para expandir as fronteiras internas do Brasil, criando cidades, ampliando os negócios e construindo rodovias para o escoamento de matérias-primas. Essa expansão significou confronto com as nações indígenas brasileiras, resultando em assassinatos, individuais ou coletivos, como também em perseguição e criminalização pelo uso da terra. De modo que algumas lideranças indígenas foram presas, outras torturadas e mortas, por

<sup>29</sup> BRASIL. Comissão Nacional da Verdade. *Relatório da Comissão Nacional da Verdade*, v. 1. Brasília, 2014, pp. 702-707. Disponível em: [cnv.memoriasreveladas.gov.br](http://cnv.memoriasreveladas.gov.br). Acesso em: 11 set. 2018.

terem um comportamento considerado inadequado frente à política de desenvolvimento do governo.

Em síntese, após o golpe civil-militar de 1964, um novo período econômico de crescimento possibilitou a construção de grandes obras que se espalharam por todas as regiões do país. No caminho desses projetos, como o da rodovia Transamazônica (1973) e da Cuiabá- Santarém (1971), inúmeros povos indígenas ou parte da população pobre, com terras reconhecidas ou não, passaram a ser tratados como obstáculos para o desenvolvimento.

Em 1967, o governo militar criou a Fundação Nacional do Índio (FUNAI), como resposta ao escândalo de corrupção, esbulho de terra e renda, além de denúncias de violações de direitos humanos, envolvendo políticos, empresas e a participação de funcionários do Serviço de Proteção ao Índio (SPI). Embora, o discurso e os objetivos continuassem voltados para o protecionismo e a assistência aos índios, na prática, a política indigenista foi militarizada e tratada como questão de segurança nacional, acirrando os conflitos no país.

Entende-se, portanto, que este amor pela causa indígena de Eunice Paiva foi além do seu dever jurídico, personificado em um ato de solidariedade, que a levou a um autoconhecimento. Foi na luta que ela encontrou a sua própria identidade, a perda do esposo deu-lhe forças e revelou o seu real potencial feminino de indignação, que estava escondido como sombra do marido. Assim, seu amadurecimento foi proporcional aos seus enfrentamentos.

### **1.1.3 Envolvimento na Comissão Especial de Mortos e Desaparecidos Políticos (CEMDP) e na Comissão Nacional da Verdade (CNV)**

Após 21 anos de ditadura e somente na década de 1990, “a geração que lutou contra a ditadura chegaria, pela primeira vez, à presidência da República”, através do governo do sociólogo Fernando Henrique Cardoso (PSDB). Dez anos depois da saída dos militares da presidência, o Estado reconheceu oficialmente o desaparecimento de pessoas ao longo do regime civil-militar por meio da Lei nº 9.140, de 1995. A legislação transformou-se no primeiro passo dado pelo reconhecimento dos crimes cometidos por agentes públicos naquele período e permitiu que as famílias pudessem obter, enfim, certidões de óbito de seus parentes desaparecidos.

No período de transição democrática, houve muita luta e enfrentamentos pelo reconhecimento dos direitos das pessoas atingidas pela ditadura civil-militar. Esses embates

foram, principalmente, comandados por representantes dos desaparecidos políticos, que tiveram que levar suas questões e investigações praticamente sozinhos, pois os governos que se seguiram, após os militares, tratavam com indiferença esses casos. Eunice Paiva, que até então acreditava que a saída dos militares do poder seria a chave que abriria novas possibilidades de esclarecimento sobre a morte de Rubens Paiva, teve suas expectativas frustradas. Mesmo quando Fernando Henrique Cardoso (FHC) tomou posse, em 1994, pois ele também passou a resistir às solicitações dos familiares, se negando a enfrentar a questão na qual promoveria o reconhecimento e a responsabilização do Estado sobre os crimes da ditadura, e ainda, desconversou quando a Anistia Internacional cobrou uma posição sobre os desaparecidos políticos.

Eunice ficou indignada e sentiu a necessidade de enfrentar o governo, precisava de alguma forma rebater a contradição do presidente, que foi amigo de Rubens Paiva e, quando jovem, um de seus assessores durante a campanha a deputado federal, ajudando-o a organizar os temas e enfoques dos seus discursos (TÉRCIO, 2013, p. 39). Ela não se aquietou até encontrar nos arquivos um texto escrito por FHC, material de quando ele era ainda um jovem sociólogo e colunista da *Folha de S. Paulo*, nos idos da década de 1980. Nesse artigo, FHC cobrava do governo José Sarney uma posição sobre os desaparecidos políticos. Eunice, então, encaminhou esse texto ao seu filho Marcelo Paiva, que redigiu um artigo e publicou na revista *Veja*, em 10 de maio de 1995, falando sobre as contradições do FHC, que oscilava entre ser um pensador crítico do regime ditatorial (anos 1980) e omissos com as vítimas, nos anos 1990, quando presidente da República (PAIVA, 2015, p.40). Essas críticas tiveram grande repercussão. Nesse artigo, Marcelo Paiva citou frases do professor sociólogo FHC:

“O riso franco de Rubens Paiva, sua bonomia, seu modo de ser generoso e de ajudar a mudança das coisas vivem, hoje, apenas na memória dos que o conheceram. Mas viverão enquanto vivermos. E ajudarão a impedir que haja esquecimento”. Com essas palavras o sociólogo, então suplente de senador, Fernando Henrique Cardoso encerrou um artigo em março de 1981 intitulado “Sem esquecimento”, em que está escrito “somos sobreviventes e temos uma responsabilidade: assegurar que nada disso se repita”.

O cidadão brasileiro não pode estar seguro de que “nada disso se repita”, já que o autor deste texto, ao chegar à Presidência, ocupando o cargo de comandante-supremo das Forças Armadas, indica que teme mexer com setores comprometidos com a tortura e o desaparecimento de políticos<sup>30</sup>.

---

<sup>30</sup> Ver o artigo completo. Nós não esquecemos. In: TELES, Janaína. (Org.). *Mortos e desaparecidos políticos: reparação ou impunidade?* 2. Ed. São Paulo: Humanitas, FFLCH/USP, 2001, p. 45-49.

Em “resposta ao reclamo das famílias dos desaparecidos” e diante das pressões sofridas, o presidente Fernando Henrique Cardoso e o Ministro da Justiça, Nelson Azevedo Jobim, lançaram a Lei 9.140, de 04 de dezembro de 1995. Essa lei dos desaparecidos instituiu o reconhecimento do Estado pelas mortes, garantiu a emissão dos atestados de óbito e a indenização para os familiares. Foi a partir daí que Eunice começou a obter suas vitórias. Depois de 25 anos de luta, pôde, enfim, se considerar viúva, mexer em aplicações bancárias e fazer o inventário do marido.

Em 1996, Eunice integrou a Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos (CEMDP), que objetivava analisar os casos das vítimas da ditadura e concederia indenizações aos seus familiares. Como representante da sociedade civil, atuou até o dia 3 de abril de 1996, quando pediu afastamento, sob a alegação de que tal situação a mobilizava emocionalmente, sendo substituída por Luís Francisco Carvalho Filho<sup>31</sup>. Segundo reportagem da *Folha*, o motivo da saída foi o fato de que sofria pressão de familiares de mortos e desaparecidos<sup>32</sup>.

A luta que empreendeu todos os anos foi uma luta em favor de verdade e justiça. Lutou e contestou o autoritarismo patriarcal, matrimonial e de Estado, segundo Marcelo Paiva, “nunca se deixou cair no pieguismo”, “não culpou esse ou aquele, mas o todo” (PAIVA, 2015). Conforme os documentos do SNI (Serviço Nacional de Inteligência), essa família não teve sossego, pois tanto Eunice quanto seus filhos foram vigiados por agentes militares de 1971 até 1984<sup>33</sup>.

Eunice sabia que a situação a qual vivia era resultado das atitudes de Rubens Paiva, movido por uma paixão ideológica, de um amorismo intenso e muita imprudência. A falha cometida por seu marido, que não pensou na família, poderia ter sido remediada diante das opções existentes. A mais propícia seria sair do país, como fizeram os amigos.

Por anos, ela não o perdoou por colocar a família em risco, numa luta desigual, desorganizada, praticamente perdida. Para muitos, meu pai foi um herói que não

---

<sup>31</sup> BRASIL. Secretaria Especial dos Direitos Humanos. Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos. *Direito à verdade e à memória*: Brasília-DF. Disponível em: <https://cemdp.sdh.gov.br>. Acesso em: 10 jan. 2019.

<sup>32</sup> SÃO PAULO. Viúva do deputado Rubens Paiva, Eunice morre aos 89 anos. *Folha de São Paulo*. Sessão Poder 13 dez. 2018. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2018/12/viuvade-rubens-paiva-eunice-morre-aos-89-anos.shtml>. Acesso em: 23 jul. 2019.

<sup>33</sup> NERY, Fernanda O. Natuza. Viúva do ex-deputado Rubens Paiva foi monitorada pela ditadura. *Folha de São Paulo*, Brasília, 29 out. 2013. Seção Poder. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2013/10/1363601-viuvade-rubens-paiva-foi-monitorada-pela-ditadura.shtml>. Acesso em: 13 jul. 2018.



fugiu à luta. Para ela, deveria, sim, ter seguido para o exílio, quando soube que a família poderia passar pelo que passou (PAIVA, 2015, p. 259).

A história de Eunice se enquadra na história de muitas mulheres que tiveram suas vidas marcadas pela dor e pelo trauma da perda e foram obrigadas a se metamorfosear, engajando-se em organizações que contestavam as arbitrariedades do regime, sem, contudo, participar da luta armada. Muitas dessas mulheres, após serem atingidas por governantes autoritários, que as excluía, tomaram novos rumos. De uma participação feminina restrita e sem igualdade jurídica, nem formal, entre homens e mulheres para outra condição, onde elas se propuseram a adotar um novo modo de atuação, mais participativo, crítico e independente.

Eunice Paiva sentiu duramente a ausência do marido, contudo não se deixou abater. Com atitudes divergentes dos padrões dentro dos quais havia sido criada, rompeu com o seu papel de mãe e esposa dedicada, entrou na cena pública e iniciou a busca por informações sobre o paradeiro do seu marido. Desse modo, passou de dona de casa de “família burguesa” à estudante de Direito, com ideologias tendenciadas mais para a esquerda (PAIVA, 2015, p. 60), tendo que se dividir entre ser mãe de cinco filhos, provedora do lar e, ao mesmo tempo, combater a ditadura (Idem / Ibidem, p. 193): “Não foi ser na vida uma digna mãe italiana, mas uma advogada tão eficiente e requisitada que, aos setenta anos, nunca a deixavam se aposentar” (Idem / Ibidem, p. 48).

Durante o período de investigações e apurações feitas pela Comissão Estadual da Verdade do Rio (CEV-Rio), foram encontrados outros documentos que comprovam que, mesmo após a morte de Rubens Paiva, a família continuava sendo vigiada por militares. Essas informações foram divulgadas em nota pelo jornal *O Globo*.

Documentos obtidos pela Comissão da Verdade do Rio (CEV-Rio) mostram que Vera e Marcelo Rubens Paiva foram vigiados em 1981 e 1984, respectivamente. Informe do Serviço Nacional de Informações (SNI) revela ainda que, em 1979, uma araponga seguiu e produziu um informe sobre uma palestra da viúva de Rubens Paiva, Eunice Paiva.

A Agência Central do SNI vigiou Vera depois que ela elaborou um trabalho intitulado de "Danos psíquicos e sociais da repressão e da tortura" e o apresentava a estudantes de psicologia. No caso de Marcelo Rubens Paiva, o monitoramento foi feito pelo Centro de Informações de Segurança da Aeronáutica (Cisa), órgão que prendeu seu pai. O documento descreve informações sobre o jornalista: “É

paralítico desde 1979. É autor do 'livro Feliz ano velho'. Em 1982, era filiado ao partido dos trabalhadores (PT)".<sup>34</sup>

O que leva a considerar que não apenas Rubens Paiva era vigiado, como toda a família. Suspeita fortalecida por meio da informação de que, em 1971, ao ser interrogada durante a sua detenção, Eliana foi questionada sobre sua visão política e sobre uma redação escolar que fez para a aula de história sobre a "Primavera de Praga"<sup>35</sup>. O fato de os agentes saberem que ela havia escrito um determinado trabalho escolar já indicava o nível de vigilância a que estava submetida a família, e o modo como a espionagem invadia os espaços mais íntimos dos indivíduos.

Ao analisar a estruturação dos órgãos de segurança e repressão no Estado de São Paulo, Célia Cardoso<sup>36</sup> constatou a continuidade de alguns mecanismos de controle de pessoas do tempo do autoritarismo que resistiram no período democrático.

Embora a Anistia parcial, concedida em 1979, tenha atingido muitos condenados políticos de oposição. A vigilância e o controle sobre ex-presos políticos, com denúncias na imprensa escrita e falada e feitas pelos próprios ex-condenados, não desapareceu após os 21 anos de autoritarismo. Não raramente, até o início dos anos 90, os 'suspeitos' eram encaminhados às delegacias de polícia para averiguação, pois os seus nomes ainda constavam nos fichários da polícia, o que os transformava em tempos de relativa democracia, em 'elementos perigosos' (CARDOSO, a. 2014, p.172).

A partir da década de 1970, o controle e vigilância de adversários políticos geralmente eram exercidos pelo Centro de Operações de Defesa Interna (CODI), que detinha o comando efetivo sobre os núcleos de segurança e repressão existentes, que se articulavam com o Destacamento de Operações de Informações (DOI). Eles atuaram para desarticular e eliminar organizações políticas das esquerdas empenhadas na execução da luta armada para a derrubada do regime. Com atividades pautadas nos princípios da DSN as ações repressivas

<sup>34</sup> CASTRO, Juliana. *Filhos e viúva de Rubens Paiva foram vigiados pela ditadura*. 07 fev. 2014. O Globo. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/brasil/filhos-viuvade-rubens-paiva-foram-vigiados-pela-ditadura-11537964>. Acesso 26 abr. 2020.

<sup>35</sup> PAIVA, Maria Eliana Facciolla. O testemunho do que eu sei, li, vi, ouvi, senti e pensei. In: Comissão Estadual da Verdade de São Paulo - Rubens Paiva. *Infância roubada* São Paulo, SP. [2015?]. Disponível em: <http://comissaoдавerdade.al.sp.gov.br/livros/infancia-roubada/?p=252>. Acesso em: 21 mar. 2019.

<sup>36</sup> A pesquisa da autora foi construída tendo em vista as relações políticas convergentes e divergentes estabelecidas entre os governos estaduais paulistas e o poder militar no campo da segurança nacional, tendo também discutido a atuação, estruturação e (des) estruturação dos órgãos de segurança e repressão no Estado de São Paulo. Compreende esse tema a partir de três períodos singulares e ao mesmo tempo complementares, para demonstrar como o Estado de São Paulo atingiu expressiva importância e visibilidade nacional no campo da repressão política. Célia Costa Cardoso. *Segurança e repressão no Estado de São Paulo*. In: O Estado de São Paulo sob os governos militares (1963-1983). São Cristóvão - SE, ed. UFS, 2014, p. 167-232.

visavam atingir ‘principalmente os estudantes’. Para os militares no poder, “Os universitários, alvo dos ‘doutrinadores’ comunista, eram passíveis de aderir mais facilmente à ‘guerra revolucionária’”. Muitas das ações repressivas exercidas sobre os estudantes tinham a intenção de ‘intimidar, humilhar, desestabilizar ou desqualificar, deixando suas vidas marcadas para sempre’ (CARDOSO, a. 2014, p. 194, 200, 202).

Muitas dessas ações repressivas foram investigadas no âmbito dos trabalhos da Comissão Nacional da Verdade no Brasil que foi criada com a finalidade de investigar violências, abusos sofridos por cidadãos que tiveram seus direitos humanos violados pelo Estado ou por grupos envolvidos no conflito político armado de 1946 a 1988, além de transmitir à sociedade a verdade dos fatos, ajudando-a a entender e reconhecer eventos passados, que marcaram vidas e mudaram histórias, respondendo a uma demanda histórica da sociedade. Sua criação foi proposta ao presidente Luiz Inácio Lula da Silva em dezembro de 2009, pelos organizadores da 11ª Conferência Nacional de Direitos Humanos (CNDH). Tomou como base o eixo: “Direito à Memória e à Verdade”, tema principal do 3º Programa Nacional de Direitos Humanos. Foi aprovada e sancionada sob a Lei nº 12.528, em 18 de novembro de 2011, e instalada em 16 de maio de 2012, pela então presidente da República Dilma Rousseff “com a afirmação de que a verdade era merecida pelo Brasil, pelas novas gerações e, sobretudo, por aqueles que perderam parentes e amigos” (CNV, 2014, p. 20-23).

A implantação da Comissão Nacional da Verdade no Brasil não foi inédita, teve por base experiências de outros países, em diferentes continentes e contextos históricos. No entanto, o Brasil foi o país que mais demorou a investigar as violações dos direitos humanos e a dar resposta à sociedade. Foi a comissão de maior marco temporal – abrangeu o limite de tempo de mais de 40 anos – e de maior extraterritorialidade. Inovou ao criar as comissões estaduais, municipais, universitárias e setoriais, das quais obteve uma profícua cooperação, potencializando grandemente o seu alcance da atuação (CNV, 2014, p. 41).

A primeira comissão estadual a ser criada foi a Comissão da Verdade do Estado de São Paulo - Rubens Paiva, criada pela Resolução n. 879, de 10 de fevereiro de 2012.

As ações da CNV visam ao fortalecimento das instituições democráticas, procurando beneficiar toda a sociedade, composta inclusive por 82 milhões de brasileiros já nascidos sob o regime democrático. No ato de sua formação, sofreu severas críticas por parte de grupos apoiadores da ditadura civil-militar, que acreditavam que a CNV suscitava o “revanchismo” no país, sugerindo que a finalidade dessas investigações seria desacreditar os processos do Superior Tribunal Militar, assim como a própria instituição, que a CNV tinha por base apenas

depoimentos de grupos de esquerda e que por trás das investidas estava o interesse em anular a Lei da Anistia nº 6.683, de 1979, para os militares (CNV, 2014, p.21).

A Comissão Nacional da Verdade, ao longo de dois anos e meio de atividade, procurou cumprir a tarefa que lhe foi estipulada na Lei nº 12.528, de 18 de novembro de 2011, e apresentou, em 2014, o resultado das investigações realizadas. O relatório foi composto por três volumes. O primeiro volume descreve os fatos relativos às graves violações de direitos humanos do período investigado, com especial atenção ao regime ditatorial que se prolongou de 1964 a 1985. O segundo volume reúne textos temáticos de responsabilidade individual de alguns dos conselheiros da comissão, que os elaboraram ou supervisionaram com o respaldo de consultores e assessores do órgão e pesquisadores externos, identificados no início de cada contribuição. E o terceiro volume, de enorme significado histórico, foi integralmente dedicado às vítimas. Nele, há registros de 434 mortos e desaparecidos políticos e as circunstâncias de suas mortes, tragédia humana que não pode ser justificada por motivação de nenhuma ordem.

A entrega e o recebimento do relatório final da Comissão Nacional da Verdade deram-se na manhã do dia 10 de dezembro de 2014, em audiência no Palácio do Planalto, com a presença da presidente Dilma Rousseff, dos presidentes dos Poderes Legislativo e Judiciário, e dos seis membros da comissão.

Eunice estava no estágio III da doença quando a CNV foi instaurada. O MPF/RJ começou a ação contra torturadores, documentos surgiram, pessoas falaram. Os arquivos do coronel Molina, morto em Porto Alegre em 2014, provaram a prisão de Rubens Paiva, Malhães confirmou a farsa que tanto a intrigou e a qual ela atacou por décadas. Enfim, a versão oficial foi desmontada. Todavia, ela não registrou em seus pensamentos que se criou a Comissão da Verdade Rubens Paiva em São Paulo, e que toda a sua luta obteve êxito.

Sua filha Vera Silva Paiva, convidada a falar na cerimônia de instalação da Comissão da Verdade, que ocorreu no dia 18 de novembro de 2011, no Palácio do Planalto, e contou com a presença da presidente Dilma, de todos os ex-presidentes da República desde o restabelecimento da democracia após a ditadura civil-militar (1964-1985), dos ministros da Justiça, Casa Civil, e da secretária de Direitos Humanos, declarou: “mas por razões que não foram plenamente esclarecidas, não pude ler o meu discurso. A ministra dos Direitos Humanos na época, Maria do Rosário, posteriormente me pediu desculpas por “não ter

podido me dar a palavra”.<sup>37</sup> O que significou um ato de desrespeito para com os familiares de mortos e desaparecidos políticos.

Apenas no dia seguinte, Vera Silva Paiva soube que fora impedida de falar. Indignada, forneceu o discurso a vários veículos de comunicação. Entre eles o jornal *Carta Maior*, que o publicou com o título “O discurso que não foi lido”<sup>38</sup>, sem acrescentar nenhum comentário; e o *blog* do irmão Marcelo Paiva, que o publicou com o título “Comissão da ½ verdade”, seguido de crítica “começamos bem mal esta histórica comissão. O que eles temem tanto escutar?”.<sup>39</sup>

O conteúdo do discurso é o seguinte:

[...] ao enfrentar a verdade sobre esse período, ao impedir que violações contra direitos humanos de qualquer espécie permaneçam sob sigilo, estamos mais perto de enfrentar a herança que ainda assombra a vida cotidiana dos brasileiros. (...) hoje, consente quem cala! (Vera Paiva- O discurso não lido)

Mas apesar de todo impasse gerado no primeiro momento, Vera Paiva seguiu confiante, apoiando e acreditando que graças ao trabalho das Comissões da Verdade o caso de Rubens Paiva já não é mais de um desaparecimento, mas de um assassinato.

[Comissão Nacional da Verdade] foi um passo importante na direção da justiça, mas não deveríamos esperar que uma comissão da verdade possa ser mais do que ela é: uma comissão para investigar os crimes cometidos. Outras etapas terão que ser cumpridas no futuro, para que se faça uma justiça completa e isso não dependerá dessa comissão, mas do movimento social, da sociedade civil e do judiciário.<sup>40</sup>

---

<sup>37</sup> Depoimento de Vera Silvia Paiva. Comissão Nacional da Verdade: passo importante no esclarecimento da verdade e da justiça. Depoimento concedido a *Revista PUCSP. Ponto-e-vírgula*, n 15 (pp. 51-57). 2014. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/pontoevirgula/issue/view/1366>. Acesso 23 jan. 2019.

<sup>38</sup> Vera Paiva. “O discurso que não foi lido”. *Carta Maior*. Sessão Direitos Humanos, 20 nov. 2011. Disponível em: <https://www.cartamaior.com.br/?/Editoria/Direitos-Humanos/O-discurso-que-nao-foi-lido/5/18074>. Acesso em: 15 jan. 2020.

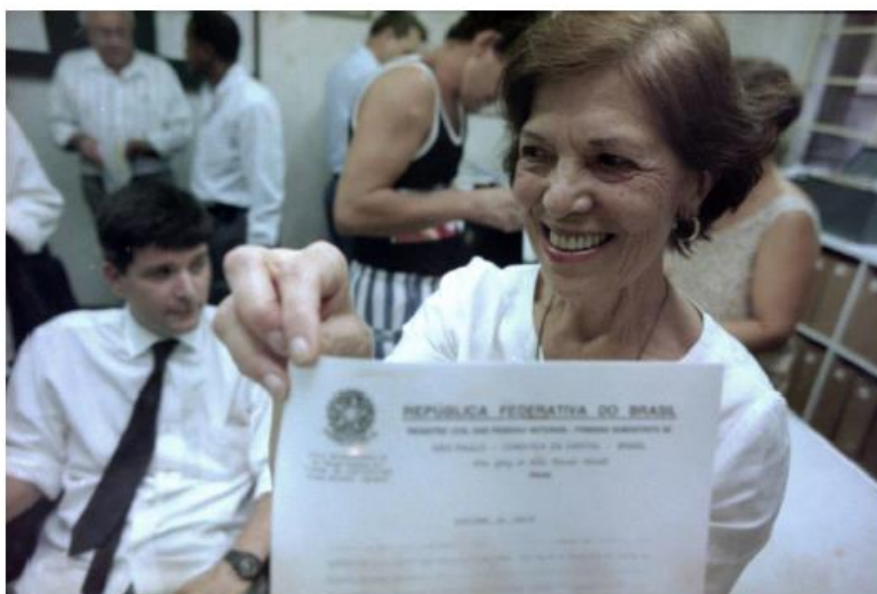
<sup>39</sup> Marcelo Rubens Paiva. “Comissão da meia verdade”. *Estadão/blog* Marcelo Rubens Paiva. 20, nov. 2011. Disponível em: <https://cultura.estadao.com.br/blogs/marcelo-rubens-paiva/comissao-da-12-verdade/>. Acesso em: 15 jan. 2020.

<sup>40</sup> Depoimento de Vera Silvia Paiva. Comissão Nacional da Verdade: passo importante no esclarecimento da verdade e da justiça. Depoimento concedido a *Revista PUCSP. Ponto-e-vírgula*, n 15 (pp. 51-57). 2014. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/pontoevirgula/issue/view/1366>. Acesso 23 jan. 2019.

## 1.2 NOTAS SOBRE EUNICE PAIVA: SÍMBOLO DE LUTA E RESISTÊNCIA POLÍTICA

Se, por um lado, a história de Eunice foi marcada pela tragédia, pela dor e pela tortura, por outro, foi também marcada por luta, resistência e solidariedade, pela esperança e pela vida. A vida que renascia a cada adversidade que surgia pelo seu caminho. Por anos, lutou pelo seu marido. Lutou para descobrir a verdade, para denunciar a tortura e os torturadores (PAIVA, 2015, p. 259). Sua luta tinha um foco específico: desconstruir a versão de fuga criada pelos militares, fazer com que o Estado assumisse a responsabilidade pela prisão e tortura seguida da morte, e, por fim, encontrar o corpo e os restos mortais de Rubens Paiva, seu marido.

Com a Lei 9.140, de 04 de dezembro de 1995, conhecida como a lei dos desaparecidos políticos, Eunice Paiva viu sua história mudar, lentamente, e não hesitou em comemorar: “Ela ergueu o atestado de óbito para a imprensa, como um troféu” (PAIVA, 2015, p. 38).



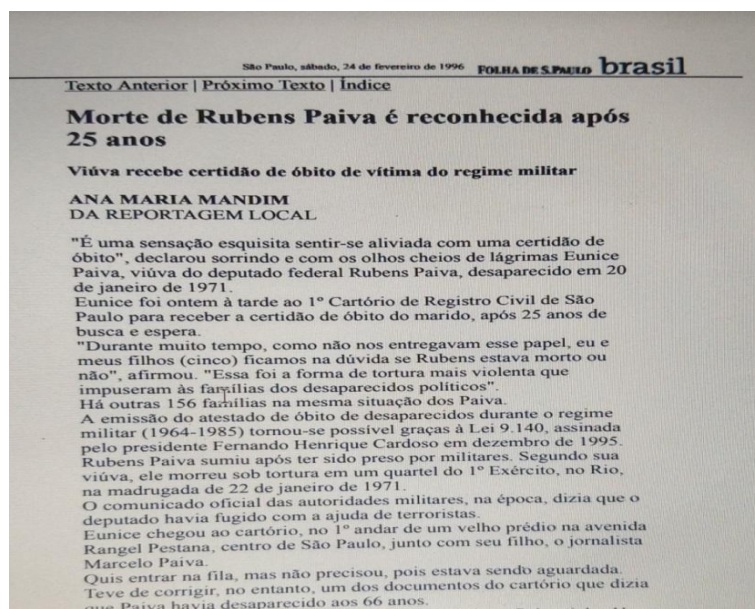
Eunice Paiva, acompanhada do filho Marcelo Rubens Paiva, recebe a certidão de óbito de Rubens Paiva (seu marido desaparecido desde 1971), entregue pela funcionária oficial de justiça, Geny Morelli, no 1º Cartório do Subdistrito da Sé. - Eduardo Knapp/Folhapress

**Imagem 5** - Eunice recebe certidão de óbito do marido Rubens Paiva.

**Fonte:** acervo Folha.

Após 25 anos, a morte de Rubens Paiva foi, enfim, reconhecida. Saiu nos jornais, a *Folha de S. Paulo* registrou em reportagem feita por Ana Maria Mandim: “Viúva recebe

certidão de óbito de vítima do regime militar”. Eunice declara: “é uma sensação esquisita sentir-se aliviada com uma certidão de óbito”.



**Imagem 6 - Morte de Rubens Paiva é reconhecida após 25 anos.**

**Fonte:** acervo Folha

Para Eunice Paiva, ter a certidão de óbito do seu marido foi uma forma de encerrar a dúvida, a incerteza acerca do passado. Naquela tarde, ela pôde, enfim, colocar a angústia para fora. Como escreveu Marcelo.

Naquela tarde que pegamos o atestado de óbito, em 1996, vi minha mãe então chorar como nunca fizera antes. Era um urro. Não tinha lágrimas como se um monstro invisível saísse da sua boca: uma alma. Um urro grave, longo, ininterrupto. Como se há muito ela quisesse expelir. Pela primeira vez, me deixou falar, sem me interromper. Pela primeira vez, na minha frente, chorou tudo o que havia segurado, tudo o que reprimiu, tudo o que quis. Foi um choro de vinte e cinco anos em minutos (PAIVA, 2015, p. 224).

No entanto, a ausência do corpo fazia com que a morte de Rubens Paiva não se concretizasse, impedido a família de viver o luto e de pôr fim ao passado. Só a certidão de óbito não bastava. Eunice queria respostas. Queria que a verdade sobre a morte de Rubens Paiva fosse evidenciada, queria um corpo para dar-lhe sepultura digna.

A reivindicação de Eunice, bem como dos familiares de desaparecidos, tem precedentes históricos, desde tempos imemoriais. A norma de respeito aos mortos é costume sagrado dos povos e peregrinou pelos tempos até os dias atuais. Nas leis bárbaras, a profanação ou a subtração do cadáver era punida com a privação da paz. Nos tempos bíblicos,

a ausência de sepultura, que impede os mortos de serem venerados pelos seus, erigia uma maldição bíblica das mais aterradoras. A literatura clássica mostra que pagãos e cristãos se afinavam ao proclamar o direito dos mortos à sepultura adequada e conhecida. A convenção de Genebra (III), assinada após o fim da II Guerra Mundial, em 12 de agosto de 1949, no *artigo 120, secção III, Morte dos prisioneiros de guerra*<sup>41</sup>, discorre:

[...] As autoridades detentoras velarão por que os prisioneiros de guerra mortos no cativeiro sejam enterrados honrosamente, se possível seguindo os ritos da religião a que pertencem, e que as suas sepulturas sejam respeitadas, convenientemente conservadas e marcadas de maneira a poderem ser sempre identificadas. [...] Para que as sepulturas possam sempre ser identificadas, deverá ser criado pela Potência detentora um serviço de registro de sepulturas, que registrará todas as informações relativas às inumações e às sepulturas. As relações de sepulturas e as informações relativas aos prisioneiros de guerra inumados nos cemitérios ou em qualquer outro lugar serão enviadas à Potência de que dependem estes prisioneiros de guerra (ARQUIDIOCESE DE SÃO PAULO, 2011, p. 318; USP).

Portanto, justo é reivindicar esse direito para, assim, realizar o trabalho de luto tão necessário ao prosseguimento da vida (TELES, 2000, p.11). Ao ter esse direito negado, Eunice engajou-se na busca pela verdade e pela justiça. Durante os anos de sua atuação política, não hesitava em se dirigir ao presidente da República, a ministros ou militares para forçar um diálogo, nem que fosse para trocar duas palavras. Ela estava sempre preparada com um questionário já pronto. Onde quer que fosse não perdia a oportunidade de falar e cobrar o seu direito. Lutou até o seu corpo não mais resistir. Foi traída pela própria memória, sem viver o seu momento de luto, impossibilitada de erguer uma lápide, realizar os ritos fúnebres e estabelecer o lugar de memória do seu marido. Delegando a seus filhos o encargo de “guardiões da memória”.

Após anos de luta e intensa participação política, Eunice se inscreve na história desse país. O reconhecimento que lhe chegou foi merecido, e se justifica por sua perseverança e participação na vida civil e política do país. Passou a ser reconhecida como assessora jurídica da Comissão Pró-Índio de São Paulo (CPI-SP) e da Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos (CEMDP). Durante a proclamação da Constituição de 1988, participou defendendo os povos indígenas. Passou a falar não mais como a viúva do Rubens Paiva, ou representante de familiares de desaparecidos políticos, mas como autoridade em direito indígena e representante do Banco Mundial (PAIVA, 2015, p. 206-212).

---

<sup>41</sup> Para ter acesso ao documento completo ver: USP. *Biblioteca virtual de direitos humanos*. Disponível em: <http://www.direitoshumanos.usp.br/index.php/Conven%C3%A7%C3%A3o-de-Genebra/convencao-de-genebra-iii.html>. Acesso 21 jan. 2020.



O seu reconhecimento pessoal e profissional veio em função de sua atuação em defesa dos povos indígenas. A partir daí ela passou a assinar como Eunice Paiva, surpreendendo seu filho Marcelo, que chamou a atenção para esse detalhe.

Um detalhe chama a atenção. Ela não assinou Maria Lucrecia Eunice Facciola Paiva. E olha que em todas as ocasiões ela sempre exigiu que usassem o nome composto, composto de três nomes. Nem assinou como a viúva de Rubens Paiva, do movimento pela Anistia, Diretas já, uma familiar de desaparecido político, uma vítima da ditadura. O artigo é assinado por uma Eunice Paiva. Por uma Eunice. Uma outra Eunice. Uma nova Eunice. E, cuidadosa que era, certamente foi quem pediu: assinarei apenas Eunice Paiva (PAIVA, 2015, p. 206).

Foi nesse momento que o seu filho se deu conta de que ali nasceu uma outra mulher. Uma mulher que o marido, se porventura retornasse, não reconheceria. Uma mulher que não conquistou uma boutique em Ipanema, mas que chamou a atenção do mundo para a causa indígena.

Afastando-se da ideia de querer personificar uma heroína, o objetivo foi expor as lutas, medos, falhas e acertos de uma mulher que se destacou, não porque teve o seu marido preso, torturado, morto e desaparecido, mas porque, “ao invés de se fazer de vítima, falava de um contexto maior, entendia a conjuntura do continente, sabia ser parte de uma luta ideológica”, foi para além de sua dor e se solidarizou com os menos favorecidos. Ao morrer, deixou um legado de luta e resistência para a sua família e para o Brasil. Sobre ela, seu filho Marcelo Rubens Paiva disse: “Me ensinou e fez o Brasil repensar”; e – a “coisa que mais admiro nela e tento levar como exemplo para minha vida: ela nunca sentiu pena de si”. (PAIVA, 2015, p. 260-261).

Eunice Paiva faleceu aos 86 anos de idade, no dia 13 de dezembro de 2018, em São Paulo. Morreu de causas naturais e em decorrência da doença de Alzheimer, da qual sofria há anos. Desde que descobriu essa doença, foi aos poucos se afastando de suas atividades. Com o seu avanço, foram surgindo impossibilidades de desempenhar suas atividades. Assim, ciente dos riscos que a falta de memória provoca e de como seria o seu futuro, mesmo contra sua vontade e não tendo outra solução, decidiu se aposentar. Cuidou da própria interdição e delegou a responsabilidade de curador ao seu filho Marcelo Rubens Paiva, o único homem da casa.

Em 30 de janeiro de 2008, naquela tarde abafada, na forma da Lei no Foro Central Cível na Praça João Mendes, s/nº, 4º andar, sala 426 do tribunal de Justiça de São Paulo, primeiro provisoriamente e depois definitivamente, aquela que cuidou de

mim por quarenta e oito anos seria cuidada por mim. O referido é verdade e dou fé<sup>42</sup>.

O dia de sua morte, 13 de dezembro de 2018, coincidiu com os cinquenta anos do AI-5, promulgado pelo então presidente Arthur da Costa e Silva, em 1968. A morte de Eunice se revelou, assim, como mais um protesto silencioso contra a violência sistemática do Estado que se estabeleceu após a edição deste ato institucional e que marcou os anos de chumbo no Brasil.

Em nota, o Instituto Vladimir Herzog declarou que a morte de Eunice Paiva foi “um protesto de quem nunca deixou de lutar por um país democrático, mais justo e que garanta o direito à memória e justiça a todos os seus cidadãos”.<sup>43</sup>

Já o jornalista Paulo Moreira Leite declarou que Eunice deixou grande exemplo de resistência:

Num país que hoje encara um ambiente de ataque às liberdades democráticas, a história de Eunice Paiva (1929-2018) é um conforto e um exemplo. Eunice Paiva mudou a própria biografia e ajudou a mudar a história da ditadura que governou o Brasil por 21 anos. Ela deixou uma lição rara de responsabilidade pessoal, consciência política e vontade de luta. Também contribuiu para que os brasileiros tivessem uma visão mais clara da importância de se defender os direitos humanos e denunciar o crime de tortura. Se, na democratização, o Brasil não teve uma articulação política capaz de localizar, julgar e condenar responsáveis pela tortura e pela violência contra presos políticos, como ocorreu em vários países vizinhos, é obrigatório reconhecer o papel de Eunice Paiva entre os mais lúcidos esforços para esclarecer crimes contra os direitos humanos e exigir reparações às vítimas e suas famílias<sup>44</sup>.

Completo 40 anos da Lei da Anistia, em 2019, o que esta data traz de novo? Por várias partes do país surgiram publicações e eventos científicos que continuam a repensar o tema. Hoje, mais do que nunca, revelou-se ser extremamente necessário, diante do cenário de retrocesso político que se desenha – com o governo de Jair Bolsonaro (Partido Social Liberal) apoiando abertamente torturadores e ditadores – repensar e alertar sobre os riscos para a história e a memória desse país. Cidadãos progressistas, gente que conviveu com as agruras do regime ditatorial, continuam incomodados com a instabilidade política do

<sup>42</sup> PAIVA, Marcelo Rubens. *Ainda estou aqui*. Editora Objetiva. 2015, p. 29.

<sup>43</sup> GALI, Giuliano. Morre Eunice Paiva, protagonista na luta contra a ditadura. *Instituto Vladimir Herzog*. 13 dez. 2018. São Paulo-SP. Disponível em: <https://vladimirherzog.org/morre-eunice-paiva-protagonista-na-luta-contra-a-ditadura/>. Acesso em: 20 dez.2018.

<sup>44</sup> LEITE, Paulo Moreira. Eunice Paiva deixou grande exemplo de resistência. 2018. In: *Brasil 247*. 14 dez. 2018. Disponível em: <https://www.brasil247.com/pt/blog/paulomoreiraleite/377706/Eunice-Paiva-deixou-grande-exemplo-de-resist%C3%Aancia.htm>. Acesso em 20 dez.2018.

momento e com receio de que o ambiente democrático seja anulado. Daí a relevância da obra de Marcelo Paiva *Ainda estou aqui*, que não deixa de ser um alerta para uma juventude que nunca conviveu com a ausência de liberdade; bem como da história de Eunice, que traz a sensibilidade e a humanidade de volta a um cenário cruel, de violação aos Direitos Humanos.

## II LUTA, MELANCOLIA E SOLIDARIEDADE: O DESAPARECIMENTO POLÍTICO DE RUBENS PAIVA

Não posso e não quero admitir que, em meu país, se faça desaparecer, assim, por tanto tempo, uma pessoa humana. Rubens é um homem de bem, pai de família exemplar, engenheiro competente, cidadão probo e honrado, empresário responsável e capaz. Deputado federal por São Paulo teve seus direitos políticos suspensos em 1964. Não viu contra si, no entanto, instaurar-se nenhum inquérito policial militar ou processo penal. Não lhe foi feita, jamais, acusação de nenhuma natureza. De que o acusam? Sua mulher e seus filhos têm o direito de sabê-lo. Que fizeram de Rubens? Onde está e para onde o conduziram? Porque não cumpriram as leis que vigoram? Reivindico para meu marido o direito de ser preso segundo as regras mesmas da legislação penal de segurança. Para que se defenda; para que seja libertado<sup>45</sup>.

A epígrafe acima foi retirada da carta escrita por Eunice Paiva, esposa do Deputado Federal Rubens Beyrodt Paiva, endereçada ao CDDPH – Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana, em 16 de fevereiro de 1971. É perceptível o inconformismo de Eunice com o desaparecimento político de Rubens e, também, com o descumprimento das medidas judiciais impetradas por parte da justiça desde o momento de sua prisão.

A trajetória de vida de Rubens e os crimes cometidos contra ele nos interessam nesta pesquisa, na medida em que servem para elucidar aspectos dos bastidores do regime de 1964. Esses crimes evidenciam o disparate entre ordem e desordem que se instalou nas instituições mais importantes do país. Além disso, essa pesquisa busca compreender a luta empreendida pelos familiares para descobrir a verdade sobre o assassinato do ex-deputado.

Outro fator importante que se buscou analisar foi a atuação de Rubens Beyrodt Paiva como membro de um partido político em São Paulo, o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB). Por essa legenda foi eleito deputado federal em 1962. Portanto, esse capítulo discute a sua atuação enquanto parlamentar e o seu envolvimento com os grupos que faziam oposição ao regime de 1964. Assim, procurou-se conhecer a trajetória de vida do deputado, sua trajetória política, bem como sua opção ideológica, para a compreensão desse emblemático caso. Por comungar de ideologia contrária à dos militares no poder, Rubens desapareceu em 20 de

---

<sup>45</sup> Carta de Maria Eunice Paiva ao Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana. 1971. p. 2-3. *Acervo da Comissão Estadual da Verdade de São Paulo - Rubens Paiva*. 2015. Disponível em: <http://comissaoдавerdade.al.sp.gov.br/arquivos/documentos/030-carta-de-eunice-paiva-a-cddph-rubens-paiva-1>. Acesso em: 10 set. 2019.

janeiro de 1971, data em que sua família o viu pela última vez, quando foi conduzido por agentes do Centro de Informações de Segurança da Aeronáutica (CISA).

Segundo relatou Eunice Paiva:

No dia 20 de janeiro, Rubens, eu e as crianças, todos menores, nos preparávamos para ir à praia. Havíamos chegado de São Paulo na véspera; eu vinha de uma temporada de férias na fazenda de meu sogro, e Rubens, do trabalho de sua firma, que tem um escritório em São Paulo. Às 11 horas da manhã uma voz de mulher no telefone pediu a Rubens nosso endereço pois queria entregar uma carta que trazia do Chile. Rubens imaginou que fosse uma carta do ex-deputado Almino Afonso, exilado no Chile desde 1964, e que é nosso amigo desde os tempos de estudante em São Paulo. (...) meia hora depois do telefonema anônimo nossa casa foi brutalmente invadida por 6 pessoas em trajes civis, todos armados, que não se identificaram e comunicaram que tinham ordens (que não foram exibidas) de levar Rubens para a Aeronáutica. Os invasores da casa estavam nervosíssimos, como se fossem tomar um aparelho ou uma fortaleza, não sei. Rubens conseguiu acalmá-los, pediu que guardassem as armas para não assustarem as crianças e os empregados e se dispôs prontamente a acompanhá-los. Subiu tranquilamente para o nosso quarto, vestiu-se, chamou os policiais (ou militares?) apresentou-me a cada um deles e disse-lhes que eles eram nossos hóspedes e a casa estava à disposição deles. Rubens saiu guiando nosso próprio carro, acompanhado por dois policiais.<sup>46</sup>

Nesse mesmo sentido, relatou sua filha Maria Eliana Facciolla Paiva:

Meu pai foi preso no dia 20 de janeiro, mais ou menos ao meio dia, uma hora da tarde. Fui me despedir dele por volta das onze horas da manhã quando fui para praia em frente, no Leblon. Papai estava sentando no jardim com Raul Ryff, que era muito amigo dele e morava perto de casa. Ryff era jornalista e foi assessor de imprensa do João Goulart. Dei um beijo nos dois e fui à praia encontrar minha turma. Voltei duas horas depois e a casa estava fechada, o que era estranho em pleno verão. Entrei, vi uns homens, meio na penumbra e fui para a área da cozinha deixar toalha, esteira. Minha mãe me pegou na entrada e disse, com um olhar muito assustado: “O seu pai foi preso”.<sup>47</sup>

Marcelo Paiva, filho homem do casal, relatou que estava dormindo naquela manhã e quando acordou o pai já não se encontrava em casa, conforme descrição feita em sua produção autobiográfica (PAIVA, 2015, p.117). Com base nesses relatos familiares, verifica-se que a data do desaparecimento de Rubens Paiva é dia 20 de janeiro de 1971, pois foi a última vez que foi visto pela família.

<sup>46</sup> Declaração de Maria Eunice Paiva ao Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana. Câmara dos Deputados, Brasília - DF, 13 de julho 1971. P, 02. *Acervo da Comissão Estadual da Verdade de São Paulo - Rubens Paiva*. 2015. Disponível em: <http://comissaodaverdade.al.sp.gov.br/arquivos/documentos/015-declaracao-de-eunice-paiva-ao-cddph-rubens-paiva>. Acesso em: 10 set. 2019.

<sup>47</sup> PAIVA, Maria Eliana Facciolla. O testemunho do que eu sei, li, vi, ouvi, senti e pensei. In: Comissão Estadual da Verdade de São Paulo - Rubens Paiva. *Infância roubada*. São Paulo, SP. [2015? ]. Disponível em: <http://comissaodaverdade.al.sp.gov.br/livros/infancia-roubada/?p=252>. Acesso em: 21 mar. 2019.

Eunice Paiva, após passar 12 dias presa nas dependências do DOI-CODI, no quartel da polícia do exército, situado no Rio de Janeiro, na rua Barão de Mesquita, onde esteve incomunicável e em condições de ambiente físico inumano, na volta para casa tomou de surpresa a notícia de que o seu marido não se encontrava preso. A versão policial forjada foi a de que Rubens Paiva havia sido resgatado por possíveis terroristas, quando era conduzido por agentes de segurança para ser inquirido sobre fatos que denunciavam atividades subversivas.

Ela ficou inconformada com a ausência de veracidade na notícia, devido a fatos que a levaram a acreditar que Rubens Paiva esteve preso no mesmo quartel que ela, pois, ao ser inquirida pela polícia, viu no livro de registro de prisioneiros uma fotografia de Rubens, assim como a sua fotografia e a de sua filha Eliana, que também tinha sido detida no dia 21 de janeiro, permanecendo em cárcere por 24 horas. Além disso, durante os interrogatórios, foi informada de que seu marido também se encontrava preso no andar de cima<sup>48</sup>; e ao ser libertada do quartel, ela viu no pátio interno o seu automóvel, o qual Rubens, quando detido, conduziu acompanhado dos agentes de segurança.

Com base nos fatos citados acima, julgou controversa a versão dada pelo I Exército.

Tomei conhecimento da versão, que me inquieta dia e noite, vinculada através de notícia distribuída aos jornais e divulgada pela televisão no dia 22 de janeiro, insinuando que meu marido teria sido objeto de uma operação de resgate efetuada por grupos de terroristas<sup>49</sup>.

Com o seu advogado, Dr. Lino Machado Filho, buscou conhecer detalhes da versão divulgada pelo I Exército. Soube que, quando esteve presa, ele impetrou, no dia 25 de janeiro, um *habeas corpus*, responsabilizando o comandante do I Exército, Syseno Sarmiento, pelas prisões. O que foi, obviamente, negado, já que a prerrogativa havia sido abolida pelo AI-5. Acreditando ser uma farsa impiedosa, e ainda incrédula do que acontecia com sua família, Eunice assumiu o comando das investigações, dando início a uma incansável busca pelo marido desaparecido.

---

<sup>48</sup> Declaração de Maria Eunice Paiva ao Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana. Câmara dos Deputados, Brasília - DF, 13 de julho 1971. p, 03. *Acervo da Comissão Estadual da Verdade de São Paulo - Rubens Paiva*. 2015. Disponível em: <http://comissaodaverdade.al.sp.gov.br/arquivos/documentos/015-declaracao-de-eunice-paiva-ao-cddph-rubens-paiva>. Acesso em: 10 set. 2019.

<sup>49</sup> Carta de Maria Eunice Paiva ao Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana. 1971. *Acervo da Comissão Estadual da Verdade de São Paulo - Rubens Paiva*. 2015. Disponível em: <http://comissaodaverdade.al.sp.gov.br/arquivos/documentos/030-carta-de-eunice-paiva-a-cddph-rubens-paiva-1>. Acesso em: 10 set. 2019.

Um traço marcante, na luta pelos desaparecidos políticos do período do regime ditatorial, foram os laços de solidariedade que se formaram entre os familiares das vítimas. De acordo com o *Dossiê dos Mortos e Desaparecidos Políticos a partir de 1964* (1995), a luta pelo esclarecimento das mortes e desaparecimentos políticos teve início na primeira metade de 1970, e se estendeu até os dias de hoje. Essa luta, inicialmente, foi protagonizada por grupos de familiares, em diferentes estados, com o apoio de alguns setores da Igreja e de alguns parlamentares opositores, que se organizaram para denunciar não somente as mortes e desaparecimentos de seus entes queridos, mas também as torturas e as péssimas condições pelas quais passavam os presos políticos na época.

Nesse sentido, confirmou-se que a atuação dos familiares de presos políticos, mortos e desaparecidos se intensificou em meados de 1970, quando cresceu de maneira alarmante o número de desaparecidos políticos. No ano de 1974, não houve vítimas da ditadura na condição de mortos oficiais, somente desaparecidos. Isso aconteceu quando “não mais havia a notícia da morte, um corpo, atestado de óbito, essas pessoas perderam seus nomes, perderam a possibilidade de ligação com seu passado, dificultando a inscrição dessa experiência na memória e o trabalho de luto tão necessário ao prosseguimento da vida” (SANTOS; TELES, 2009, p. 154).

Para a CEMDP (1995, p. 25), o termo desaparecido é usado para definir a condição daquelas pessoas que, apesar de terem sido sequestradas, torturadas e assassinadas pelos órgãos de repressão, jamais tiveram suas prisões e mortes assumidas pelas autoridades governamentais.

A condição de desaparecido corresponde ao estágio maior do grau de repressão política em um dado país. Isso porque impede, desde logo, a aplicação dos dispositivos legais estabelecidos em defesa da liberdade pessoal, da integridade física, da dignidade e da própria vida humana, o que constitui um confortável recurso, cada vez mais utilizado pela repressão (ARQUIDIOCESE DE SÃO PAULO, 2011, p. 303).

D. Paulo Evaristo Arns, arcebispo emérito de São Paulo na década de 1970 e um dos principais líderes em defesa dos Direitos Humanos desse país, colaborou na publicação do projeto *Brasil: Nunca Mais*. Nele, ele analisa a tática do desaparecimento político utilizada naquele período, a caracterizou como “o cinismo dos órgãos de segurança” e a classificou como “uma prática de tortura muito mais cruel do que o mais criativo dos engenhos humanos de suplício” (ARQUIDIOCESE DE SÃO PAULO, 2011, p. 304). Essa prática foi utilizada

para encobrir os homicídios de prisioneiros, bem como provocar incertezas na oposição sobre o destino dos desaparecidos (SCHWARCZ; STARLING, 2015, p. 460).

Ao aderir a essa tática de pôr fim aos seus opositores, os agentes da ditadura torturavam, matavam e desapareciam com os corpos. Depois, montavam um cenário inverossímil, sem se preocupar com qualquer tipo de documentação e sustentavam a versão oficial por meio de falsas investigações e procedimentos jurídicos falsos.

Além do caso do ex-deputado Rubens Paiva, alguns casos de tortura e desaparecimento ficaram famosos, como o sumiço do jovem Stuart Jones, o desaparecimento da professora de química da USP Ana Rosa Kucinski e o assassinato do jornalista Vladimir Herzog. Stuart Jones, estudante de Economia na UFRJ, militante do MR-8, foi preso por agentes do CISA no Rio de Janeiro, em 1971. Foi torturado, morto e dado como desaparecido político. Em outubro de 1975, o jornalista Vladimir Herzog foi convocado a depor no DOI-CODI de São Paulo. Lá, os agentes da ditadura o torturaram e mataram. Depois, montaram um cenário inverossímil, convocaram um fotógrafo e divulgaram a imagem de Herzog enforcado, alegando que ele havia se suicidado na prisão. A própria foto, porém, inviabiliza a versão oficial, pois a altura em que o corpo se encontrava impossibilitava a morte por enforcamento. Ana Rosa Kucinski, professora de química da USP, foi presa, torturada e dada como desaparecida junto com o marido, Wilson Silva, por conta de sua militância na Ação Libertadora Nacional (ALN). Seu pai, Majer Kucinski, lutou incansavelmente para obter alguma informação e se tornou um símbolo da luta dos familiares de desaparecidos políticos. Estes casos de violação aos direitos humanos, assim como tantos outros que estão silenciados, mostram como o descaso e a crença na impunidade, de que jamais prestariam contas por seus crimes, fizeram com que os agentes da ditadura agissem de forma impiedosa.

O termo “morto oficial” significa que a morte das pessoas presas foi reconhecida publicamente pelos órgãos repressivos. Para ser realizado esse reconhecimento, muitas vezes, foi necessário localizar os restos mortais dos que foram enterrados com os nomes falsos, num flagrante ato de ocultação de cadáveres, já que as autoridades oficiais sabiam da verdadeira identidade dos mortos. Na maioria das vezes, a versão policial da morte era totalmente falsa (ARQUIDIOCESE DE SÃO PAULO, 1985, p. 25).

Após 25 anos de luta, a morte do Rubens Paiva foi reconhecida, por meio da Lei 9.140, de 04 de dezembro de 1995, conhecida como lei dos desaparecidos políticos. A versão da fuga criada pelos militares foi desconstruída. Por fim, restava encontrar o seu corpo e/ou restos mortais.



## 2.1 TRAJETÓRIA POLÍTICA

Rubens Beyrodt Paiva nasceu em Santos, interior de São Paulo, em 26 de dezembro de 1929. Aos 12 anos foi com sua família morar em São Vicente. Estudou no Colégio de São Bento, em regime de internato, indo para casa só nos fins de semana e nas férias. Desde criança Rubens Paiva demonstrava ter um temperamento forte, extrovertido, bem-humorado, de muitos amigos, de espírito determinado e ativo. Intensamente envolvido nas atividades escolares, levava o estudo a sério. No segundo ano letivo, foi vice-presidente do grêmio literário junto com o Haroldo de Campos, com o qual criou o jornalzinho literário (TÉRCIO, 2013, p. 25).

Foi nos tempos de escola que Rubens desenvolveu sua vocação política, sofrendo influências de seu professor de português Cid Franco, que na época era vereador pelo Partido Socialista Brasileiro (PSB). Outra influência forte e determinante em sua vida política foram as viagens que fez pelo mundo antes de ingressar na faculdade. As viagens à América do Sul – indo à Bolívia e ao Peru – e depois à Europa, para conhecer as consequências e a devastação deixadas pela Segunda Guerra Mundial, lhes renderam um amplo conhecimento e visão do mundo pós-guerra, ampliando assim sua percepção social e histórica do mundo (TÉRCIO, 2013, p. 26).

Em 1950, ingressou na Universidade Mackenzie, São Paulo, no curso de Engenharia Civil, e logo começou a estagiar. Durante o período de estágio, passou a se interessar mais seriamente por política. “Apesar de não ter inclinação por partidos políticos nem tão pouco, uma opção ideológica muito clara, suas ideias e atitudes tinham como eixo uma crença intuitiva na liberdade e na justiça social” (TÉRCIO, 2013, p. 27). Levava uma vida burguesa bastante extrovertida e agitada, sua hiperatividade fazia com que estivesse sempre envolvido em algum projeto ou aprendendo algo além das atividades acadêmicas e de sua carreira profissional, a qual se dedicava bastante. Gostava de bons carros, moto, festas elegantes e de se vestir bem.

Casou-se aos 22 anos de idade com Eunice Paiva, estudante de Letras Neolatinas da Mackenzie, e juntos frequentavam a UEE (União Estadual dos Estudantes). Desde muito cedo assumiu responsabilidades familiar e profissional, as quais conciliava com a vida estudantil. Participante ativo das reuniões e congressos da UEE, seu nome foi indicado, em 1953, a presidente da entidade estudantil, para a sucessão de Fernando Gasparian. No entanto, ele recusou, alegando falta de tempo, aceitando apenas compor a chapa como 3º vice-presidente. Em 1954, último ano de sua faculdade, foi presidente do Centro Acadêmico

Horácio Lane, da Universidade Mackenzie. Como presidente, reativou o jornal a *Folha Mackenzie* e fundou o curso de pilotagem aérea, do qual foi aluno (TÉRCIO, 2013, p. 31). Foi na UEE que Rubens conheceu e fez as melhores amizades, com Fernando Gasparian, presidente da UEE em 1951, Fernando Henrique Cardoso e José Gregório. Apesar de serem de famílias abastadas, estes jovens tinham em comum a preocupação com os problemas sociais do Brasil.

Na primeira metade dos anos 1950, o cenário político do Brasil era de protestos e de manifestações públicas contra o governo de Getúlio Vargas (1950-1954). O movimento estudantil se dividiu em alguns grupos político-ideológicos, tendo, por exemplo, a União Nacional dos Estudantes (UNE) uma tendência mais para a direita, com o domínio dos conservadores. Em meio a toda essa hesitação política, Rubens Paiva decidiu se filiar ao Partido Socialista Brasileiro (PSB), do qual era simpatizante. Sua decisão foi influenciada por Antônio Cândido de Mello e Souza, e por Paulo Emílio Salles Gomes, antigos fundadores e membros do partido (TÉRCIO, 2013, p. 32).

Desse modo, o PSB, fundado em 1947, em ocasião da II Convenção Nacional da Esquerda Democrática, procurou situar-se entre o socialismo marxista e a social democracia, portanto, surgiu como uma alternativa ao PCB e ao PTB. Ideologicamente defendia a transformação da estrutura da sociedade, que deveria se realizar dentro das regras da luta democrática e liberal. Pregava o “socialismo com liberdade” e defendia uma “transição gradual para o socialismo, sem revolução armada, sem romper os princípios da democracia liberal”. Propunha-se a ser um partido de “todos que dependam do próprio trabalho”. Defendia reformas imediatas, como a nacionalização de áreas economicamente estratégicas, a ampliação dos direitos dos trabalhadores, a garantia de saúde e educação públicas, além do desenvolvimento da democracia e dos meios de participação popular. Seu objetivo era combinar as transformações sociais com ampla liberdade civil e política. Baseava-se num conceito amplo de esquerda: socialismo construído de forma gradual e legal, nacionalismo e defesa da democracia.

Enquanto novo membro do PSB, a participação de Rubens Paiva se restringia a reuniões, debates e financiamentos de alguma ação. Mas, aos poucos, ele foi percebendo as fissuras do partido, que apesar de ser um partido pequeno tinha sérias divisões internas que gerava conflitos entre os membros. Então, Rubens foi se distanciando paulatinamente. Já não se identificava com o partido e, somado a isso, há o fato de que quando, em 1955, ocorreu a campanha política que lançaria Juscelino Kubitschek à candidatura ao cargo de presidente da República, junto com João Goulart como vice-presidente (PSD-PTB), Rubens apoiou o

candidato Juscelino Kubitscheck, contrariando a cúpula do PSB, que apoiava Juarez Távora, da UDN, evidenciando mais ainda as divergências de opiniões. Esse fato ocasionou a saída de alguns dos filiados. Rubens e o amigo Gasparian também se afastaram, mas continuaram filiados e mantiveram as contribuições para o caixa do partido. Rubens decidiu investir em um projeto próprio, fundar sua empresa de construção civil, a S/A Paiva Construtora e, junto com Fernando Gasparian e Marcos Pereira, relançar o *Jornal de Debates*, um semanário carioca nacionalista fundado em 1946 por Mattos Pimenta e Plínio Cantanhede, que no momento estava desativado e tinha por objetivo reunir uma diversidade de opiniões e visões políticas e sociais, em um contexto de pós-guerra. O *Jornal de Debates*, fase paulista, circulou durante todo o ano de 1955, em defesa da causa nacionalista, e apoiou o governo Juscelino (TÉRCIO, 2013, p. 32).

O Brasil, no início dos anos 1960, vivia um momento de crise e instabilidade política. Com a inesperada renúncia de Jânio Quadros à Presidência da República, em agosto de 1961, o país se envolveu em uma grave crise, que resultou no acirramento das disputas políticas e atropelou as suas bases institucionais. Com a posse do vice-presidente João Goulart, as opiniões se dividiram, gerando a não aceitação por boa parte da população, que o via como comunista e acreditava no seu envolvimento com a renúncia (CARDOSO, a. 2014, p. 44).

Neste período, Rubens se encontrava em Moscou, tinha ido à União Soviética conhecer a tecnologia que surgiu com o fim da Guerra Fria e as maravilhas propagadas pelo mundo socialista, e, ao ouvir no noticiário sobre a renúncia, foi ao encontro de estudantes brasileiros, para que lhe traduzisse as notícias (PAIVA, 2015, p. 89). Ao retornar ao Brasil, decidiu se lançar na política. Para as eleições de 1962 foi candidato a deputado federal pela chapa do PTB – Partido Trabalhista Brasileiro, tendo se desligado definitivamente do PSB, ao qual esteve filiado por oito anos.

Na carta que escreveu ao amigo Febus Gikovate, formalizando seu desligamento do PSB, escreveu:

A razão desta resolução é a de haver eu concluído, após madura reflexão, que no cenário nacional minha atuação política se fará com melhor resultado e maior eficiência na esfera do PTB, onde pretendo defender a mesma linha ideológica e programática que sempre me irmanou aos militantes socialistas (TÉRCIO, 2013, p. 38).

Sonhador e idealista, apostou na sua carreira política. Mesmo sendo sua primeira disputa eleitoral e sem nunca ter exercido cargo público, “achou que podia contribuir para mudar o Brasil” (PAIVA, 2015, p. 90). Financiou a própria campanha investindo toda a

poupança da família. Recebeu ajuda financeira de seu pai e de amigos, pois para essas eleições o partido não dispunha de verba suficiente para financiar os 54 candidatos. Durante a campanha, foi assessorado por Fernando Gasparian e Fernando Henrique Cardoso, que organizavam os temas e enfoque dos discursos. Foi uma campanha bastante disputada. As eleições ocorreram no dia 7 de outubro de 1962 e Rubens foi eleito com 13.400 votos (TÉRCIO, 2013, p. 40).

A atuação política de Rubens Paiva pode ser vista em dois momentos: o primeiro, a partir da sua atuação como deputado federal, quando desempenhou um importante papel no Congresso Nacional, ocupando as funções de tesoureiro da casa, se tornando um dos vice-líderes do partido no plenário, como também assumindo a vice-presidência da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) sobre o Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IBAD). O segundo momento está associado à sua atuação após a cassação, quando resistiu ao exílio, permanecendo no Brasil e dando apoio às organizações opositoras ao regime.

Desse modo, durante o seu mandato como deputado federal se destacou atuando como vice-presidente da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI), que apurou irregularidades no Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IBAD), como um núcleo oposicionista ao governo de João Goulart. O IBAD, fundado antes do início do governo Goulart, mas igualmente orientado pelo anticomunismo e antirreformismo, foi particularmente atuante na campanha eleitoral de 1962, quando os conservadores jogaram todas as suas fichas para deter o avanço da esquerda pela via eleitoral (NAPOLITANO, 2014, p. 47).

A Comissão Parlamentar de Inquéritos foi criada pela resolução nº 10/1963, em 30 de maio de 1963, para apurar a origem dos recursos financeiros e o envolvimento das organizações IPES-IBAD na campanha eleitoral. Os parlamentares tiveram o prazo de seis meses para concluir os trabalhos. Composta por nove membros, dentre os quais Rubens Paiva (PTB-SP) como vice-presidente, a CPI revelou “o maior escândalo de corrupção eleitoral da República e com as ramificações internacionais” (TÉRCIO, 2013, p.49). Essa atuação colocou Rubens na mira dos oposicionistas ao governo Jango, que se tornou, depois, alvo do regime ditatorial.

De acordo com Marcelo Rubens Paiva, essa atuação parlamentar também contribuiu para a convivência da tortura que sofrera.

Alguns acreditavam que a violência da tortura estava relacionada com a CPI de que meu pai foi relator quando deputado, em 1963, que descobria o dinheiro americano recebido por deputados e golpistas para derrubar o governo Jango. Denunciou no Congresso gerais que recebiam dinheiro da Casa Branca para preparar o golpe (PAIVA, 2015, p. 220).

Ou seja, Rubens, na sua atuação na CPI, suscitou rancores, desafetos e inimizades que o levaram a sofrer uma violência desmedida. Ainda que esse não tenha sido o real motivo da violência que o levou à morte, evidenciou uma ausência de solidariedade de certos grupos políticos.

Enquanto parlamentar, Rubens não ponderava suas palavras. Seus discursos eram sempre temperados com um tom grosseiro e acusador. Apesar de não fazer discursos com frequência, no plenário da câmara, sua atuação se dava mais nas articulações dos bastidores, nas comissões permanentes, na CPI da Petrobras, nas frequentes reuniões da bancada e da frente parlamentar nacionalista, além dos eventos políticos fora de Brasília (TÉRCIO, 2013, p. 127). Mantinha uma estreita relação com o presidente Jango, quase sempre intermediada pelo amigo Bocayuva Cunha (PTB), na Câmara dos Deputados, participando de almoços e reuniões particulares.

Na madrugada de 31 de março de 1964, quando os militares deram o golpe, a euforia tomou conta de autoridades civis e militares envolvidas na conspiração, alcançando as ruas das grandes cidades. Manifestações contrárias também ocorreram, mas foram controladas pelo exército e pelas polícias estaduais. Rubens Paiva foi um dos que fez oposição ao golpe civil-militar, aderindo à Rede da Legalidade<sup>50</sup>, na Rádio Nacional, convidando outras rádios a aderirem ao movimento, que, lançado por Brizola em 1961, resultou em um bem-sucedido levante popular. Assim, se acreditou que naquele momento a Rede da Legalidade conceberia os sucessos alcançados com a Campanha da Legalidade de 1961, e sensibilizaria a sociedade brasileira.

Me dirijo especialmente a todos os trabalhadores, os estudantes e a todo povo de São Paulo tão infelicitado por este governo fascista e golpista que neste momento vem traindo seu mandato e se pondo ao lado das forças da reação. Estejam atentos às palavras de ordem que emana aqui da Rádio Nacional e de todas as outras rádios que estejam integradas nesta cadeia da legalidade. Julgamos indispensável que todo o povo se mobilize tranquila e ordeiramente em defesa da legalidade, prestigiando a ação reformista do presidente João Goulart, que neste momento está com seu governo empenhado em atender todas as legítimas reivindicações de nosso povo. Está lançado inteiramente para todo o país o desafio: de um lado, a maioria do povo brasileiro desejando as reformas e desejando que a riqueza se distribua; os outros são os golpistas, que devem ser repelidos, e, desta vez, definitivamente, para que o

---

<sup>50</sup> A Campanha da Legalidade foi um movimento sócio-político ocorrido no Rio Grande do Sul, entre agosto e setembro de 1961, liderado pelo então governador desse estado, Leonel de Moura Brizola, com a pretensão de assegurar a posse de João Goulart à presidência da República, vacante com a renúncia de Jânio Quadros. O movimento acarretou um enorme e voluntarioso levante popular, abrangendo a capital e o interior, incluindo a participação da sociedade civil. Ver: FERREIRA, Jorge. *A Legalidade traída: os dias sombrios de agosto a setembro de 1961*. Ed: Tempo. Rio de Janeiro, v. 2, n 3, 1997, pp. 149-182.

nosso país veja realmente o momento da sua libertação raiar (PAIVA, 2015, p. 97).<sup>51</sup>

Seu discurso confrontava o denominado “governo golpista e fascista”. No entanto, não surtiu efeito esperado. Logo uma junta militar, formada pelo general Costa e Silva, o tenente-brigadeiro Correia de Melo e o vice-almirante Rademaker Grünewald, preparava aquele que seria o primeiro de muitos Atos Institucionais, lançado em 9 de abril de 1964, e que se tornou a primeira lei de exceção destinada a conferir ao golpe a aparência de legitimidade jurídica.

O Primeiro Ato Institucional foi redigido em segredo e promulgado oito dias após o golpe.

Tinha onze artigos: transferia parte dos poderes do Legislativo para o Executivo, limitava o Judiciário, suspendia as garantias individuais e permitia ao presidente da República cassar mandatos, cancelar os direitos políticos do cidadão pelo prazo de dez anos e demitir funcionários públicos civis e militares (SCHWARCZ; STARLING, 2015, p. 456).

Contudo, Rubens Paiva não se considerava visado, pois acreditava que a sua pouca participação política, com pouco mais de um ano de mandato, não possuía tempo suficiente para fazê-lo entrar na lista dos opositores perseguidos. Ele não era nenhuma liderança nacional, de modo que acreditava na sua imunidade, e, teoricamente, permaneceria em Brasília. Com o mandato de deputado federal cassado, tentou resistir ao exílio, se escondeu por 4 dias no interior da Bahia, depois refugiou-se na embaixada da Iugoslávia, onde passou 3 meses, até receber salvo-conduto para deixar o Brasil, partindo primeiro para a Iugoslávia, depois a Paris.

Antes de deixar o país para o exílio na Iugoslávia, escreveu uma carta endereçada aos membros da Comissão de Transportes, Comunicação e Obras Públicas.

Tenho a tranquilidade do espírito de quem sempre foi fiel aos que me deram voto e enfrento o banimento da vida política, a separação da família e dos amigos com a serenidade de quem inicia uma etapa transitória que, em sendo amarga, não conduzirá de nenhuma forma ao desespero, permitindo mesmo maior estudo e profunda reflexão. A sorte do país me parece sombria, porque povo algum merece um retrocesso em sua história. A ignorância e má-fé contentaram-se em nos atribuir este ou aquele rótulo, sem identificar os nossos pretensos erros, sem apontar as novas soluções propostas. Fugindo sistematicamente ao diálogo de um grupo de

---

<sup>51</sup> Ver: Discurso do deputado Rubens Paiva (PTB - SP) na Rádio Nacional em apoio ao governo de João Goulart (01/04/1964). In: *Políticos brasileiros*. Disponível em: [https://youtu.be/FmYQ\\_kGruLg](https://youtu.be/FmYQ_kGruLg). Acesso em: 28 abr. 2020.

idealistas sinceros, passamos a ser “subversivos” e “corruptos”, por definição (TÉRCIO, 2013, p. 160).

Aproximadamente cinco meses depois, em uma atitude imprudente, abandonou o exílio e retornou ao Brasil, afirmando ser definitivo. Primeiro ficou morando em São Paulo por dois anos, retornou ao trabalho como engenheiro civil, associando-se à empresa Machado da Costa S/A Estruturas Metálicas.

Neste meio tempo, não apenas se dedicou ao trabalho, mas manteve suas ideias políticas acesas e se envolveu em um projeto jornalístico. Participou de reuniões com amigos, jornalistas e políticos de oposição cassados, como Joaquim Guedes, Fernando Gasparian, Cláudio Abramo e o ex-deputado Marco Antônio, numa reunião na casa de Pedro Paulo Poppovic, que incluiu, também, o sociólogo Fernando Henrique Cardoso, que estava exilado no Chile e retornara ao Brasil para o enterro de seu pai. Abrigou em sua casa perseguidos políticos, como a jornalista Helena Silveira e Conceição Losacco, que era uma garota de 19 anos, filha do ex-deputado Salvador Losacco, com quem estivera asilado na embaixada da Iugoslávia. Discutia política, criticava a nova situação do país e levava cartas para exilados no Chile (TÉRCIO, 2013, p. 167).

Mesmo com as restrições à liberdade de expressão impostas pela ditadura, Rubens parecia não se importar, nem temer o regime.

Não sei o que passava pela cabeça do meu pai. Ele sabia que o cerco apertava. Apesar de não estar envolvido diretamente com a luta armada, escondia gente, dava dinheiro, ajudava os mais desesperados, trocava informes, viajava e fazia contato com brasileiros no exílio, lideranças do governo deposto, denunciava torturas, prisões arbitrárias, censura, tinha amigos correspondentes estrangeiros, como muitos da esquerda brasileira, ou democratas, ou enjoados com o terror praticado pela ditadura, ou traídos por ela, que davam dinheiro, ajudavam os perseguidos, faziam contatos, denunciavam arbitrariedades de um regime de terror (PAIVA, 2015, p. 106).

Assim, a influência de Rubens era significativa para os movimentos de contestação ao regime. A condição de ex-deputado e empresário permitiu-lhe ter forte influência e conhecer pessoas importantes. Desse modo, atuou para facilitar e auxiliar o movimento não apenas com apoio financeiro, mas escondendo militantes, tirando-os do país quando necessário e fazendo a comunicação entre exilados, pois “como piloto de avião conhecia as rotas de fuga, os campos de pouso improvisado, e tinha contatos com o PCB, que historicamente era quem mais sabia tirar gente clandestina do Brasil, pela terra, pelo mar ou pelo ar” (Paiva, 2015, p. 99). “Outros acreditam que ele tinha informações sobre “Adriano”,

codinome de Carlos Alberto Muniz, líder do MR-8 e o contato com Carlos Lamarca, à época o homem mais procurado do país” (PAIVA, 2015, p. 220) e que tinha se integrado ao grupo MR-8. O desaparecimento político do ex-deputado Rubens Paiva se insere nesse contexto de maior violência política, caracterizado pelo governo do general Emílio Garrastazu Médici (1969 e 1974).

## 2.2 POR QUE RUBENS PAIVA FOI CONSIDERADO SUSPEITO?

Em 2014, as pesquisas realizadas pela Comissão Nacional da Verdade (CNV) revelaram documentos que estavam escondidos na casa de dois militares que estiveram diretamente envolvidos com a morte e o desaparecimento político de Rubens Paiva. Esses documentos vieram à tona e o mais importante foi que abriram caminhos para que mais pessoas envolvidas no caso começassem a falar, tornando possível a montagem do quebra-cabeça para a solução do caso.

Segundo o relatório da CNV, o motivo da prisão começou com o desfecho do sequestro do embaixador suíço Giovanni Bucher, em 13 de janeiro de 1970, quando foi exigida, em troca do embaixador, a liberação de setenta presos políticos. O governo foi obrigado a atender ao pedido e as pessoas cujo nome constava na lista foram liberadas e exiladas no Chile. Para os procuradores do MPF-RJ (Ministério Público Federal), o voo em que estavam Cecília Viveiro de Castro e Marilene Corona Franco, portadoras das cartas endereçadas a Rubens Paiva, era o primeiro a retornar ao Brasil após o exílio dos presos trocados pelo embaixador (CEV-Rio, 2015, p.185).

No entanto, o que Marcelo escreveu em suas memórias foi um pouco mais do que o relatado pela CNV, pois fez um balanço das ações praticadas por seu pai desde o dia em que retornou do exílio. Nesse balanço, em formato de retrospectiva, Marcelo indicou que seu pai foi considerado suspeito, não apenas por estar envolvido no caso do sequestro do embaixador, mas por uma sucessão de fatos em que esteve envolvido, desafiando as ordens vigentes do momento.

Ainda, segundo Marcelo Rubens Paiva (2015), o pai sabia do sequestro e sabia de alguns acontecimentos da intimidade vivenciada pelo embaixador enquanto esteve sequestrado. Ao ouvir o noticiário em cadeia nacional, ele chegou a debochar do caso, pois se falava da demora e do sofrimento que o diplomata devia estar passando. Em casa, Rubens chegou a fazer comentário:



- Tá nada, está se divertindo adoidado, fumando seus charutos.

Minha mãe reparou: foi a primeira e única vez que meu pai falou de algo que ocorria nas entranhas da luta armada. Foi a primeira e única vez que deixou escapar uma observação que comprometia a sua segurança e a nossa (PAIVA, 2015, p. 136).

Tempos depois, ficou comprovado que “o embaixador fumava charutos, jogava baralho, discutia política, criticava a política e os generais” (PAIVA, 2015, p. 136). Rubens seguiu adiante na ajuda aos militantes de esquerda e possivelmente tinha contato com a turma do PCB, conforme nos suscita o caso de Heleninha, que ele ajudou a esconder em um apartamento, até tirá-la do país. Todos esses fatores citados foram parte de um conjunto de ações praticadas por Rubens e que o deixaram visado: a sua participação na ala da esquerda do PTB; como vice-presidente da CPI do IBAD; como deputado presente em atos políticos pró-reforma e mobilizações populares; bem como de ser francamente declarado de oposição à ditadura (TÉRCIO, 2013, p. 202).

É certo que militares autoritários e aliados à ideologia hierárquica das elites, não podiam admitir a “traição de classe deste burguês” com visão social. Também não admitiam a “arrogância aristocrática” de Rubens Paiva, que não se curvara à ferocidade do regime. Na prisão, as imprecações, os xingamentos e as injúrias enunciados por seus algozes comprovam o ressentimento contra esta “arrogância”. Terminou trucidado ao som de Jesus Cristo eu estou aqui, de Roberto Carlos, fundo musical que excitava os torturadores e abafava seus gritos de dor. (CEV-Rio, 2015, p.184).

Desse modo, acredita-se que a causa maior, responsável por tal brutalidade, estivesse baseada no ódio cultivado por militares autoritários e elitistas, pela falta de cuidado de Rubens quando praticava ações proibidas e devido, na visão dos militares, a sua “arrogância” e “prepotência” parlamentar. Contudo, tais ações não justificam a violência empregada a Rubens Paiva.

## 2.3 CENAS DA PRISÃO: TORTURA, MORTE E DESAPARECIMENTO DO CORPO.

O telefone tocou.

O feriado de 20 de janeiro de 1971 é um dia que não tem fim. Demoramos para entender por que esse dia existiu e foi daquele jeito. O telefone tocou pouco depois das dez da manhã. A voz de uma mulher pediu nosso endereço para entregar uma encomenda do Chile. Ele não notou nada de anormal e deu.

Meia hora depois, seis sujeitos armados em trajes civis cruzaram o quintal. Tensos, como se invadissem um aparelho subversivo. Entraram pela porta dos fundos da casa de esquina. Fecharam todas as cortinas e janelas da casa. Tomado o

“aparelho”, fizeram perguntas, trocaram informações por rádio, até informarem que o levariam para prestar um depoimento. Coisa de rotina.

Ele pediu para se trocar. Colocou um relógio no pulso, umas cadernetas no bolso. Foi com dois agentes dirigindo o Opel Kadet da minha mãe. Quatro sujeitos ficaram em casa.

Acordei depois de tudo isso. Fui sonolento ao banheiro. Escovando os dentes, percebi um intruso no corredor, que vigiava pela janela do segundo andar o movimento da rua. Cumprimentei-o com a cabeça. Ele era quieto, sempre ficava no segundo andar. A cada seis horas, esses homens eram substituídos por outros quatro. Para mim, eram sempre os mesmos. Quando desci as escadas, não encontrei ambiente de terror. Estavam todos calmos, calmos até demais. A casa parecia na rotina. Saí na surdina. Fui jogar bola na praia, sem ninguém perceber. Voltei para casa e levei uma dura de um dos detetizadores. Minha mãe viu tudo aquilo e teve a ideia. Me fez subir com ela ao quarto, como se fosse me dar uma dura. Escreveu um bilhete pequeno, colocou numa caixa de fósforos e pediu para eu entregar à vizinha, Helena, e que ninguém visse. Pelo tom de voz, senti que era uma ordem não questionável e uma missão fácilíssima de ser realizada. Nem pensei duas vezes. Priorizei a segurança e a eficiência da minha primeira ação efetiva contra a ditadura.

Então toquei a campainha, abri a caixa e li o bilhete. Veio a Helena, mulher do Eltes. Minha mão tremia. Minha mãe pediu para te entregar isso. Entrega a caixa e corre! Tentando entender o que estava escrito num bilhete dobrado num papel de pão: “Rubens foi preso, ninguém pode vir aqui, senão é preso também”.

Rubens foi preso. Por quê? O que ele fez? Ninguém pode vir aqui, senão é preso também (PAIVA, 2015, p. 115-123).

Tomando por base as memórias de um pré-adolescente sobre a prisão de seu pai, esse foi um dia de muitos significados, cada minuto passado parecia uma eternidade e o trauma se estabeleceu na memória de todos os envolvidos, não importando se eles tinham, ainda, pouca idade. Por anos, Marcelo Paiva, com 11 anos de idade à época, e sua família buscaram entender o que se passou naquela manhã. Passaram-se anos, aos poucos foram surgindo relatos, o quebra-cabeça foi sendo construído e a versão dos militares desmentida.

A prisão de Rubens Paiva foi decorrente da prisão de Cecília de Barros Correia Viveiro de Castro e Marilene Corona Franco, no aeroporto do Galeão, ao desembarcarem de um voo vindo do Chile, portando cartas de exilados políticos a Rubens. Com base no depoimento de Cecília de Barros, na Delegacia de Ordem Política e Social/SR/ DPF/RJ, em 11 de setembro de 1986<sup>52</sup>, ao Delegado de Polícia Federal Carlos Alberto Cardoso, e de Marilene Corona, ao MPF, no dia 24 de setembro de 2013.

Ao retornarem do Chile, pouco antes da meia-noite, no dia 19 de janeiro de 1971, Cecília de Barros e Marilene Corona foram detidas por agentes de segurança da Aeronáutica, no aeroporto do Galeão, e levadas à base aérea adjacente ao aeroporto internacional. Ao

---

<sup>52</sup> De acordo com Dal Piva (2016, p. 167), foram realizadas pelo Estado quatro apurações na busca pelas circunstâncias do crime cometido contra o parlamentar Rubens Paiva. São elas: a) A sindicância de 1971; b) Inquérito da PF (1986) seguido do IPM (1987); c) a pesquisa da CNV (2012-2014); d) o procedimento do MPF (2012-2014). A declaração da Sr. Cecília de Barros Correia Viveiro de Castro aqui citada faz parte do inquérito da PF de 1986.

serem revistadas foram encontradas em seu poder algumas cartas de exilados do Chile, endereçadas às suas famílias. A partir dali, foram conduzidas a uma outra dependência da Aeronáutica, onde passaram o resto da noite sofrendo toda espécie de ofensa pessoal, humilhações, ameaça e coação.

Nos papéis encontrados em poder de Marilene havia a orientação de que um dos pacotes deveria ser entregue a “Rubens, que poderia ser contatado através de um determinado número de telefone”. Marilene, que não conhecia previamente a identidade do destinatário, tampouco era militante de organizações de oposição ao regime, foi forçada, mediante tortura cometida pessoalmente pelo comandante da 3ª Zona Aérea, Coronel João Paulo Moreira Burnier, a telefonar para o número indicado no pacote que recebera e dizer a Rubens que as cartas do Chile haviam chegado. O oficial portava na ocasião um radiocomunicador e assim que a mensagem foi transmitida por telefone começou a gritar, falando: “Já cercou a casa do homem? ”; “Ele está em casa, pode invadir”<sup>53</sup>.

Minutos mais tarde, a casa foi invadida por seis agentes do Centro de Informações de Segurança da Aeronáutica (CISA), não totalmente identificados, com trajes civis e fortemente armados. Sem esboçar nenhuma resistência, a vítima – Rubens Paiva – foi escoltado ao comando da 3ª Zona Aérea, situado na avenida General Justo/ Centro do Rio de Janeiro, conduzindo o próprio veículo. Lá, no terceiro andar, Cecília e Marilene ainda testemunharam o início do interrogatório, mediante tortura, infligida ao ex-parlamentar.

O sistema de torturas montado no Rio de Janeiro foi o mais amplo e sistematizado do Brasil. As violências contra presos políticos ocorreram na Aeronáutica, no quartel da Polícia do Exército, no Centro de Informações da Marinha e, principalmente, na Divisão de Ordem Política e Social (ALVES, 1996, p.143). Rubens Paiva sofreu tortura desde que chegou à 3ª Zona Aérea.

Em depoimento, Marilene Corona Franco afirmou:

Logo depois, foi chamada e confrontada com Rubens Paiva, que não o conhecia. Antes de ambos serem postos frente a frente, ouviu gritos e ameaças e uma voz dizendo ‘não sei de Jane nem de Luiz Rodolfo’. Lembra-se que Rubens Paiva era um homem gordo e naquela ocasião estava com o rosto muito vermelho, como se estivesse muito nervoso ou mesmo levado alguns tapas na face. Ele suava muito e

---

<sup>53</sup> Termo de declarações de Marilene Corona Franco ao MPF, no dia 24 de set de 2013. Rio de Janeiro. 24 de set de 2013. *Acervo da Comissão Estadual da Verdade de São Paulo - Rubens Paiva*. 2015. Disponível em: <http://comissaoдавerdade.al.sp.gov.br/arquivos/documentos/013-termo-de-declaracoes-de-marilene-corona-franco-a-mpf-rubens-paiva>. Acesso em: 10 set. 2019.

dizia: ‘Nunca vi essa mulher’. A declarante também afirmava nunca ter visto a vítima<sup>54</sup>.

A professora Cecília de Barros também afirmou que se tratava de um homem grande, gordo, alourado, de olhos claros, que reconheceu ser o dr. Rubens Paiva, pai de três alunas. Ainda declarou: “eu ouvia os gritos do Rubens Paiva sendo interrogado”. Disse que depois ouviu Paiva pedir seus remédios e também água; que ele falava com uma voz muito enfraquecida: ‘Meu nome é Rubens Beyrodt Paiva’; e que durante a madrugada houve, ainda, muito movimento na cela onde Rubens estava; que ouviu, inclusive, dizerem que ele precisaria ser hospitalizado.

Outro depoimento que comprovou a morte de Rubens Paiva na prisão foi o do médico Edson de Medeiros<sup>55</sup>, que narrou os mesmos fatos ao MPF, com o olhar de dentro do presídio: no dia 20 de janeiro de 1971, na parte da tarde, ouviu gritos de um homem sendo torturado. Lembra-se perfeitamente de que os agentes colocaram uma música de Roberto Carlos – Jesus Cristo – em alto volume, possivelmente com o objetivo de abafar os gritos. Algum tempo depois, viu de sua cela passarem dois recrutas puxando pelos pés um homem forte e gordo, com mais de cem quilos. Esse homem foi colocado na cela ao lado e gemia muito. Algumas horas depois, o depoente viu alguns agentes retirarem da cela um corpo inerte e totalmente coberto. Percebeu, também, que os agentes davam uma importância muito grande àquele preso. Foi a última vez que viu essa pessoa.

---

<sup>54</sup> Idem, p 03.

<sup>55</sup> A testemunha Edson de Medeiros, formado em Medicina, anestesista, foi uma das vítimas da ditadura que não possuía qualquer envolvimento com a militância política. Preso na véspera do Natal de 1970, em Canoas (RS), por agentes do DOPS gaúcho e transferido para o quartel do 1º BPE.

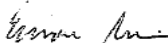


## DECLARAÇÃO

Pelo presente documento, eu, Edson de Medeiros, médico (CRM RJ 10377 - 0), casado, residente à Rua Paula Freitas, 99, ap. 1306, Copacabana, Rio de Janeiro (RJ), declaro ter a mais inabalável e firme convicção de ter sido a última pessoa, sem contar os seus algozes, a ver nas dependências do DOI CODI, a figura agonizante do então deputado Rubens Beyrodt Paiva, e horas depois, o que deve ter sido, sem sombra de dúvida, a passagem do corpo coberto, inerte e decesso do ex-deputado. Estes fatos ocorreram no dia 20 de janeiro de 1971.

Estou ao dispor do preclaro MPF para reiterar os detalhes que me fazem afirmar como inquestionáveis estas informações, que faço com o único e precípuo objetivo de restabelecer a verdade histórica de tão infausto acontecimento e caracterizar como indiscutível o bárbaro crime cometido contra um dos nossos patrícios.

Rio de Janeiro, 12 de setembro de 2013.

  
Edson de Medeiros

**Imagem 7-** Termo de declarações de Edson Medeiros, testemunha das agressões perpetradas pela Ditadura Militar a Rubens Paiva.<sup>56</sup>

**Fonte:** CEV-SP (2015)

Outra testemunha do caso foi o médico psiquiatra Amílcar Lobo, com o olhar em defesa dos órgãos de repressão foi a primeira testemunha a confirmar a morte de Rubens Paiva e desmentir a versão dos militares de uma suposta fuga ou sequestro do Rubens Paiva. Amílcar Lobo em depoimento, para o Inquérito Policial no DOPS/SR/DPF/RJ, em 08 de setembro de 1986, garantiu ter estado nas dependências do DOI-CODI durante a madrugada, sem saber precisar a data, “mas certamente no mês de janeiro de 1971, por prestar serviços médicos no Primeiro Batalhão de Polícia do Exército. De modo que ele foi chamado quando ainda estava em sua residência, para fazer um atendimento naquela dependência militar”, aproximadamente duas horas da manhã. Relatou que ao chegar ao local havia um indivíduo com fortes dores abdominais. “Que ao examinar o paciente, verificou que o mesmo encontrava-se na condição de “abdômen em tabua”, o que em linguagem médica pode

<sup>56</sup> Declaração e Termo de declarações do Ministério Público Federal - Procuradoria da República do Estado do Rio de Janeiro, datados de 12/09/2013, referentes ao depoimento de Edson Medeiros, testemunha das agressões perpetradas pela Ditadura Militar a Rubens Paiva. Disponível em: <http://comissaoдавerdade.al.sp.gov.br/arquivos/documentos/016-termo-de-declaracoes-edson-medeiros-rubens-paiva>. Acesso 13 Jan. 2020.

caracterizar uma hemorragia abdominal, sendo que naquela situação parecia ter havido uma ruptura hepática”.<sup>57</sup>

Reafirmou esse depoimento em seu livro de memória “*A Hora do Lobo, A Hora do Carneiro*”<sup>58</sup>, dando detalhes desse atendimento,

Há um homem nu, deitado no leito, de olhos fechados e muito machucado. Há equimoses na face, no peito, no abdômen e nas coxas. Viro-o de lado e constato várias equimoses no dorso e nas nádegas. Ele volta a mesma posição anterior, abre os olhos, me olha atentamente e diz em voz baixa:

- Rubens Paiva

O major neste momento, sorrindo em tom de galhofa, relata que o preso se queixava muito de dores abdominais. Observo-o e verifico que existem duas feridas recentes uma no supercílio e outra no canto dos lábios. Começo a apalpar o abdômen e verifico que este está endurecido, um abdômen em tábua. Suspeito imediatamente de uma hemorragia abdominal, do fígado ou do baço. O preso volta a abrir os olhos e com voz embargada repete:

- Rubens Paiva.

Afasto-me e digo ao major que me acompanha:

- O estado deste preso é grave, provavelmente está com uma hemorragia interna séria, do fígado ou de outro órgão vital. Recomendo a imediata internação dele num hospital, no HCE se possível. Cuide logo disto, major, do contrário ele morrerá em pouco tempo. Se for o caso, eu mesmo posso conduzi-lo a um hospital, o mais rápido possível. O Sr. é quem decide, major.

O major me olhou, inicialmente sério, depois sorriu e me disse:

- Doutor, não dá pra gente conversar mais um pouquinho com ele? Ele é muito quente, doutor, se dá com gente do Chile.

Retorqui:

---

<sup>57</sup> Depoimento de Amílcar Lobo no Inquérito Policial nº [...]– DOPS/SR/DPF/RJ. FLS. 029 - 022. Rio de Janeiro. 08 set.1986. *Acervo da Comissão Estadual da Verdade de São Paulo - Rubens Paiva*. 2015. Disponível em: <http://comissaodaverdade.al.sp.gov.br/arquivos/documentos/022-depoimento-de-amilcar-lobo-a-dpf-rubens-paiva>. Acesso em: 10 set. 2019.

<sup>58</sup> *A Hora do Lobo, A Hora do Carneiro* (1989), é o livro memorialístico de Amílcar Lobo, no qual rememora sua experiência vivida durante os anos de repressão do governo Médici e Geisel. Essa obra demonstra o envolvimento consciente do médico Amílcar Lobo como agente cumpridor das tarefas que a “revolução de 64” colocou em prática, principalmente a da tortura, sua participação no atendimento médico a presos políticos, mesmo alegando que se deu contra a sua vontade, que foi um mero cumpridor de ordens vindas de cima, que arriscou a sua carreira, e sofreu sérias ameaças, foi quando decidiu abandonar o seu ofício de médico responsável em avaliar a condição física dos presos políticos sob tortura, passando a atestar a existência real da tortura. Foi o primeiro livro de memória de um autor da repressão e também o primeiro a confirmar a morte de Rubens Paiva. Com esse trabalho rememorativo Amílcar Lobo revela o desejo de livrar-se das acusações de ter sido um agente da tortura, negar qualquer envolvimento com os crimes, e se posicionar como vítima do sistema: “transformei-me [...] numa pessoa encarregada de pagar a culpa embutida no momento político que se estabeleceu no Brasil a partir de 1964”. LOBO, Amílcar. *A Hora do Lobo, a Hora do Carneiro*. Petrópolis, RJ. Ed. Vozes, 1989, p. 14. Livro on-line. BRASIL NUNCA MAIS. *A Hora do Lobo, a Hora do Carneiro*. Amílcar Lobo. Disponível em: <http://docvirt.com/Hotpage/Hotpage.aspx?bib=BibliotBNM&pagfis=13761&url=http://docvirt.com/docreader.net#>. Acesso em 22 jul. 2020.

- Major, este preso terá muito pouco tempo de vida se permanecer no quartel. O Sr. escolhe. O que disse, garanto, não lhe dará outra escolha. Este homem está com uma hemorragia grave. Não vejo outra possibilidade: ou ele vai imediatamente para um hospital ou morre.

O major apenas se despediu de mim [...]

Pela manhã, assim que cheguei ao quartel, me dirigi ao PIC e, junto à porta, com mais dois tenentes, estava Avólio. Olho-o indagativamente e ele me diz:

- Lobo, aquele cara, que você examinou à noite, morreu.

Perguntei, então, com o coração sobressaltado:

- Morreu aqui ou no hospital?

- Morreu aqui mesmo. O pessoal achou que poderia interrogá-lo mais um pouco e, aí, ele morreu, durinho (LOBO, 1989, p. 27-28).

Amílcar Lobo ficou conhecido por sua atuação na verificação do estado de saúde dos presos submetidos à tortura, bem como por fazer os atestados de óbitos com versões duvidosas, isso quando desenvolveu atividades como médico do Exército no 1º Batalhão de Polícia do Exército, situado na Rua Barão de Mesquita, 425, no Rio de Janeiro. Esse local foi indicado por muitos presos políticos como um dos órgãos do aparato repressivo militar, DOI-CODI, onde a tortura foi brutalmente aplicada. Atuou de 1970 até 1973 e de acordo com seu relato em *A Hora do Lobo, A Hora do Carneiro* (1989) essa sua atuação no atendimento médico a presos políticos, se deu contra a sua vontade, tentou abandonar o ofício mais era coagido, sofreu sérias ameaças, arriscou a sua carreira.

Para aprofundar as reflexões sobre o livro memorialístico do médico Amílcar Lobo e perceber o processo rememorativo por ele empregado, buscou-se na análise empreendida por Lucileide Cardoso um ponto de vista sobre o assunto. Na qual a autora ao examinar as obras dos memorialistas que apoiaram a “revolução de 64”, percebeu que Amílcar Lobo é o único que não assume explicitamente ser partidário dos ideais que a “revolução de 64” colocou em prática. Classificou o livro como obra confessional e de autojustificação, com um forte sentimento de culpa pelo tempo em que serviu como médico militar no atendimento aos presos políticos em alguns órgãos de repressão no Rio de Janeiro. O processo rememorativo por ele empreendido se inicia quando todos os recursos, para provar o seu não envolvimento na prática da tortura se esgotaram. Amílcar Lobo sobressai como um “vencido”, uma vítima do regime<sup>59</sup>.

---

<sup>59</sup> Ver Lucileide Costa Cardoso. *Criações da memória: Defensores e Críticos da ditadura (1964-1985)*. Cruz das Almas-BA: UFRB, 2012.

A partir da análise e cruzamento de evidências dos depoimentos dos dois lados da história e dos documentos produzidos pelas instituições do Estado, foi possível desvendar o mistério da prisão e morte de Rubens Paiva.

Em síntese, era uma manhã de 20 de janeiro de 1971, Rubens Paiva foi detido em sua casa, por soldados da Aeronáutica e depois levado para o Departamento de Operações e Informações – Centro de Operações de Defesa Interna (DOI-CODI), porque mantinha comunicação com exilados brasileiros no Chile, estando também envolvido no sequestro do embaixador suíço. Apesar de não ter participado diretamente da ação armada, após o sequestro ajudou os jovens integrantes a saírem do país, colaborando, assim, com o Movimento Revolucionário - 8 de Outubro (MR-8), uma das organizações guerrilheiras mais ativas do período militar, que escolheu a data de 8 de outubro para homenagear Che Guevara, um médico guerrilheiro bastante atuante na América Latina, morto pelas forças repressoras, na Bolívia, em 1967.

O MR-8 foi um grupo formado por dissidentes do PCB, que inicialmente eram conhecidos como integrantes da "DI da Guanabara do PCB". A sigla "DI" corresponde a "Dissidência" e mostra bem as diversas divisões existentes no meio da esquerda política. Assim, a "DI da Guanabara" começou a atuar como um grupo independente já em 1966, praticamente limitado ao meio universitário. Os seus integrantes defendiam a necessidade da construção de um novo partido marxista e, na crítica ao programa do PCB, indicavam que o "caráter da revolução" no Brasil deveria ser visto como "socialista", e não "democrático-burguês" ou de "libertação nacional". Tinham como proposta abraçar a bandeira da "Revolução Socialista" imediata. Em consequência da operação do sequestro do embaixador norte-americano Charles Burke Elbrick, em setembro de 1969, juntamente com a ALN, sofreram os primeiros golpes da repressão. Em 1970, prosseguiram no Rio de Janeiro com suas operações armadas (entre essas o sequestro do embaixador suíço Giovanni Bucher) intercalando êxitos e novas prisões de militantes. Em 1971, o Capitão Carlos Lamarca desligou-se da VPR e ingressou no MR-8 (ARQUIDIOCESE DE SÃO PAULO, 2011, p. 106). A presença desse novo guerrilheiro, já muito conceituado na luta oposicionista, na organização armada do MR-8 reforçou e motivou os seus quadros a planejarem novas ações.

Assim, para esconder a morte de Rubens Paiva foi montada uma farsa, principalmente porque ele foi preso em casa, saudável e sem resistência. Desse modo, seu desaparecimento não se encaixaria nas versões usuais utilizadas pelos órgãos da repressão, como tiroteios e suicídios – além de que não era possível negar que ele tivesse sido levado sob custódia militar. Havia testemunhas em sua casa no momento em que ele foi levado pelos agentes.



Devolver para a família um corpo sem vida era admitir que o Estado praticava torturas. Era preciso esconder essa morte e, na tentativa desesperada de se livrar dessa responsabilidade, se criou uma história para justificar a ausência de Rubens Paiva na prisão, sem assumir o seu assassinato. Uma história cheia de equívocos e erros.

A versão que os militares produziram foi de uma suposta fuga ou sequestro de Rubens Paiva, ação que, segundo eles, teria ocorrido durante uma diligência policial. A tal fuga foi montada no dia 22 de janeiro de 1971, pelo Cap. Raimundo Ronaldo Campos, que escreveu um ofício endereçado ao chefe do DOI-CODI – do I Exército, major Francisco Demiurgo Santos Cardoso, onde põe em prática a sua imaginação cruel.



**Imagem 8** - Ocorrência Parte s/nº, datada de 22/01/1971, assinada por Raymundo Ronaldo Campos.<sup>60</sup>  
**Fonte:** CEV-SP (2015)

Em seguida, após a comunicação ao chefe do DOI-CODI paulista, a versão criada foi divulgada na grande imprensa. Telejornais e jornais, como *O Globo*, *Tribuna da Imprensa*,

<sup>60</sup> Ocorrência Parte s/nº, datada de 22/01/1971, assinada por Raymundo Ronaldo Campos. Quartel General do I Exército / DOI. *Acervo da Comissão Estadual da Verdade de São Paulo - Rubens Paiva*. 2015. Disponível em: <http://comissaoдавerdade.al.sp.gov.br/arquivos/documentos/040-depoimento-de-raymundo-ronaldo-campos-a-dpf-rubens-paiva>. Acesso em: 10 set. 2019.

*Jornal do Brasil*, *O Jornal* e *O dia*, reproduziram a notícia entre os dias 22, 23 e 25 de janeiro de 1971. Em tempos de AI-5 e censura, a imprensa não alterou e nem comentou a informação, embora cada veículo de comunicação a tenha adaptado ao seu estilo. Como sistematizou Marcelo Rubens Paiva:

O Globo: “TERROR LIBERTA SUBVERSIVO DE UM CARRO DOS FEDERAIS”.

Jornal do Brasil: “Terroristas metralham automóvel da polícia e resgatam subversivo”.

O Jornal: “TERROR METRALHA CARRO LIBERTANDO PRISIONEIRO”.

O Dia: “BANDIDOS ASSALTAM CARRO E SEQUESTRAM PRESOS”.

Tribuna da Imprensa: “Terror resgatou preso em operação-comando”.

A partir daí, surgiram uma sucessão de contradições e discrepâncias envolvendo as principais instituições do país. Na imprensa, falavam de um “Rubens Seixas”; alguns veículos omitiam o sobrenome, diziam tratar-se de um “político cassado”, “capturado na sua residência”; informações desencontradas circulavam e o próprio boletim de ocorrência registrou o nome do terrorista como “Rubens Seixa”. Um erro, proposital ou não, mas que “alimentou a esperança de que talvez não tivesse sido ele”. Ou, se fosse verdade, que ele realmente tivesse fugido e logo mandaria notícias (PAIVA, 2015 p. 146).

Ainda de acordo com Marcelo Rubens Paiva, apenas o jornal *Tribuna da Imprensa*, pertencente a Hélio Fernandes, amigo da família, na reportagem do dia 25 de janeiro, divulgou o nome verdadeiro:

O “Terror” havia resgatado “o subversivo Rubens Beyrodt de Paiva” na avenida Edson Passos, “immediações da Usina”. Era a senha para os amigos. Rubens foi internado. Usou a linguagem que satisfazia o regime, era aprovada pelo censor, que passava o dia na redação. E passou o recado. Esse cara de quem estão falando é o Rubens. Estão falando que ele fugiu dois dias depois de ser preso (PAIVA, 2015, p. 146).

Em 4 de fevereiro desse mesmo ano (1971), o jornal *O Estado de São Paulo* publicou uma entrevista com Eunice Paiva. Nessa entrevista, ela não deu declarações sobre os dias em que esteve presa, apenas falou que não conseguiu saber de Rubens e queria “ter o marido de volta” (PAIVA, 2015, p. 147). Nos meses que se seguiram, alguns telejornais continuaram informando sobre o caso e a busca dos familiares, a revista *Manchete*, uma das mais importantes do país, noticiou o desaparecimento do ex-deputado, exibindo uma foto da família, a imprensa estrangeira também noticiou o fato. Essas notícias revelavam os

equivocos cometidos pelo general Ernesto Geisel, quando, em 1967, ao averiguar denúncias de torturas e maus-tratos a presos políticos, declarou “com a mais completa desfaçatez: não havia torturas, não tinha havido torturas, estava tudo na mais perfeita ordem...”. Negou, também, em relatório dirigido ao governo, a existência de fatos concretos que confirmassem as acusações difundidas, e disse que os “presos políticos se encontravam sob tratamento tão humano quanto fosse possível nas instalações prisionais” (ALVES, 1996, p. 49); (SILVA, 2011, p. 107).

Para Márcio Moreira Alves (1996), o emprego da tortura é um método pouco eficiente para obter segredos e informações. Pois, durante o processo de tortura, o torturado pouco fala algo que seja realmente útil:

Alguns calaram-se porque dentro de si encontraram fortaleza para cuspir seu silêncio na cara dos torturadores. Outros, porque nada sabiam, nada tinham a contar enquanto muitos nada disseram ou porque não lhes foi dado tempo e descanso para falar ou, em inúmeros casos, não lhes foram sequer feitas perguntas objetivas e concretas (ALVES, 1996, p. 19).

Em uma abordagem diferente da elaborado por Alves, Elio Gaspari (2002, p.37) explica que a tortura é tão funcional que chega a surpreender.

[o] que torna a tortura atraente é o fato de que ela funciona. O preso não quer falar, apanha e fala. É sobre essa simples contestação que se edifica a complexa justificativa da tortura pela funcionalidade. O que há de terrível nela é sua verdade. O que há de perverso nessa verdade é o sistema lógico que nela se apoia valendo-se da compreensão, num juízo aparentemente neutro, entre dois mundos: o torturador e o de sua vítima. Tudo se reduz à problemática da confissão.

Se em alguns momentos a tortura funciona ou não isso se deve a uma sucessão de fatores internos e externos ao torturado. No caso Rubens Paiva, a tortura teve êxito? Quando o torturado morre sem nada confessar, o torturador venceu ou foi vencido? Aquela morte alimenta o ego ou o ódio do torturador? Refletir essas indagações talvez seja um tanto quanto inútil, tendo em vista que nunca se terá as respostas. Contudo, pensando nos inúmeros casos de tortura que houve no período de repressão militar no Brasil, podemos caracterizar, à luz das interpretações de Alves (1996) que: “as torturas revestem-se de um sadismo absolutamente gratuito”.

No Brasil, foram/são praticadas torturas para aterrorizar e espezinhar os vencidos; elas adquiriram um aspecto de vingança pessoal, ou de recalque das frustrações dos

carcereiros, impossibilitados de tocarem nos inimigos mais odiados (ALVES, 1996, p. 19). Para D. Paulo Evaristo Arns, “a tortura, além de desumana, é o meio mais inadequado para levar-nos a descobrir a verdade e chegar à paz”. “[...] justificada pela urgência de se obter informações, a tortura visava a imprimir à vítima a destruição moral pela ruptura dos limites emocionais que se assentam sobre relações efetivas de parentesco” (ARQUIDIOCESE DE SÃO PAULO, 1985, p.11 e 44).

Marcelo Rubens Paiva, diante da indignação e por ser refém da tortura, escreveu:

A tortura é a ferramenta de um poder instável, autoritário, que precisa da violência limítrofe para se firmar, e uma aliança sádica entre facínoras, estadistas psicopatas, lideranças de regime que se mantêm pelo terror e seus comandados. [...] existe quando um Estado precisa subjugar seus inimigos. [...] serve como vingança. Para destroçar um indivíduo, reforçar quem manda aterrorizar a população, torná-la dócil (PAIVA, 2015, p. 110 e 111).

Longe de ser algo estreado no Brasil, a tortura é uma prática milenar, existiu em arenas romanas, em masmorras da Idade Média, em castelos, pelourinhos, foi patrocinada por imperadores, reis e papas, ditadores de esquerda e de direita.

No Brasil, durante a ditadura civil-militar, a tortura se institucionalizou como método sofisticado da tecnologia da dor. Foram elencados pelo *Projeto Brasil: Nunca Mais* (1985) mais de 10 modos e instrumentos de torturas, que ignoraram por completo o princípio da Declaração Universal dos Direitos Humanos, que reza em seu Artigo 5º: “ninguém será submetido à tortura, nem a tratamento ou castigo cruel, desumano ou degradante”. O sistema repressivo não fazia distinção de sexo, idade, situação moral, física e psicológica.

Rubens Paiva apanhou até a morte, ao som da música “Jesus Cristo”, cantada por Roberto Carlos, e repetindo o seu nome. A violência não foi apenas física, mas psicológica, ao saber da prisão de sua esposa e de sua filha de 15 anos, como será analisado mais adiante. Sua morte foi ocultada e negada durante anos, deixando a família num limbo de dor e sofrimento, impossibilitando-os de vivenciar um momento de luto, de erguer uma lápide, condenando-os a viver com a dúvida e a serem torturados ao relutarem em admitir a morte.

Somente a partir de 2012, com a implantação das investigações da CNV, 43 anos depois do ocorrido, é que se soube dos principais agentes da ação do caso Rubens Paiva, o ex-tenente do Exército Antônio Fernando Hughes de Carvalho, com pleno conhecimento do general José Antônio Nogueira Belham, comandante do DOI. Em um período de dois anos, o corpo foi enterrado e desenterrado algumas vezes, até os restos mortais serem finalmente atirados ao mar. E a farsa foi desmontada.

Para o biógrafo Jason Tércio (2013, p. 203), “a versão de fuga de Rubens Paiva acabou se revelando uma assombrosa teia de mentiras, fraudes e falsos testemunhos”. De modo que foi se tornando comum entre os militares a recusa em admitir irregularidades em suas instalações, a negativa da barbárie a despeito de todas as denúncias e provas e, principalmente, a necessidade de usar a criatividade para forjar uma cena do crime. Sempre que alguém morria sob custódia de um órgão de repressão, negava-se sua prisão, alegava-se suicídio, atropelamento ou acidente em fuga. No caso de Rubens Paiva não havia como negar a sua prisão, pois pessoas a testemunharam. Ele foi capturado em sua residência, saiu dirigindo o seu próprio veículo, que ficou na delegacia e somente depois foi devolvido. O documento de devolução do carro é um recibo em papel timbrado do I Exército, e foi assinado pela irmã de Rubens, Renée Paiva Guimarães. Anos mais tarde, esse recibo serviu de prova para identificar a instituição que o deteve e, assim, impetrar o pedido de *habeas corpus*.

Sobre os tratamentos violentos nas cadeias brasileiras, a historiadora Ângela Moreira Domingues da Silva analisou a atitude do general Ernesto Geisel, que em 1967 havia sido designado pelo presidente Castello Branco para averiguar uma série de denúncias de maus-tratos a presos políticos. Após visitar algumas prisões, Geisel negou, em relatório dirigido ao governo, a existência de fatos concretos que confirmassem as acusações difundidas e disse que os “presos políticos se encontravam sob tratamento tão humano quanto fosse possível nas instalações prisionais” (SILVA, 2011, p. 107 *apud* DAL PIVA, 2016).

Ao analisar o caso Rubens Paiva, Dal Piva (2016, p. 48) concordou que a versão do Alto da Boa Vista foi usada para, em um primeiro momento, retirar o foco da prisão, redirecionando o fato para a suposta fuga. Depois, de algum modo, a divulgação da versão fabricada pelos militares auxiliou em uma espécie de contenção de possíveis críticas da opinião pública. Uma vez que Paiva tinha sido parlamentar e, apesar de ter tido o mandato cassado pelo regime, não era um integrante da luta armada.

A censura apertou e o silêncio tomou conta, o caso do ex-deputado foi esquecido, a família Paiva foi esquecida. “Durante anos, no Brasil, o nome da minha família foi riscado do mapa. Durante anos, no Brasil, a minha família foi evitada. Durante anos, alguns brasileiros, conhecidos e amigos, nos evitaram. Até parentes. Nos temiam. Temiam ser associados a nós”. (PAIVA, 2015, p. 153).

Mas a luta dos familiares era contínua, principalmente da esposa Eunice Paiva, que empreendeu ações independentes na busca por saber o que aconteceu ao seu marido, sempre cobrando do Estado a responsabilidade sobre o sequestro e lutando por justiça. Segundo Marcelo Rubens Paiva, Eunice passou a frequentar Brasília e a fazer as denúncias do caso

chegarem à Comissão de Direitos Humanos da Câmara, à Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) e à Associação Brasileira de Imprensa (ABI) (PAIVA, 2015).

O nome da família Paiva foi esquecido por um tempo; no entanto, com o processo de abertura política e a instauração de uma justiça de transição no país, essa família voltou a ser a pauta. Assim, o caso Rubens Paiva ganhou notoriedade, estampou as manchetes dos principais jornais, revistas e telejornais do país, e ficou conhecido como o caso de tortura e assassinato mais emblemático do período.

Sobre a singularidade e repercussão do caso, Vera Paiva, filha mais velha do casal, falou em entrevista a Marijane Vieira Lisboa:

Nós nunca quisemos singularizar o caso do meu pai. Minha família sempre teve a noção clara do privilégio do caso do meu pai ter tanta repercussão. Primeiro porque ele era mais velho que a maioria das vítimas, que eram estudantes e muito jovens. Quando foi preso e assassinado já tinha cerca de quarenta anos, havia sido um jovem deputado antes do golpe, e fora um profissional bem-sucedido, antes e depois de ter os seus direitos políticos cassados pela Ditadura. Além disso, meu irmão, Marcelo Paiva, eternizou o seu caso graças ao enorme sucesso do seu livro *Feliz Ano Velho* entre jovens que não viveram esse período. Isso é um privilégio, porque centenas de pessoas do movimento social que não são partidários ou filiados a qualquer organização da esquerda brasileira, foram assassinadas e desaparecidas sem que nada se fale a esse respeito<sup>61</sup>.

A fala da irmã de Marcelo Paiva destacou, portanto, a importância de sua memorialística para a divulgação das agruras da ditadura civil-militar. Vera ainda aponta para a situação de muitas famílias que tiveram pessoas nessa situação e não encontraram oportunidade para quebrar o silenciamento.

A repercussão se deu, também, pelo trabalho investigativo empreendido pela dupla de jornalistas Fritz Utzeri e Heraldo Dias, do *Jornal do Brasil*, com o apoio de Eunice Paiva e instituições, como a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) e a Associação Brasileira de Imprensa (ABI). “Os fios começaram a ser puxados e a rede de ajuda passou a ser construída”, tornando possível o trabalho de investigação. O trabalho começou pelo arquivo do próprio jornal, seguido da ampliação das fontes de informações. A conclusão do trabalho de Fritz Utzeri e Heraldo Dias ganhou as bancas das livrarias, em 22 de outubro de 1978, em formato de um caderno especial. Foi a primeira vez que a população tomou conhecimento

---

<sup>61</sup> Depoimento de Vera Sílvia Paiva. Comissão Nacional da Verdade: passo importante no esclarecimento da verdade e da justiça. Depoimento concedido à *Revista PUCSP. Ponto-e-vírgula*, n. 15 (pp. 51-57). 2014. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/pontoevirgula/issue/view/1366>. Acesso 23 jan. 2019.

sobre as circunstâncias da prisão de Rubens Paiva e da relação de sua detenção com as cartas recebidas de exilados no Chile. Toda a repercussão da reportagem teve como consequência a entrada de um novo pedido de investigação sobre o desaparecimento de Rubens, em um órgão federal, em 1979, primeiro ano do governo do general João Baptista de Figueiredo. (DAL PIVA, 2016).

A denúncia do caso Rubens Paiva somente foi de fato aceita nas instituições responsáveis quando os militares deixaram o comando da presidência da República. Após algumas derrotas sofridas, com a não aceitação da denúncia ou, por vezes, com o arquivamento do processo, Eunice não desistiu. E graças à Lei dos Desaparecidos, Lei 9.140 de 04 de dezembro de 1995, promulgada pelo então presidente da República Fernando Henrique Cardoso, foi concedido o atestado de óbito de seu marido.

Artigo 1º são reconhecidas como mortas, para todos os efeitos legais, as pessoas que tenham participado, ou tenham sido acusadas de participação, em atividades políticas, no período de 2 de setembro de 1961 a 5 de outubro de 1988, e que, por esse motivo, tenham sido detidas por agentes públicos, achando-se, desde então, desaparecidas, sem que delas haja notícias<sup>62</sup> (BRASIL, 2019).

Rubens Beyrodt Paiva, depois de vinte e cinco anos, “morria por decreto”, vinte e cinco anos depois de ter morrido sob tortura (PAIVA, 2015). Depois de anos de luta e investigação, a família pôde, enfim, obter um parecer completo e seguro do caso. Os membros da Comissão Estadual da Verdade (CEV-Rio) relataram: “Morreu com o fígado esvaçalhado e hemorragia interna depois de desrespeitado, humilhado e brutalmente torturado no DOI-CODI da Rua Barão de Mesquita, pelo agente Antônio Fernando Hughes de Carvalho, chefe do interrogatório no DOI” (CEV-Rio, 2015, p.184). Com essas investigações da CNV, da CEV-RJ e do MPF, entre os anos de 2012 e 2014, foi possível afirmar, com completa segurança, que a prova da montagem da versão do sequestro foi obtida

---

<sup>62</sup> A Lei 9.140/ 1995, conhecida como Lei dos Desaparecidos Políticos, sancionada pelo presidente Fernando Henrique Cardoso, em dezembro de 1995, determinou o reconhecimento da responsabilidade do Estado pela morte de 136 desaparecidos políticos e criou a Comissão Especial de Mortos e Desaparecidos Políticos para examinar outras denúncias apresentadas por meio de requerimentos de seus familiares. A abrangência da lei compreendia o período de 2 de setembro de 1961 a 15 de agosto de 1979, não permitindo o reconhecimento das mortes do período transcorrido entre 1979 e 1985. Em 2002, foi revogada e passou a compreender os períodos de 2 de setembro de 1961 a 5 de outubro de 1988. Entretanto, a Lei 9.140/ 1995 não obriga o Estado a investigar os fatos, a apurar a verdade, proceder ao resgate dos restos mortais, a identificar os responsáveis pelos crimes e a punir os culpados, deixando às famílias a incumbência de apresentar as provas dos crimes e os indícios da localização dos corpos dos militantes assassinados. In: BRASIL. *Lei nº 9.140, de 04 de dezembro de 1995*. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/LEIS/L9140.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L9140.htm). Acesso em: 15 set. 2019.

porque o coronel Raymundo Ronaldo Campo, um dos integrantes da operação, confessou a farsa em depoimento à Comissão Estadual da Verdade do Rio de Janeiro (CEV-RIO), em 2013.

A luta de Eunice por verdade e justiça tornou-se uma luta geracional, pois seus filhos continuam em busca do corpo insepulto do pai.

Nos autos do processo, registrado pelo Ministério Público Federal, foi feita a denúncia de José Antônio Nogueira Belham e Rubens Paim Sampaio, em concurso com os militares João Paulo Moreira Burnier, Antônio Fernando Hughes de Carvalho, Freddie Perdigão Pereira e Ney Fernandes Antunes (já falecidos), incluindo, ainda, outros agentes não totalmente identificados. Todos previamente ajustados e agindo com unidade de desígnios na realização dos atos que levaram à morte de Rubens Beyrodt Paiva.

O homicídio de Rubens Paiva foi cometido por motivo torpe, consistente na busca pela preservação do poder usurpado em 1964, mediante violência e uso do aparato estatal para reprimir e eliminar opositores do regime e garantir a impunidade dos autores de homicídio, torturas, sequestros e ocultação de cadáver. O homicídio praticado pelos denunciados foi cometido com o emprego de tortura, consistente na infligência intencional de sofrimento físicos e mentais agudos contra Rubens Paiva, com fim de intimidá-lo e dele obter informação a respeito dos destinatários finais de cartas e documentos remetidos por dissidentes exilados no Chile, encontrados em poder de Cecília Viveiros de Castro, já falecida, e da testemunha Marilene Corona Franco (PAIVA. 2015 p. 266).

Por fim, a participação de Rubens Paiva nos acontecimentos pré-golpe de 1964, a sua posição política a favor das reformas de base e, depois, contrária aos militares no poder, a sua prisão, morte e desaparecimento, bem como a luta dos seus familiares, em especial de Eunice Paiva, pela verdade e justiça concorreram para evidenciar a fragilidade de um sistema institucional que saiu do controle e resultou em desordem. O caso Rubens Paiva representou, assim, o caso de muitas famílias brasileiras que passaram a ter voz e algum direito reconhecido em tempos mais recentes, com a instauração, por governos democráticos, de uma justiça de transição e de uma política de memória. Essas mudanças governamentais nasceram da pressão social para que o Estado assumisse os seus crimes do período ditatorial e investigasse os fatos ocorridos, através das inúmeras Comissões da Verdade que foram criadas no país.



### III O GRITO NARRATIVO DE MARCELO RUBENS PAIVA E A VIOLÊNCIA POLÍTICA DE ESTADO

A pesquisa buscou, nessa parte, desenvolver uma reflexão sobre as autobiografias de Marcelo Rubens Paiva, *Ainda estou aqui* (2015) e *Feliz ano velho* (1982), como narrativas reveladoras de manifestações de resistência e denúncia contra o regime ditatorial brasileiro (1964-1985). Distanciando-se da análise literária propriamente dita, buscou-se inserir e compreender a partir de um contexto histórico mais amplo, os fragmentos do drama vivido por Marcelo e suas irmãs, após a perda do seu pai, o ex-deputado Rubens Paiva, provedor e protetor da família. Além das obras (auto) biográficas, abrangeu os depoimentos e as entrevistas dadas pelo autor e suas irmãs, publicadas na imprensa e que também, constam no relatório da Comissão Nacional da Verdade (CNV). O estudo tratou, ainda, de acompanhar o comportamento da mídia sobre o caso Rubens Paiva e a trajetória pessoal e intelectual de alguns dos seus familiares, a partir das constantes repercussões na mídia.

Desse modo, recuperar essa memória e entender a superação e exteriorização do trauma foi uma das metas dessa pesquisa. O ponto de partida foram as lembranças e experiências da família Paiva para além da mãe Eunice Paiva, abrangendo os cinco filhos do casal: Marcelo Rubens Paiva, Vera Silvia Facciolla Paiva, Maria Eliana Facciolla Paiva, Ana Lúcia Facciolla Paiva e Maria Beatriz Facciolla Paiva. A riqueza dessas histórias individuais permitiu captar novas significações e compreender as diversas formas de superação do trauma vivido pela família.

Buscou-se, ainda, recuperar os conteúdos das denúncias do caso Rubens Paiva, feitas pela mídia escrita e falada durante esses anos. Visto que as repercussões do caso Rubens Paiva na mídia até os dias atuais, bem como, as memorialísticas de Marcelo Paiva, são vistas como expressões de resistência. Na verdade, essas publicações funcionam como vetores transmissores da memória histórica do país, que acabam por contribuir para instigar novas descobertas e ampliar o conhecimento histórico. Funcionam, ainda, como uma força defensiva que resiste a outra(s), exterior ao sujeito, que quando conjugadas à narrativa se realiza através da resistência que se dá como tema, e através da resistência como processo inerente à escrita (BOSI, 2002, p. 125).

Assim, considera-se que a literatura ao abordar temas como repressão, tortura, assassinatos, exílios, silenciamentos, entre outros, do período ditatorial, acabou por exercer uma forma de resistência. Parte dos escritores de oposição foram impregnados desse desejo,

assim como, Marcelo Paiva focalizou em seus escritos, bem como suas irmãs revelaram em seus depoimentos, a necessidade de denunciar as agruras do passado, de resistir ao silêncio e de buscar por justiça. Nesse sentido, as representações da denúncia do caso de desaparecimento político do ex-parlamentar Rubens Paiva nos anos setenta, serviu também de conforto para muitas famílias que vivenciaram situações semelhantes, mas não encontraram oportunidade para quebrar o silêncio.

Para alguns autores, esse silêncio foi perpetuado por uma política de Estado representado na lei de anistia de 1979, que de caráter ambíguo representou, por um lado, uma conquista parcial da sociedade e dos grupos que lutavam pela “anistia geral e irrestrita” (e que viram a anistia como resultado, ainda que imperfeito, dessa luta); E, por outro lado foi também uma vitória parcial dos militares e da classe dirigente, que aprovou uma anistia limitada e que se desobrigou da apuração das responsabilidades e dos crimes cometidos pelo regime (ARAÚJO, 2015).

A Justiça de Transição no Brasil se desenvolveu pautada pela questão da reparação, de certa forma, em detrimento de outros aspectos como a justiça e a memória (ARAÚJO, 2015, p. 72). Esse processo de reparação iniciou no governo de Fernando Henrique Cardoso com a promulgação da Lei 9.140, de 04 de dezembro de 1995, conhecida como a *Lei dos Desaparecidos*. A lei determinou o reconhecimento da responsabilidade do Estado pela morte de 136 desaparecidos políticos, e a criação da Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos (CEMDP), para examinar outras denúncias apresentadas por meio de requerimentos de seus familiares. A Lei 9.140/ 1995, entretanto, não obrigou o Governo Federal a investigar os fatos, a apurar a verdade, a proceder ao resgate dos restos mortais, a identificar os responsáveis pelos crimes e a punir os culpados, deixando às famílias a incumbência de apresentar as provas dos crimes e os indícios da localização dos corpos dos militantes assassinados. A abrangência da lei é a mesma da anistia: considerando apenas os assassinatos por motivação política ocorrida até agosto de 1979, portanto, exclui o reconhecimento das mortes do período transcorrido entre 1979 e 1985<sup>63</sup>.

Neste ínterim, surgiram as políticas públicas de memória, como o Programa Nacional de Direitos Humanos (PNDH), elaborado em 1996, contou com três versões, que foram instituídas durante os governos de Fernando Henrique Cardoso (versões I, em 1996, e II, em

---

<sup>63</sup> BRASIL. *Lei nº 9.140, de 04 de dezembro de 1995*. Lei dos desaparecidos políticos. Brasília - DF, 1995. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Leis/L9140.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9140.htm). Acesso em 13 mar. 2019.

2002) e de Luiz Inácio Lula da Silva (versão III, em 2009) <sup>64</sup>. Em 2002, foi promulgada a Lei 10.559, de 13 de novembro de 2002, denominada de *Regime do Anistiado Político*, que permitiu que o Governo Federal indenizasse, inclusive com a reparação financeira, às vítimas e os familiares dos desaparecidos políticos. Em 2009, foi implementado o Direito à Memória e à Verdade.

Foi com a Comissão Nacional da Verdade (CNV), instalada em 16 de maio de 2012, que se inaugurou um novo contexto para a retomada de temas que haviam permanecido como “memórias subterrâneas” ao longo de décadas. Apesar das dificuldades naturais de sua tarefa, como também de outras decorrentes da demora na apuração de alguns casos de perseguição política e da falta de colaboração real das Forças Armadas nesses casos, “o Brasil vive um novo momento de sua Justiça de Transição: o direito à memória e à verdade factual” (ARAÚJO 2015, p. 75).

O trabalho da CNV, em conjunto com as Comissões Estaduais e comissões de outras instituições, como USP e OAB, foi essencial na elucidação de inúmeros casos de violência praticados pelos órgãos da repressão. No entanto, a falta de um procedimento jurídico adequado, a falta de colaboração de Alguns membros das instituições como do exército, marinha e aeronáutica, que insistiram em afirmar que não existiu nenhum tipo de repressão grave no período, que se algum caso ou outro tinha ocorrido isso se sucedeu por parte de algum agente em estado de estresse, e que em nada comprometia as instituições, recusando-se, muitas vezes, a fornecer documentos relativos ao período, dificultou o conhecimento do número exato das vítimas do Regime de 1964, como também, as circunstâncias em que sofreram a violência e quem são os responsáveis por esses crimes. Tudo isso aconteceu devido ao silêncio que pairou no país, atendendo ao interesse daqueles que pretendiam estabelecer uma conciliação branda com o passado.

Nesse sentido, a demora em se instaurar de fato uma justiça de transição, logo após o fim da ditadura, e a falta de um discurso oficial claro sobre a violência cometida pelo Estado, para que se pudesse deixar tudo isso muito claro e garantir a punição dos culpados, gerou o fortalecimento de uma cultura da violência, estimulada em parte, pela crença da impunidade. Daí porque se registra a importante necessidade de continuidade das políticas públicas de

---

<sup>64</sup> BRASIL. Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República; Ministério da Justiça. *Decreto nº 7.037, de 21 de dezembro de 2009*. Programa Nacional de Direitos Humanos - PNDH-3. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2007-2010/2009/Decreto/D7037.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2009/Decreto/D7037.htm). Acesso 13 mar. 2019.

memória que visem romper com o silêncio, tendo em vista que a anistia inconclusa transferiu a memória ao campo do esquecimento.

### 3.1 MEMÓRIA FAMILIAR: MARCAS TRAUMÁTICAS DOS PAIVA

A Comissão Estadual da Verdade - “Rubens Paiva” (CEV), da Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo, realizou uma série de audiências com pessoas que no período da ditadura civil-militar eram crianças e, direta ou indiretamente, sofreram com a repressão política e tiveram suas vidas profundamente marcadas. Tendo cada uma delas que lidar com essa ferida, que muitas vezes ainda sangra e incomoda.

Cerca de cinco décadas depois, essas pessoas relataram suas experiências, como conseguiram enfrentar e superar o trauma e prosseguir com suas vidas. O sofrimento a que essas crianças foram submetidas foi descrito no livro *Infância roubada*<sup>65</sup>, da CEV do Estado de São Paulo - Relatório - Tomo I - Parte II, a tortura imposta a essas crianças foi um meio encontrado pelos agentes da repressão para torturar os pais e mães militantes ou não militantes; segundo o relatório “não existe uma estimativa de quantas militantes eram mães ou foram sequestradas grávidas”, nem uma estimativa de quantas crianças sofreram os efeitos perversos da atuação dos órgãos públicos voltados para a repressão política.

Muitas dessas crianças eram filhos (as) de militantes políticas (os) sequestradas (os), foram mantidas em cárceres clandestinos, nascidas em cativeiros, torturadas ou ameaçadas de serem submetidas a torturas, assistiram à tortura de seus pais ou viram os pais serem assassinados. Algumas foram arrancadas dos braços de suas mães, outras foram para o exílio sem nunca conhecerem os pais. Outras, ainda, ficaram nas dependências dos centros de tortura onde seus pais e outros presos eram torturados. “O absurdo da ditadura produziu, ainda, o absurdo de prender e banir crianças, fichando-as como subversivas, considerando-as “perigosas” à segurança nacional”. Muitas delas se tornaram adultos atormentados, vítimas de um sofrimento mental permanente, devido à violência cometida contra elas. Algumas não suportaram e acabaram morrendo, e ainda, segundo a CEV, outras conseguiram superar a violência sofrida, externar o trauma e seguir com suas vidas. O número de crianças que teve sua infância roubada pela ditadura é incalculável.<sup>66</sup>

---

<sup>65</sup> Comissão da Verdade do Estado de São Paulo. Relatório - Tomo I - Parte II. *Infância roubada*. (Livro). Disponível em: <http://comissaodaverdade.al.sp.gov.br/livros/infancia-roubada/?p=252>. Acesso em: 21 mar. 2019.

<sup>66</sup> Idem.

Segundo Seligmann-Silva (2000, p. 84), o trauma é justamente uma ferida na memória. Desse modo, à luz desse conceito – “memória traumática”, buscou-se compreender o processo de elaboração do trauma desenvolvido pelos filhos do ex-parlamentar Rubens Beyrodt Paiva. As crianças tiveram o pai sequestrado em sua casa, depois preso, torturado e morto no DOI-CODI, no dia 20 de janeiro de 1971. Houve também, a prisão domiciliar de sua esposa e de seus 4 filhos que durou aproximadamente 24 horas e que se perpetuou com a prisão da mãe - Eunice Paiva, no DOI-CODI do RJ, no mesmo quartel da Rua Barão de Mesquita, na Tijuca. Ela foi mantida ali por 12 dias, no mesmo momento em que sua filha Eliana, de apenas 15 anos idade, foi detida por 24 horas e depois liberada. Enquanto Rubens foi vítima direta dos torturadores, Eunice via e ouvia os bastidores do horror, tendo sido submetida a algumas práticas desumanas, tais como: ser submetida a vários interrogatórios durante a noite, ter ficado totalmente incomunicável por 12 dias. Já os demais filhos menores, que se encontravam na casa no momento das prisões de seus pais, foram deixados à própria sorte, exceto a filha mais velha, Vera Silvia Facciolla Paiva de 16 anos de idade que estava no exterior em férias escolares.

Tal evento violento repercutiu em momentos de terror para a família, não cabendo medir o grau de intensidade a que foram traumatizados, desde aquele que tinha um maior entendimento sobre o que acontecia ao menor que devido a pouca idade e experiência foram impossibilitados de processar tais acontecimentos. E posteriormente, essas crianças foram poupadas por sua família de saber a verdade sobre o que ocorria naquele momento, pois assim decidira a mãe Eunice, que impetrou o silêncio, a fim de tentar preservar o futuro dos filhos.

Silêncio que só foi rompido cerca de 40 anos depois, quando os irmãos – Vera, Ana Lúcia, Beatriz e Marcelo - se reuniu e chorou junto à morte do pai, durante a exposição do Memorial da Resistência - *“Não tens epitáfio, pois és bandeira. Rubens Paiva, desaparecido desde 1971”*.<sup>67</sup>

---

<sup>67</sup> É a terceira e a maior exposição sobre Rubens Paiva organizada pelo jornalista e pesquisador Vladimir Sacchetta, ficou em cartaz de março a julho de 2011 no Memorial da Resistência, em São Paulo. Apresentou 18 painéis com textos e fotos que contam a trajetória do homem, do político e do engenheiro Rubens Paiva. A exposição pode ser conferida no site da Fisenge. Disponível em: [https://fisenge.org.br/revista\\_rubens\\_paiva/revista/templates/liquid-green/](https://fisenge.org.br/revista_rubens_paiva/revista/templates/liquid-green/). In: *RBA- Redebrasilatual*. Rubens Paiva é tema de exposição virtual. Por Xandra Stefanel. Seção cultura. 08 fev. 2015. Disponível em: <https://www.redebrasilatual.com.br/cultura/2015/02/desaparecido-politico-rubens-paiva-e-tema-de-exposicao-virtual-5887/>. Acesso em: 21 jul. 2020



**Imagem 9** - Família Paiva no Memorial da Resistência de São Paulo, 2011.

**Fonte:** Revista Espaço Aberto/USP <sup>68</sup>

Sobre a prisão dos familiares, Ana Lúcia a terceira filha declarou: “Daquele período sei muito mais pelo que li, mamãe segurou tudo” <sup>69</sup>. Para a família, o desaparecimento de Rubens também era um segredo, nada se comentava em casa. Tanto que os filhos tiveram que buscar as respostas cada um à sua maneira, para descobrir o que de fato aconteceu com o pai naquele fatídico dia. Por isso só recentemente é que começaram a falar. Cada um na família aceitou a morte de Rubens Paiva em um dia diferente, o que para Vera Paiva “o fez morrer muitas vezes”.

Minha mãe só enterrou o meu pai (...) quando recebeu o atestado de óbito, em 1995. (...) Nós descobrimos recentemente que cada um de nós enterrou meu pai num ano diferente. (...) Porque você decidir que morreu é matar de novo. - Vera Paiva<sup>70</sup>.

Todo dia 20 de janeiro, independentemente do lugar onde esteja, entro numa igreja e faço uma oração. (...) Durante todo esse tempo a gente guardou em algum lugar da cabeça e do coração, sem que me desse conta. As pessoas ficavam sem graça,

<sup>68</sup> Na fotografia Vera com os irmãos Nalu, Beatriz e Marcelo, (o filho mais velho Chico, e o sobrinho Michael Rubens) na exposição que marcou os 40 anos do desaparecimento de seu pai, em 2011, no Memorial da Resistência de São Paulo. Na imagem ao fundo, Rubens Paiva e sua esposa, Maria Lucrécia. Disponível em: Revista Espaço Aberto/USP. Por Gabriela Stocco. *Uma vida dedicada aos direitos humanos*. Edição 142. Set. 2012. Disponível em: <http://www.usp.br/espacoaberto/?materia=uma-vida-dedicada-aos-direitos-humanos>. Acesso em 02 de jan. 2020.

<sup>69</sup> Entrevista de Ana Lúcia Paiva. *História em silêncio*. Concedida a Christiane Ferreira. In: Revista dia-a-dia. Disponível em: <http://revistadiaadia.com.br/Noticia/7397/historia-em-silencio>. Acesso em 09 jan. 2020

<sup>70</sup> Depoimento de Vera Sílvia Paiva. Concedido ao projeto *Marcas da Memória: História Oral da Anistia no Brasil* (Equipe do Rio de Janeiro – UFRJ). Rio de Janeiro, 17 de fevereiro de 2012. P. 149. Disponível em: <http://www.corteidh.or.cr/tablas/r33083.pdf>. Acesso em 24 set. de 2019.

ninguém perguntava nada. A gente sofreu, mas fingiu que não sofreu - Ana Lúcia Paiva<sup>71</sup>.

Para o livro *Infância Roubada*, da CEV-SP foi colhido o testemunho de Eliana Paiva. O que foi essa infância roubada de Eliana e seus irmãos? Como eles conseguiram conviver com esse trauma, e seguir a vida?

Eliana Paiva, a segunda dos cinco filhos do casal, à época em que ocorreram as prisões estava com 15 anos de idade e foi “submetida aos traumas psicológicos, terrivelmente brutais em sua idade”<sup>72</sup>. Encapuzada e fichada, teve sua fotografia exposta no livro de registro de prisioneiros. Segundo narrou Eliana, ao chegar ao DOI-CODI- RJ, já encapuzada, foi separada de sua mãe e colocada em um corredor ao qual denominou de corredor Polônês, explicando: “porque cada um que passava me dava um coque na cabeça ou me chamavam de comunista”. Durante as 24 horas, em que foi mantida presa no quartel da polícia do Exército, foi submetida a três interrogatórios: o primeiro se deu no meio da tarde, por um sujeito bastante grosseiro e agressivo. Sobre este momento, ela relatou: “Gostaria de afirmar que este meu primeiro interrogatório foi extremamente violento”. Após o interrogatório, ela retornou encapuzada ao corredor onde ouviu gritos de pessoas sendo torturadas,

Não entendi muito bem o que estava acontecendo, mas para uma criança de 15 anos de idade ouvir “pelo amor de Deus, parem com isso”, repetido em sequência, foi a coisa mais alucinante que eu já ouvi em toda minha vida. Aquilo já não era mais um filme na minha cabeça, os gritos eram reais. A primeira vez que contei isso, eu não parava de chorar, porque quando ouvi a tortura estava vedada, com um capuz fedorento, me cobrindo a cabeça toda, em um corredor estreito, no dia 20 de janeiro, verão no Rio de Janeiro, dentro do DOI-CODI, sem nada que me fizesse entender a realidade, foi a coisa mais enlouquecedora do mundo<sup>73</sup>.

O segundo e terceiro interrogatórios foram menos agressivos, pautados na conversa. Ela destacou: “foi um interrogatório acho que mais para saber se eu estava bem”. Sobre as 24 horas de prisão, Eliana Paiva prometeu a si mesma esquecer: “eu vou esquecer o que aconteceu, e um dia eu não lembrarei mais”. Optou por manter o silêncio por 40 anos,

<sup>71</sup> Entrevista de Ana Lúcia Paiva. História em silêncio. Concedida a Christiane Ferreira. In: *Revista dia-a-dia*. Disponível em: <http://revistadiaadia.com.br/Noticia/7397/historia-em-silencio>. Acesso em 09 jan. 2020.

<sup>72</sup> Carta de Maria Eunice Paiva ao Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana. 1971. *Acervo da Comissão Estadual da Verdade de São Paulo - Rubens Paiva*. 2015. Disponível em: <http://comissaodaverdade.al.sp.gov.br/arquivos/documentos/030-carta-de-eunice-paiva-a-cddph-rubens-paiva-1>. Acesso em: 10 set. 2019.

<sup>73</sup> Todas as citações da fala de Eliana Paiva neste parágrafo estão no depoimento de PAIVA, Maria Eliana Facciolla. O testemunho do que eu sei, li, vi, ouvi, senti e pensei. In: Comissão Estadual da Verdade de São Paulo - Rubens Paiva. *Infância roubada*. São Paulo, SP. [2015?]. Disponível em: <http://comissaodaverdade.al.sp.gov.br/livros/infancia-roubada/?p=252>. Acesso em: 21 mar. 2019.

“ninguém soube da minha prisão”. Só revelou detalhes desse dia, pouquíssimas vezes, alguns deles foi ao sair da prisão, quando relatou ao Bocayuva Cunha, ao Raul Ryff que a orientou a escrever uma carta contando da prisão e pedindo a soltura dos seus pais, em 1971; a alguns amigos próximos; e em depoimento à CEV – Rubens Paiva, em 2012<sup>74</sup>.

Para Eliana, esquecer tudo o que aconteceu seria a melhor forma de seguir em frente. Embora sabe-se que o campo da memória nasce das diversas ressignificações das lembranças, feitas por um indivíduo e/ou pelo grupo ao qual pertence, e que o esquecimento, muitas vezes apenas se transforma em esquecimento programado ou silenciamentos.

Porque eu tinha 15 anos de idade. Eu tinha a vida inteira pela frente, tinha que conviver com os meus colegas, tinha que conviver em uma sala de aula, tinha que olhar para os professores, eu tinha que ir à praia. Nas turmas e na turma da praia eu tinha que dançar um rock, eu tinha que ouvir música. E não interessava para os meus amigos, para os grupos com quem eu andava, que eu contasse a história do meu pai ou que eu tinha sido presa no DOI-CODI do Rio de Janeiro. Não interessava de jeito nenhum<sup>75</sup>.

Hoje, Maria Eliana Facciolla Paiva é Dr<sup>a</sup> da área de Comunicação e Professora universitária, atuando nas áreas de pesquisa, ensino e orientação; Teoria da comunicação; Teorias da Imagem; Design, Jornalismo e Editoração. Mas durante muitos anos teve que conviver com o trauma de sua prisão como se fosse um segredo, fingir que nada havia acontecido e que estava tudo bem. Até que um dia não aguentou e desabou. Explica Eliana Paiva que quando tinha entre 24 e 25 anos de idade teve um estresse muito grande, logo após o acidente do irmão Marcelo, que o deixou tetraplégico. Vejam o seu relato,

Acho que foi o único momento em que não aguentei e alguma coisa disparou dentro de mim. Foi quando fiquei delirando por uns dois dias, consciente, tanto que recusei os remédios que me davam. Mas passou como veio. Porém, por mais estranho que pareça o que veio nesses delírios foi a memória de judeus e holocaustos que eu não deveria ter, porque eu não sou judia. A explicação disso me parece meio óbvia: eu leio muito, histórias existem de todos os tipos, entre textos e imagens, sobre os campos de concentração nazistas. Foi esta a única referência objetiva que tinha quando tentei entender o que eu sei, li, vi, ouvi, senti e pensei no DOI-CODI. Eu pelo menos entendi que estava em um campo de concentração ali dentro. Sequestrada, maltratada e politicamente excluída<sup>76</sup>.

De modo que, Eliane tentou por anos esquecer o passado, fingir que nada daquilo de fato existiu, mas a verdade é que nunca conseguiu superar totalmente:

---

<sup>74</sup> Idem / Ibidem

<sup>75</sup> Ibidem

<sup>76</sup> Ibidem.



Eu acho que nunca superei totalmente. Tenho problemas profissionais, não consigo me organizar. Já fui professora da USP, mas não consegui manter o cargo. Tenho uma característica comum a todos os que foram presos na infância e adolescência: não enxergo os limites da vida. Parece que sou incapaz de respeitar as hierarquias. É confuso<sup>77</sup>.

Para Eliana, é importante encontrar o corpo do pai, essa é a sua principal reivindicação: “Quero ter a oportunidade de fazer o luto do meu pai”.

Acho importante saber onde foram parar os restos mortais de meu pai. Porque todos têm o direito de saber o que aconteceu. Já que a morte foi apurada. É preciso que as Comissões da Verdade insistam em saber onde estão os restos mortais. Quem foi que o matou não interessa tanto como saber onde estão seus restos mortais. Que assassinaram, que torturaram já se sabe. Os torturadores precisam ser identificados, sim. Mas é necessário que a história seja contada, porém vários fatos ainda faltam ser apurados<sup>78</sup>.

O mesmo desejo, de encontrar os restos mortais é compartilhado pela irmã Ana Lúcia, que aos 55 anos de idade, ainda sonha com o enterro digno para o pai. Ana Lúcia Facciolla Paiva, matemática e empresária, na época com 13 anos de idade, viu seu pai pela última vez, na manhã do dia 20 de janeiro de 1971, quando voltou a sua casa para buscar o biquíni e uma camisa para poder ir à praia. Ela havia dormido na casa de uma amiga na noite anterior. A última imagem que guarda do pai foi ele sentado na cama, amarrando os sapatos, abrindo a gaveta e dando-lhe a roupa, com ar preocupado. Desse período o que sabe é muito mais pelo que leu, já que o desaparecimento do pai também era segredo na família.

Ana Lúcia acompanhou de perto, apenas como ouvinte, ao lado da ministra da Secretaria de Direitos Humanos, Maria do Rosário, uma reunião dos dirigentes da Comissão Nacional da Verdade, e disse: “Fiquei muito impressionada, porque existe real vontade do governo em esclarecer este capítulo da nossa história. Para nós (família) não é um alívio nessa altura da vida”.<sup>79</sup>

A mais jovem da família, Maria Beatriz Facciolla Paiva, psicóloga e professora, aos 52 anos de idade, disse ainda ter “medo de saber a verdade”, sobre o que realmente aconteceu

<sup>77</sup> AMADO, Roberto. “Foi meu segredo”: Eliana Paiva, filha de Rubens Paiva, falou ao DCM sobre sua prisão aos 15 anos na ditadura. 29 de mar. 2019. Portal IG. Disponível em: <https://www.diariodocentrodomundo.com.br/foi-meu-segredo-eliana-paiva-filha-de-rubens-paiva-falou-ao-dcm-sobre-sua-prisao-aos-15-anos-na-ditadura/>. Acesso em: 09 jan. 2020.

<sup>78</sup> Ibidem.

<sup>79</sup> Entrevista de Ana Lúcia Paiva. História em silêncio. Concedida a Christiane Ferreira. *Revista dia-a-dia*. Disponível em: <http://revistadiaadia.com.br/Noticia/7397/historia-em-silencio>. Acesso em 09 jan. 2020.

com o seu pai. À época do desaparecimento de Rubens, Beatriz tinha apenas 10 anos de idade e não compreendia muito bem o que estava acontecendo e, como a mãe impôs o silêncio sobre o caso, acabou sendo poupada de muita coisa. Talvez por isso, ainda queira ser poupada do sofrimento<sup>80</sup>.



**Imagem 10** - Maria Beatriz Paiva Keller recebeu uma cópia do registro oficial da prisão do pai no DOI-Codi.

**Foto:** Mauro Vieira / Agência RBS. **Fonte:** Arquivo GauchaZH. 27.11.2012. Capturada em 08.12.2019.

Assim, em 27 de novembro de 2012, Beatriz recebeu das mãos do governador Tarso Genro uma cópia do registro oficial da prisão do pai, no Destacamento de Operações e Informações - Centro de Operações de Defesa Interna (DOI-Codi), no Rio de Janeiro, em 1971. Emocionada, chorou ao ler o documento. O documento fazia parte do arquivo pessoal do coronel da reserva Júlio Molinas Dias, 78 anos, assassinado a tiros, em Porto Alegre, em uma possível tentativa de assalto, na noite de 1º de novembro, quando ele chegava de carro em sua casa no bairro Chácara das Pedras.

Vera Sílvia Facciolla Paiva, a irmã mais velha, a primogênita do casal, tinha 16 anos e estava passando as férias escolares em Londres, na casa do amigo da família, Fernando Gasparian. Ficou sabendo da prisão de seu pai dias depois, ao ler a manchete do *The Times*. Após ler essa reportagem foi se encontrar com exilados que contaram os bastidores dos

<sup>80</sup> GAÚCHAZH. Filha de Rubens Paiva chora ao receber documento histórico em cerimônia em Porto Alegre. *GAÚCHAZH*. 27 nov. 2012. Disponível em: <https://gauchazh.clicrbs.com.br/geral/noticia/2012/11/filha-de-rubens-paiva-chora-ao-receber-documento-historico-em-cerimonia-em-porto-alegre-3964142.html>. Acesso em: 17 abr. 2020.

horrores da tortura que acontecia no Brasil, Vera permaneceu um tempo ainda na Europa, pois temiam que fosse presa no aeroporto na volta (PAIVA, 2015, p. 152). A última vez que falou com o seu pai foi em 25 de dezembro de 1970, pouco menos de um mês antes de seu desaparecimento. Ela relatou: “Ele me telefonou para desejar Feliz Natal, saber se estava bem, dizer que estava com saudade”<sup>81</sup>.

Voltei ao Brasil e, mesmo passado um tempo, a gente não falava do assunto, para não fazer a mamãe sofrer. Ela também não falava, porque não tinha o que dizer. A gente não podia pensar que ele havia morrido. Uma das coisas mais terríveis era que, se passava um pensamento como esse na sua cabeça, era como se você estivesse matando. Estivesse decidindo a morte. Era uma culpa muito grande. Uma experiência brutal. Como se fôssemos os assassinos. Vira um buraco, uma coisa indizível<sup>82</sup>.

Em 1973, Vera Sílvia Paiva mudou-se para São Paulo e ingressou no curso de Psicologia na USP, lá se envolveu com o movimento estudantil. Participou da fundação do Diretório Central dos Estudantes Livre da USP (DCE - Alexandre Vanuchi Leme<sup>83</sup>) e, como diretora da entidade, chegou a ser detida por 24 horas, esperando ser interrogada. Com a criação dos Comitês Brasileiros pela Anistia (CBAs), foi representante dos estudantes junto ao movimento nacional. A integração da primogênita no movimento estudantil fez com que a família aos poucos comesasse a se envolver em discussões políticas, agora através dos filhos (DAL PIVA, 2016). Vera sempre se manteve engajada na militância e nos movimentos sociais, na luta em favor dos direitos humanos e dos menos favorecidos,

Eu tenho uma longa luta em favor das pessoas afetadas pela AIDS, pelo racismo. Tenho me comprometido especialmente com a Comissão Nacional da Verdade

---

<sup>81</sup> RIBEIRO, Aline. Filhos de Rubens Paiva falam sobre o dia em que o pai não voltou. *Época*, 18 ago. 2015. Vida. Disponível em: <https://epoca.globo.com/vida/noticia/2015/08/filhos-de-rubens-paiva-falam-sobre-o-dia-em-que-o-pai-nao-voltou.html>. Acesso em: 24 nov. de 2019.

<sup>82</sup> Idem.

<sup>83</sup> Alexandre Vannucchi Leme era estudante de Geologia da Universidade de São Paulo (USP) e militante da Ação Libertadora Nacional (ALN), morreu aos 22 anos assassinado. O jovem estava tentando reorganizar o Diretório Central dos Estudantes (DCE) da USP, o que era ilegal na época, quando foi preso pelo DOI-Codi, em São Paulo, em 1973. No dia seguinte à prisão, após ter sido submetido a sessões de tortura, foi encontrado morto numa das celas desse órgão da repressão. O Estado brasileiro divulgou duas versões para a morte de Vannucchi: que ele teria sido atropelado por um caminhão, e que teria se jogado na frente do veículo, numa atitude suicida. Em seu atestado de óbito, consta que ele morreu em decorrência de “lesão traumática crânio-encefálica”, decorrente do suposto atropelamento. Sua morte teve grande repercussão. Cerca de 5 mil pessoas foram à missa celebrada em sua intenção na Catedral da Sé, no dia 30 de março de 1973. O sentimento de revolta contra o brutal assassinato do colega, somado à prisão de 44 alunos da USP, impulsionou o ressurgimento do movimento estudantil brasileiro e em março de 1976, o DCE-Livre da USP finalmente foi criado e batizado com o nome de Alexandre Vannucchi Leme. Ver mais em: Memórias da ditadura. Disponível em: <http://memoriasdadtadura.org.br/biografias-da-resistencia/alexandre-vannucchi-leme/>. Acesso 20 abr. 2020.

violação de direitos de homossexuais, das profissionais do sexo, travestis e outros grupos que são injustamente presos e maltratados nas delegacias de polícia do nosso país<sup>84</sup>.

Aderiu à luta política como processo de transformação do trauma. Essa foi a forma encontrada por Vera para contribuir para a sociedade, foi continuar pensando o Brasil e pesquisando. Diz ela:

Eu tinha um interesse forte, genuíno pela felicidade das pessoas. Eu me preocupava pelo sentimento humano em todas as dimensões. Na família em que eu fui criada, eu fui ensinada a ser sensível ao que os outros estão sentindo, à igualdade de oportunidade e de direitos de ser feliz<sup>85</sup>.

Sobre a CNV, Vera Paiva declarou que foi um passo importante na direção da justiça, mas para que se faça uma justiça completa outras etapas terão que ser cumpridas no futuro. No entanto, isso não dependerá somente da Comissão, mas do movimento social, da sociedade civil e do judiciário.

Marcelo Rubens Paiva, único filho homem do casal, após anos de rebeldia juvenil encontrou na escrita uma forma de exteriorizar o trauma. Com sua escrita expôs sua dor, revolta e insatisfação pelo que lhe havia acontecido. Encontra sempre um jeito de fazer a denúncia do desaparecimento do seu pai, tornou-se militante pela causa dos deficientes físicos. Fez parte do movimento estudantil por um tempo, mas foi na escrita que encontrou a forma de lutar, e ressignificar sua vida.

Mesmo quando a imprensa sensacionalista tenta associar a família Paiva ao fato de ser vítima da ditadura ou de apresentá-la como coitada, ela aprendeu a lição dada pela mãe, Eunice Paiva, de seguir sorrindo diante das câmeras. Para Marcelo, “a família Rubens Paiva não é a vítima da ditadura o país é que é” (PAIVA, 2015, p. 39).

Ao vivenciarem tal brutalidade, ao terem o pai arrancado do seio familiar, deixando-os órfãos, sem o referencial de afetividade, dignidade e cidadania, os filhos foram marcados pela dor. Tendo cada um que conviver com essa perda irreparável, o silêncio impetrado na família obrigou-os a individualidade de expurgar o trauma cada um a seu modo. Observando os relatos dos irmãos Paiva, vemos que o enfrentamento das experiências traumáticas, gerou

<sup>84</sup> PAIVA, Vera Silvia. Entrevista de Vera Paiva à Marijane Vieira Lisboa. Comissão Nacional da Verdade: passo importante no esclarecimento da verdade e da justiça. *Revista PUCSP. Ponto-e-vírgula*, n.15, pp. 51-57. 2014. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/pontoevirgula/issue/view/1366>. Acesso 23 jan. 2019.

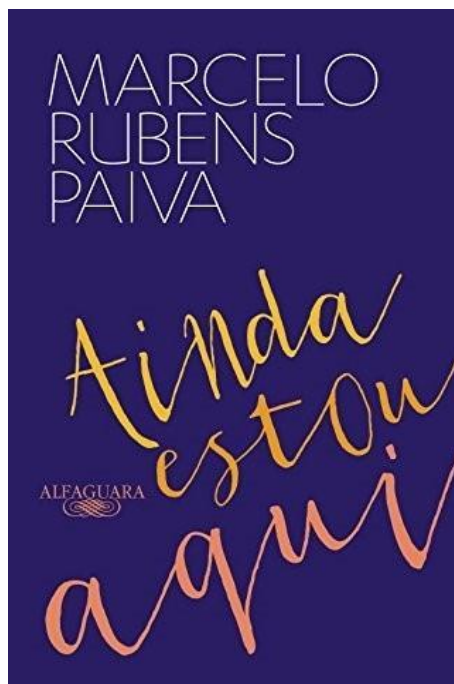
<sup>85</sup> PAIVA, Vera Silva. Entrevista de Vera Paiva à Gabriela Stocco. Uma vida dedicada aos direitos humanos. *Revista Espaço Aberto (USP)*. Edição 142. Set. 2012. Disponível em: <http://www.usp.br/espacoaberto/?materia=uma-vida-dedicada-aos-direitos-humanos>. Acesso 23 abr. 2020.

“uma memória apaziguada”, ao mesmo tempo em que gerou espaço para novos questionamentos que permitiram o enfrentamento do conflito. O oposto, o silenciar, buscar esquecer, converteu o ocorrido em uma memória impedida, incapaz de produzir lembranças, formada apenas por repetições. Nos diz Beatriz Sarlo (2007), “mais importante do que lembrar, é entender”. Frente a isso, a psicanálise defende que o esquecimento não é definitivo já que “em certas circunstâncias, porções inteiras de passado reputadas esquecidas e perdidas podem voltar”. À luz da psicologia Freudiana, a compulsão pela repetição “impede a conscientização do acontecimento traumático”, ou seja, nem sempre a reiteração sistemática da lembrança leva ao entendimento. E assim, os filhos do casal Paiva foram seguindo com suas experiências pessoais que se entrelaçam com a história da repressão do Brasil ditatorial.

### 3.2 O DEVER DA MEMÓRIA EM “AINDA ESTOU AQUI” (2015) E “FELIZ ANO VELHO” (1982).

#### 3.2.1 Ainda estou aqui (2015)

O romance autobiográfico – *Ainda estou aqui* (2015), de Marcelo Rubens Paiva, publicado em julho/agosto de 2015, no Rio de Janeiro, pela editora Objetiva, ganhou o terceiro lugar no Prêmio Jabuti, na categoria indicação do leitor, e foi indicado aos prêmios Oceanos e Governador do Estado, entrando na lista dos melhores livros de 2015, do jornal *O Globo*.



**Imagem 11-** Capa do livro *Ainda estou aqui* (2015).

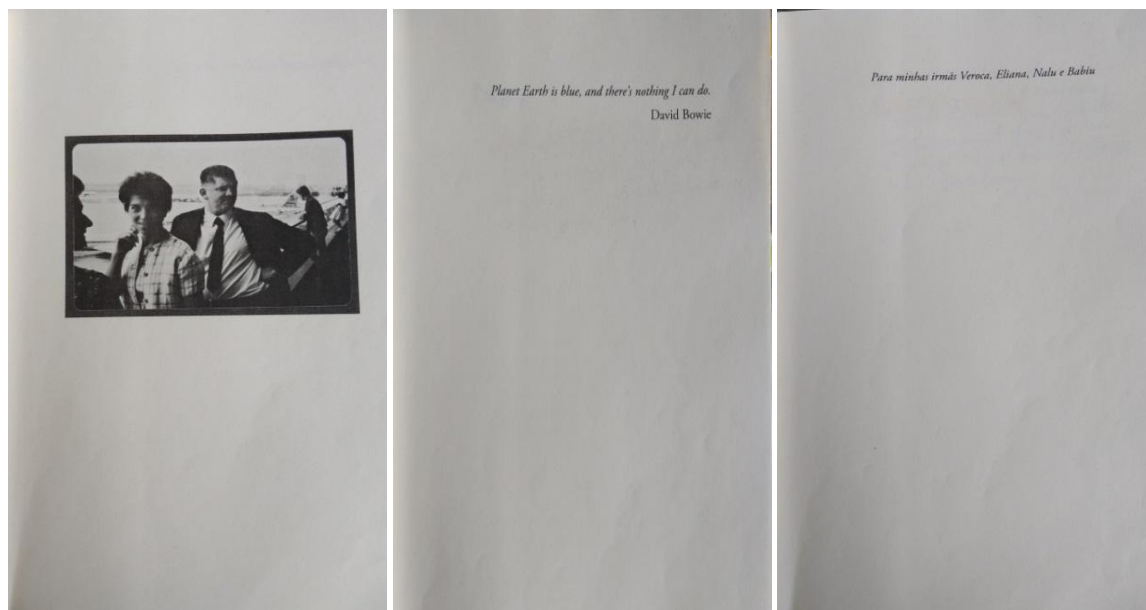
**Foto:** Autoria da pesquisadora.

A obra leva esse título, *Ainda estou aqui*, em referência a uma frase solta dita pela mãe do autor – Eunice Paiva, que sofria de Alzheimer. Diz Marcelo: “Recentemente, uma nova fala cheia de significado entrou no seu repertório, especialmente quando um turbilhão de emoções a ataca, [...] o que mostra uma felicidade e um alerta, caso alguém não tenha reparado: Eu ainda estou aqui. Ainda estou aqui” (PAIVA, 2015, p. 262).

O livro é o que podemos denominar de uma continuação da primeira autobiografia do autor, *Feliz ano velho* (1982). Apesar do intervalo de décadas que há entre elas, essa correlação “proposita” marca dois momentos de impacto na vida do autor, que soube utilizar destes momentos para marcar sua passagem pela história. *Ainda estou aqui* (2015), dispensa introdução e se inicia com três proscênios: uma fotografia do casal, Eunice e Rubens Paiva – pais do autor – no aeroporto de Brasília (1960); uma dedicatória às quatro irmãs: Veroca, Eliana, Nalu e Babi; e uma epígrafe de David Bowie: “*Planet Earth is blue, and there’s nothing I can do.*”<sup>86</sup>

---

<sup>86</sup> A epígrafe “Planet Earth is blue, and there’s nothing I can do” (O planeta Terra é azul, e não há nada que eu possa fazer), trecho da música *Space Oddity* do músico britânico David Bowie lançada em 1969. A música trata de uma viagem ao espaço feita pelo astronauta ficcional Major Tom. A canção narra o preparo inicial para a decolagem que contempla a checagem da comunicação com o controle de Solo, as instruções para o astronauta, e toda a tensão inicial, o envio para o espaço é bem-sucedido. Quando subitamente surgiu um problema com a operação. O controle de solo tenta sem sucesso comunicar-se com o astronauta, dando a impressão que a comunicação se perdeu definitivamente. In: PAIVA, Marcelo Rubens. *Ainda estou aqui*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2015. (Tradução minha)



**Imagem 12** - Páginas introdutórias do livro *Ainda estou aqui* (2015).

**Foto:** Autoria da pesquisadora.

Ao abrir o livro, logo nas primeiras páginas, e durante toda sua leitura nos deparamos com: o silêncio, a solidão, a ausência e a afetuosidade. Podemos incluir ainda, a solidariedade dos amigos, que foram os sentimentos demonstrados e que marcaram a família Paiva após o desaparecimento político do pai. Esses sentimentos também foram transmitidos aos leitores mais atentos e cheios de compaixão.

A primeira e única imagem do livro é a representação da ausência através da fotografia do casal, como uma demonstração do interesse em inscrever seu testemunho. Para o leitor conhecedor do Caso Rubens Paiva, Marcelo, nesse testemunho, buscou denunciar desde as primeiras páginas a ausência do corpo do pai. Ao trazer para o livro uma única fotografia de Eunice e Rubens Paiva, nas cores preto e branco, o autor quis representar o corpo vazado ou a ausência do corpo. Essas reflexões se fundamentaram na “relação de representação”, conforme definida por Roger Chartier (1982),

A representação é instrumento de um conhecimento mediato que faz ver um objeto ausente através da sua substituição por uma imagem capaz de o reconstituir em memória e o de figurar tal como ele é [...] A relação de representação, entendida, de modo, como relacionamento de uma imagem presente de um objeto ausente, valendo aquela por este, por lhe estar conforme (CHARTIER, 1982, p. 20-21).

A segunda dedicatória do livro expressa o sentimento de afeto que Marcelo mantém pelas irmãs. O afeto é o elo entre a família Paiva e, portanto, está presente em toda obra, desde as primeiras linhas da narrativa. Além do afeto, também há uma cumplicidade muito

forte e isso é sentido e explorado muito bem por Marcelo em ambas as autobiografias, em diversos momentos da vida dessa família esse sentimento foi compartilhado. Em *Feliz ano velho* (1982), a cumplicidade é a tônica sentimental mais explorada por Marcelo dada as circunstâncias do acidente.

Vera Sílvia, a mais velha das irmãs, mostra um carinho e um afeto pelo irmão ao declarar, em entrevista: “existe vários desaparecidos políticos no Brasil, mas o caso do Rubens Paiva tomou uma dimensão maior em função da memorialística do meu irmão”<sup>87</sup>. Ela sente um afeto muito grande por ele ter escrito sobre o pai e dado a esse caráter de denúncia uma dimensão maior, fazendo a história desse pai ser reconhecida e sobreviver ao tempo e à morte.

Logo, a melancolia contida nas primeiras páginas é rompida com uma indagação: “*Onde é aqui?*” Talvez, seja esse o questionamento mais profundo e pertinente para esses dias incertos, trouxe de volta o silêncio diante dos últimos acontecimentos políticos e sociais que tendem a estremecer as bases democráticas do país.

Essa obra de Marcelo é dividida em três partes, que não são intituladas, sendo somente os capítulos. A autobiografia se inicia com uma reflexão sobre a memória, amparada na teoria do filósofo e diplomata francês Henri Bergson, entrelaçada pela emoção da presença do seu primeiro filho Joaquim, que nasceu em 2014, e vive o processo de construção das primeiras memórias, como também, pela presença da mãe, Eunice Paiva, que foi acometida da doença de Alzheimer e passou a perder gradativamente a sua memória.

O livro não possui índice, prefácio, ou nota de rodapé. Na última página, encontramos a nota do autor. Os dados biográficos e síntese estão distribuídos na orelha e contracapa. Entre as páginas 265 e 293, constam os anexos: A denúncia em face de: José Antônio Nogueira Belham; Rubens Paim Sampaio; Raymundo Ronaldo Campos; Jurandyr Ochsendorf e Souza; Jacy Ochsendorf, feita ao Ministério Público Federal - Procuradoria da República no Estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, maio 2014. E, o recebimento da denúncia e decisão dada pelo Ministério Público Federal. Rio de Janeiro, 26 de maio de 2014.

Escrito em primeira pessoa do singular, com relativizações e parcialidade, a narrativa memorialística se delineia entre lembranças fragmentadas da infância, juventude e maturidade, sem ordem cronológica, pois segue a trajetória da memória. Descreve de maneira

---

<sup>87</sup> PAIVA, Vera Sílvia. Entrevista de Vera Paiva à Marijane Vieira Lisboa. Comissão Nacional da Verdade: passo importante no esclarecimento da verdade e da justiça. *Revista PUCSP. Ponto-e-vírgula*, n.15, pp. 51-57. 2014. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/pontoevirgula/issue/view/1366>. Acesso 23 jan. 2019.



clara e sumária, as características físicas e psicológicas de seus personagens, mesclando o emocional e o irônico. Além disso, intercala entre descrições e reflexões, ideias, ideologias e concepções sobre a vida e a sociedade, fazendo ainda o uso de metáforas, para buscar encontrar um sentido maior para os paradoxos da vida.

Desse modo, com uma linguagem literária próxima ao coloquial, de fácil acesso e entendimento e repleto de emoção, ironia e humor, o autor passa longe das formalidades, apesar de trabalhar com assuntos tão pesados, como tortura, doença de Alzheimer, e o trauma vivenciado na infância. Esse livro é um trabalho rico e cheio de autoridade ao incorporar um diálogo sincero e aberto dos acontecimentos do período da ditadura civil-militar. Ele traz também, as falas dos especialistas, como os discursos médicos, jurídicos, jornalísticos e filosóficos.

A pesquisa estabelece como eixo estrutural da obra, a pós-memória, ou seja, a memória de Marcelo articula-se com a memória dos seus pais. À medida que, o autor constrói o relato de si, procurando compreender a sua trajetória pessoal durante a ditadura civil militar intercalada aos fatos do ano de 2008, quando ele se encontrava no Foro Central Cível - SP, para ser curador de sua mãe, primeiro provisório e depois definitivamente, na forma da lei em que seria responsável jurídico e criminal por sua mãe: “Eu virava mãe da minha mãe”. A memorialística de Marcelo se articula, ainda, aos fatos do ano 2014, com o nascimento de seu filho primogênito Joaquim, “... me lembro e me lembrarei de cada segundo do seu parto [...] duvido que me esquecerei de algum detalhe desse dia milagroso” (PAIVA, 2015, p. 29 e 34).

Assim, Marcelo Paiva relembrou e reconstruiu os acontecimentos que marcaram sua vida na infância, na juventude e vida adulta. Isto ganhou outro sentido a partir do momento em que se tornou pai. A paternidade lhe concedeu um novo modo de ver a vida. Para ele: “quem tem um filho faz de tudo para dar suporte e acompanhar o crescimento daquele que mais ama” (PAIVA, 2015, p. 108). A partir desses dois momentos cruciais da vida adulta, Marcelo Paiva vai ainda, articular a memória individual e familiar com fatos da história do Brasil.

Em entrevista concedida ao Dr. Dráuzio Varella (2015), Marcelo falou que uma das motivações que o fizeram retomar a escrita autobiográfica, depois de 33 anos de sua primeira autobiografia *Feliz ano velho* (1982) foi a perda da memória de sua mãe e outro motivo foram as manifestações ocorridas no ano de 2013,

Dois anos atrás (2013) quando começaram essas manifestações incríveis e absurdas de uma minoria pedir a volta do regime militar, pedir intervenção militar como se a ditadura ou o regime militar fossem algo benéficos ao país, foi um outro motivo pelo qual também eu escrevi esse livro<sup>88</sup>.

Se apontarmos a memorialística de *Ainda estou aqui* (2015) como uma extensão do *Feliz ano velho* (1982), vale dizer que ela veio com os acréscimos indicados por Luiz Travassos (1981), quando a prefaciou-o dando a seguinte sugestão: “Eu acharia legal que, em alguma parte, viesse um relato personalizado da tua visão do Rubens Paiva e do sequestro”. *Ainda estou aqui* trouxe esse relato personalizado, pois “naquele momento não era possível 1982 ainda era uma ditadura militar, muita coisa relacionada ao passado do Brasil não estava revelada e muita coisa relacionada a morte do meu pai foram reveladas depois de 82 até o ano passado e se bobear até esse ano ainda surgem coisas”.<sup>89</sup>

Escreveu Marcelo,

Sei que repetirei lá na frente o que já narrei antes. Este livro sobre memória nasce assim. Histórias são recuperadas. Um puxam outras. As histórias vão e voltam com mais detalhes e referências. Faço uma releitura da vida de minha família. Reescreverei o que já escrevi (PAIVA, 2015, p. 35).

Deste modo, a (re) leitura que Marcelo Paiva faz da vida, 30 anos depois, parte de um olhar mais maduro, abrangente, pautado em documentos e provas que contestam a versão oficial. É a visão de um pai sobre outro pai e outra mãe, portanto, ao se colocar no lugar de seus pais, Marcelo Paiva passa a compreender um contexto muito mais amplo e oferece aos seus leitores, além de sua história pessoal, a história de sua mãe uma mulher forte e confiante. Absolutamente emblemática a história dessa mulher que fez tantas coisas, viveu tantos atos, mas que já não se lembrava de quase nada, devido ao *Alzheimer* - doença degenerativa que provoca demência e esquecimento, e que, pouco a pouco, tira a pessoa do convívio social, pois a mente já não dá conta de processar o mundo em que vive. À medida que vai construindo a figura dessa mulher forte, guerreira e lutadora, Eunice nos é apresentada na sua intimidade, como uma mulher dedicada, vaidosa, mas também uma mãe ausente, fria e que teve que endurecer para enfrentar a vida.

A minha mãe tinha uma vida incrível porque ela ficou viúva aos 41 anos, com 5 filhos, se formou em direito e virou uma militante, muito intensa na relação com a

---

<sup>88</sup> Dráuzio Varella entrevista com Marcelo Rubens Paiva. Set. 2015. *Youtube*. Dráuzio Varella. Categoria Ciência e Tecnologia. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=d62Q5liYNyI>. Acesso em: 15 de outubro de 2019. (Transcrição minha).

<sup>89</sup> Idem

Anistia, com a democratização, as Diretas Já, a Constituinte, ela passou por alguns momentos do direito começou com o direito de família, mas se especializou em direito indígena, ela era uma das pouquíssimas especialistas em demarcações de terras indígenas e passou a ser requisitada, então resolvi montar uma edificação de toda essa memória que é esse livro<sup>90</sup>.

Os desdobramentos do caso de seu pai, o engenheiro Rubens Beyrodt Paiva, são o nexos dessa história e pano de fundo de toda a narrativa memorialística. Em *Ainda estou aqui* (2015) é possível encontrar cenas da prisão, reflexões, denúncia da tortura, morte, desaparecimento e a convivência com a ausência do corpo de um ente querido.

Marcelo Paiva perdeu o pai ainda criança, quando tinha onze anos de idade, Rubens foi levado pelos militares, numa manhã, a prestar depoimentos e não mais retornou à casa. Sem saber seu paradeiro, nem quando ia voltar, a família o esperou por longos anos, até se dar conta de que ele já havia morrido. O conhecimento da prisão de sua mãe e de sua irmã Eliana, de quinze anos de idade, marcou o primeiro trauma na vida dele.

Aos 50 anos de idade, a necessidade de interditar sua mãe o marcou profundamente, pois percebeu ali que uma mulher de uma história incrível estava perdendo a memória, e com ela se perdia toda essa história da qual foi protagonista. Como se montasse um quebra-cabeça, Marcelo reconstituiu essa história nesse livro. Ele lembra: “Naquela tarde abafada de 30 de janeiro de 2008 no Foro Central Cível na praça João Mendes, s/nº, 4º andar, sala 426 do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo - eu virava mãe da minha mãe” (PAIVA, 2015, p. 29). Dessa forma, ela encerrou sua luta e o poder de decisão sem saber o fim da história. Deixando assim, uma lição de luta e bravura.

Nessa narrativa, segue-se o autor a embarcar com sua mãe em um mundo fragmentado de lembranças. A possibilidade surgiu a partir da degenerescência da memória acometida pela doença do Alzheimer, uma doença que provoca o esquecimento. Com base em relatos médicos, pode-se dizer que a pessoa que tem essa doença Alzheimer é como alguém que está perdido no tempo e no espaço, assim como o *Major Tom*, o astronauta de David Bowie, presente na letra da música *Space Oddity*: “Ground control to Major Tom. Your circuit's dead, there's something wrong. Can you hear me Major Tom? Can you hear me Major Tom?”<sup>91</sup>

<sup>90</sup> Dráuzio Varella entrevista com Marcelo Rubens Paiva. Set. 2015. *Youtube*. Dráuzio Varella. Categoria Ciência e Tecnologia. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=d62Q5liYNyI>. Acesso em: 15 de outubro de 2019. (Transcrição minha).

<sup>91</sup> “Ground control to Major Tom. Your circuit's dead, there's something wrong. Can you hear me Major Tom? Can you hear me Major Tom?” (“Controle de solo para o Major Tom. Seu circuito está morto, há algo errado. Você pode me ouvir, major Tom? Você pode me ouvir, major Tom?”). In: PAIVA, Marcelo Rubens. *Ainda estou aqui*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2015, p. 22. (Tradução minha)

E não só a mente, mas o corpo também começa a fraquejar, esquecendo os movimentos básicos necessários à sobrevivência. Esquecendo-se das coisas mais simples do dia-a-dia, sua mente, seu corpo não se conecta mais com o mundo em que se vive.

De modo que, houve em toda a narrativa memorialística, um diálogo estabelecido entre o autor e o leitor, um diálogo em que o autor tenta se justificar, como se buscasse corrigir falhas do discurso literário ou como tentasse se justificar de atitudes tomadas no passado. Isso pode ser observado em diversos fragmentos dentro da obra:

Percebeu que conjuguei no passado, apesar de ela ainda estar viva enquanto escrevo, morando num prédio vizinho ao meu, provavelmente sentadinha vendo TV com alguma de suas cuidadoras, que ela adora e com quem se diverte? É uma confusão recorrente de quem tem um parente com Alzheimer: falar dele no passado. Antes, eu sentia uma culpa sem fim por enterrar na conjugação verbal alguém que está vivíssimo e presente. Parecia um golpe do inconsciente, um lapso proposital, um desejo reprimido (PAIVA, 2015, p. 48).

Minha mãe me educou sozinha. Isso é bom? Ruim? Não sei... (PAIVA, 2015, p.60).

Em outra passagem, ele diz escrever mal porque foi “mal alfabetizado” devido ao ensino defasado da escola pública, quando estudou na praça da República, “virei um aluno desinteressado”. Por vezes era chamado de “semianalfabeto”. (PAIVA, 2015, p. 61,212).

Já nesse trecho, vemos sua posição de contestação ao sistema político e os anseios por um país democrático. Nota-se, por parte de Marcelo, reflexões e questionamentos enquanto escreve:

Se não fosse o golpe, será que eu me criaria em Brasília? O que seria de nós sem o golpe? O que seria do Brasil? Seria possível o Brasil resistir à tendência dos anos 60-70, quando países do continente se transformaram em ditaduras de direita, peças do jogo de dominó da Guerra Fria? (PAIVA, 2015, p, 90).

Em outro momento do livro, Marcelo Paiva, com mais seriedade e menos humor, começa a pensar nos últimos minutos de vida de seu pai e no que ele poderia ter pensado pouco antes de morrer:

O que eu fiz? Por quê? Onde você estava com a cabeça? Agora não dá para voltar atrás. Agora não dá para fazer nada. Agora não dá para evitar a dor. Agora não dá para salvar minha família. Agora não dá para fugir da morte. Eu vou morrer, sinto que vou, espero que me perdoem. O que fiz prova minha vulnerabilidade, falhas do meu caráter, que pôs tudo a perder e causa muito sofrimento. Não tenho palavras, Eunice, Verinha, Cuchimbas, Lambancinha, Cacareco, Babiú... Perdão.

Não verei mais vocês crescerem, não estarei mais ao lado de vocês, não consigo mais proteger vocês, não vou mais brincar com vocês, escutar suas risadas, correr atrás, nadar, não acompanharei vocês na escola, nossa casa maluca não sairá do papel, não saberei que faculdade farão, que diploma pegarão, não acompanharei vocês na vida profissional, não conhecerei seus filhos, meus netos, não verei meus netos crescerem, não estarei ao lado deles, não os protegerei, não vou brincar com eles, escutar as risadinhas, correr atrás, nadar, não acompanharei eles na escola, e como é triste saber que tudo isso acaba, que meu momento com vocês foi curto, que não pude aproveitar mais, e me arrependo, me arrependo de não ter passado tempo apenas com vocês, que pena que estou indo embora, que triste que não posso ficar, não me deixam ficar, é inevitável que eu vá, eu não queria, eu não queria, estou tão triste. Tenho que morrer agora (PAIVA, 2015, p.108).

Parece que essa sempre foi uma curiosidade particular do Marcelo, imaginar o que ocorria nos minutos finais que antecede a morte. Aqui, portanto, as obras se entrecruzam no desejo de compor a sua memória da morte, com base em representações de fatos reais. Feliz ano velho (1982) trouxe também algo parecido, quando se dá conta de que está morrendo afogado: “lembrei que sempre tivera curiosidade em saber como eram os cinco segundos antes da morte” (PAIVA, 1982, p, 09); e relata imaginando seu possível destino, com muito humor, diante da situação trágica:

‘Como é que vai ser? Vou engolir muita água? Será que vai vir uma caveira com uma foice na mão?’ [...] Será que vou pro céu? Acho que não, as últimas missas a que fui eram as de sétimo dia dos tios e avós. Depois, não sei se deus (sic) gosta de jovens que, vez em quando, dão uma bola, gostam de rock. [...] É, meu negócio vai ser com o diabo, vou ganhar chifrinhos, um rabinho em forma de flecha, e ficar peladinho, curtindo uma fogueira (PAIVA, 1982, p. 09, 10).

Há outro momento, em Feliz ano velho (1982), que marca esse fascínio pelos minutos finais, quando desejoso pela própria morte, em um estado de profunda tristeza, mentalmente começa a se despedir das pessoas (amigos, namoradas, família, etc.), a dar destino a seus pertences, questionar a vida, a existência: “De que vale a eternidade? Um orgasmo dura poucos segundos. A vida dura poucos segundos. A história se fará com ou sem a sua presença. A morte é apenas um grande sonho sem despertador para interromper. Não sentirá dor, medo, solidão” (PAIVA, 1982, p. 47).

Assim, ao mesmo tempo em que se tem acesso à intimidade de Marcelo e da família Paiva, se tem conhecimento de um período específico da história do Brasil, a ditadura civil-militar e seus desdobramentos posteriores. A narrativa memorialística dos Paiva trilha entre o público e o particular, indo da vida simples cotidiana, das brincadeiras da infância, das conversas, até aos mais complexos assuntos (Direitos Humanos, Causa Indígena) e

discussões políticas. Escrever essa obra significou uma maneira de manter viva essa memória, que também faz parte da história do Brasil. O trabalho foi feito a partir de um acervo documental e de obras historiográficas, para permitir uma contextualização do Regime de 1964.

### 3.2.2 Feliz ano velho (1982)

Essa noite, pouco antes da meia-noite, acordei com fogos e gritaria na rua. Era Ano-Novo. E mudança de década: 1980. Não haveria champanhe, serpentinas ou abraços. Eu estava só.

— Feliz Ano-Novo, Marcelo.

— Pra você também, Marcelo.

Admirava a alegria das pessoas na rua, uma alegria da qual não fazia parte. Estava triste e só.

Adeus Ano Velho, feliz Ano-Novo

Não tinha o mínimo sentido. As lágrimas rolaram, chorei sozinho, ninguém poderia imaginar o que eu estava passando. Nada fazia sentido. Todos sofriam comigo, me davam força, me ajudavam, mas era eu que estava ali deitado, e era eu que estava desejando minha própria morte. Mas nem disso eu era capaz, não havia meio de largar aquela situação. Tinha que sofrer, tinha que estar só, tão só, que até meu corpo me abandonará. Comigo só estavam um par de olhos, nariz, ouvido e boca.

Feliz Ano Velho, adeus Ano-Novo (PAIVA, 1982, p.46).

A angústia de um homem fez nascer à obra - *Feliz ano velho (1982)*, uma autobiografia de um jovem que teve sua vida completamente mudada depois de um mergulho em um lago de pouca profundidade, bateu a cabeça, quebrou a quinta vértebra cervical que comprimiu a medula, ficando tetraplégico.

Feliz ano velho é a primeira obra literária de Marcelo Rubens Paiva, lançada originalmente em 1982, tendo sido caracterizada como autobiografia, portanto escrita em primeira pessoa. Dedicou um ano de sua vida para falar desse acidente, da recuperação, dos desafios de não ter mais o controle sobre seu próprio corpo, como também falou das inevitáveis mudanças na sua forma de ver a vida, revelando sentimentos que o ligam à sua geração.

O estilo literário é simples, com uma linguagem fragmentada, informal, que comporta o uso frequente de termos vulgares, gírias, palavrões, figuras de linguagens. A obra revela a sinceridade do autor ao abordar alguns temas, toca com sutileza em alguns tabus da época e revela o ponto de vista de um indivíduo que sofre, de maneira muito intensa, as consequências das perseguições políticas sofridas durante o Regime Militar de 1964. Tema sensível ao

Marcelo, já que seu pai é um dos desaparecidos políticos, e ele próprio, estudante da UNICAMP, é testemunha da efervescência dos movimentos estudantis tão característicos ao período.

Mais do que memórias, Marcelo Paiva traça um retrato da geração do fim dos anos 1970 e início dos 1980. Utiliza-se do recurso *flashback* para contar como era sua vida antes do acidente, com uma narrativa não linear, que é constantemente entrecortada pelas lembranças do cotidiano. Essa foi uma forma encontrada por ele de passar o tempo, enquanto estava acamado e totalmente sem movimento na UTI (Unidade de Terapia Intensiva). À medida que trabalha nesses flashbacks, com carisma e sinceridade, Marcelo conta de sua intimidade, da infância passada entre o RJ e SP, da juventude, dos relacionamentos, amigos e da família. Se por um lado, se considera um jovem inquieto, apaixonado pela vida, amante da música, de *rock roll*, maconha, sexo e do curso de engenharia agrícola da UNICAMP. Por outro, se vê como uma pessoa profundamente machista, preconceituosa e atuante no meio estudantil. Desse modo, estabelece uma cumplicidade com o leitor, permitindo que ele conheça de sua intimidade.



**Imagem 13-** Capa do livro *Feliz ano velho* (1982 / 1ª Edição).

**Foto:** autoria da pesquisadora.

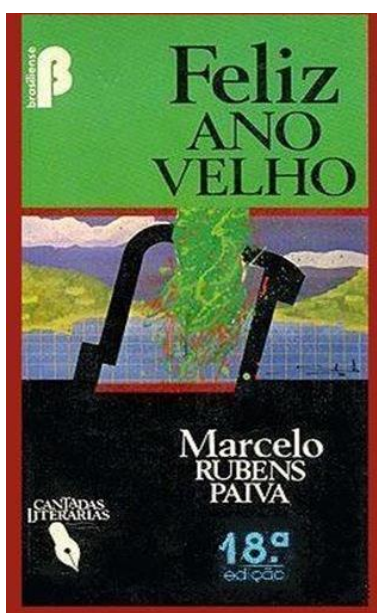
*Feliz ano velho* (1982) foi o livro mais vendido no país na década de 1980. Tornou-se *best seller*, traduzido para muitos idiomas, sendo publicado na Itália, Argentina, Espanha, Alemanha e Estados Unidos. Também foi adaptado para o teatro (1983), dirigido por Paulo

Betti, e para o cinema (1987), dirigido por Roberto Gervitz. Ganhou os prêmios *Jabuti*, em 1983 e *Moinho Santista*, em 1985. O seu sucesso de vendas no Brasil decorre, principalmente, de seu vocabulário popular e mais abrangente, tocado pelo bom humor, sem as recriminações da época, na verdade, é um texto marcado pela desenvoltura do autor, agradou leitores de várias idades e que passou a compor o quadro da literatura brasileira. E, mesmo que seja o testemunho de uma experiência excepcional e dolorosa, escapa para longe do melodramático.

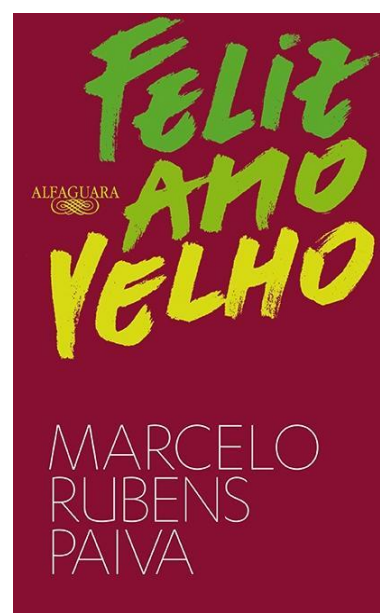
Essas são algumas das capas do livro *Feliz ano velho*, que já possui inúmeras edições:



Ano 1982. 1ª edição.  
Capa: Warra Kloureiro.  
Fotografia: autoria da pesquisadora.



Ano 1983. 18ª edição.  
Capa: Gilberto Salvador.  
Fotografia: autoria da pesquisadora.



Ano 2015.  
Capa: Alceu Chiesorin Nunes.  
Fotografia: Companhia das letras, 2015.

**Imagem 14** - Capa de algumas edições do livro *Feliz ano velho*.

Da esquerda para a direita, a primeira edição publicada pela editora Brasiliense em 1982, a partir daí obteve inúmeras edições, a mais recente é a edição de 2015, publicada pela editora Objetiva.

A primeira edição da obra *Feliz ano velho* (1982) foi prefaciada pelo ativista estudantil e amigo de Marcelo, Luís Travassos<sup>92</sup> em 1981. Ele teceu elogios ao livro, à escrita

<sup>92</sup> Ativista e líder estudantil brasileiro durante a ditadura militar. Entrou em contato com atividades políticas em organizações católicas progressistas. Aos 20 anos, ingressou na Faculdade de Direito da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP). À frente da União Nacional dos Estudantes (UNE), em 1967, defendeu a mobilização permanente na luta contra a ditadura. Foi um dos organizadores da Passeata dos 100 Mil, em junho de 1968, que reuniu intelectuais, operários, profissionais liberais e religiosos, no centro do Rio



adotada, sugeriu que Marcelo comentasse sobre a morte do pai e falou da forma como ele coloca e defende suas ideias, “tem uma firmeza no teu texto que espero que você mantenha: é um texto limpo de teorias e com um puta sentimento que expressa e defende tuas ideias”, além disso, levantou algumas questões que achou relevante a serem acrescentadas ao livro. Meses depois, o Luís Travassos morreu na quarta-feira de cinzas de 1982, sem ler o final do livro. Então Marcelo, no mesmo prefácio, em um relato emocionante, respondeu ao Travassos sobre suas inquietações e ao mesmo tempo, a quem dedica o livro: “Você morreu, Zé, e eu adorava você. Este livro é dedicado a você, e, quando eu for pro céu, vou levar o que você não leu, e umas folhas em branco pra sua história. Até mais, garotão” (PAIVA, 1982, p. 7-8).

As alterações, na obra, com o relato personalizado, sugerido por Luís Travassos, só foram acrescentadas 30 anos depois, quando Marcelo escreveu *Ainda estou aqui* (2015). Ele mesmo declarou em entrevista a Drauzio Varella (2015):

Em 1982, quando escrevi *Feliz ano velho*, eu não contava a história do desaparecimento do meu pai o que pra mim era uma história que já tinha passado a minha família tinha que ter superado, a gente achava que tinha que tocar a vida, minha mãe sempre colocou isso na cabeça da gente pra não viver sobre o luto de uma tragédia política, minha mãe nunca fez o papel de vítima da ditadura, a gente nunca fez papel de órfão da ditadura e resolvi fazer um livro falando da minha geração, do meu acidente, da reabilitação, das questões relacionadas a uma pessoa com 20 anos de idade só que era 1982, ainda era uma ditadura militar muitas das coisas relacionadas ao passado do Brasil não estava revelada e muitas das coisas relacionadas sobre a morte do meu pai foram reveladas também depois de 82 até o ano passado e se bobear até esse ano ainda surgem coisas<sup>93</sup>.

Nas duas obras memorialísticas, o que vemos é o relato do filho sobre o pai e em uma delas, décadas depois, o relato sobre a mãe. *Feliz ano velho* (1982), apesar de ter sido escrito há quase quarenta anos atrás, permanece atual e com uma linguagem que ainda agrada muitos leitores, e ganhou uma nova edição em 2015. Não podemos deixar de perceber que existiu

---

de Janeiro. Em outubro do mesmo ano, foi preso durante o 30º Congresso de Ibiúna. Em setembro de 1969, foi um dos 15 presos políticos libertados em troca do resgate do embaixador norte-americano Charles Elbrick. Enviado ao México, seguiu depois para Cuba, Bélgica e Alemanha. Após dez anos de exílio, voltou ao Brasil com a promulgação da Lei de Anistia e ingressou no Partido dos Trabalhadores (PT). Morreu em 24 de fevereiro de 1982, no Rio de Janeiro, aos 37 anos, vítima de um acidente de carro. Mais informações em: *Memórias da ditadura*. Disponível em: <http://memoriasdadicadura.org.br/biografias-da-resistencia/luis-travassos/>. Acesso 24 de dez. 2019.

<sup>93</sup> Drauzio Varella entrevista com Marcelo Rubens Paiva. Set. 2015. *Youtube*. Drauzio Varella. Categoria Ciência e Tecnologia. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=d62Q5liYNyI>. Acesso em: 15 de outubro de 2019. (Transcrição minha).

uma clara conexão mercadológica entre o lançamento de *Ainda estou aqui*, em agosto de 2015, e o relançamento de *Feliz ano velho*, também em agosto de 2015.

Marcelo Rubens Paiva, ao apresentar o livro *Ainda estou aqui* (2015), nos diz:

*Feliz ano velho* (1982) foi nitidamente uma forma que eu encontrei pra me reapresentar a sociedade, falar: olha eu sou deficiente! Mas eu sou um cara legal, gosto de rock rol, eu vou nas baladas, eu quero namorar, trabalhar ser feliz, eu quero terminar minha faculdade ter a minha profissão. Foi nitidamente um grito de alerta a sociedade: olha só! nós deficientes estamos aí e queremos fazer parte desse mundo!

O livro *Ainda estou aqui* (2015) é um pouco um grito de: Calma lá gente! estão pedindo a volta da ditadura, eu vou contar pra vocês o que foi a ditadura, vocês não tem noção! [...] Então, é uma forma de falar do absurdo do tempo que nós vivemos no Brasil nos anos 70, e que não se deve voltar aquele tempo jamais, que a ditadura não serve para nada só é um grande atraso. [...] É uma homenagem a minha mãe. Uma homenagem tardia a minha mãe. Um pouco pra pôr pra fora tudo isso!<sup>94</sup>

Entre os vários motivos que tem para escrever uma autobiografia, aqui elencamos dois possíveis. O primeiro motivo seria para evitar o esquecimento de momentos felizes que passou ao lado do pai. O segundo fator de motivação teria sido o trauma, vivido por Marcelo nas principais fases de sua vida e isso é bastante explorado por ele. Em *Feliz ano velho* (1982), ele usa o acidente. Em *Ainda estou aqui* (2015), a interdição de sua mãe e a perda da memória, ambos advindos de um trauma mais profundo. Esse trauma foi gerado pela morte, seguida do desaparecimento do corpo do pai, e que repercutiu em seus escritos, sendo apontado como o ápice de todos os traumas pessoais e familiares posteriores. O acidente que o deixou tetraplégico foi resultado de uma rebeldia juvenil, causada pela ausência da figura paterna, dos referenciais éticos e morais tão necessários à fase de inserção na vida adulta; da negligência materna que também foi um adicional a essa rebeldia: Nas palavras dele: “Indiretamente, ela foi aliada da minha rebeldia juvenil” (PAIVA, 2015, p.74). Isso pode ser observado, principalmente, no fragmento do texto em que expõe: “Quando eu queria colo de mãe, apelava para as minhas avós, tias, e mães de amigos, a quem me apegava. Me apeguei até a professoras. [...] na adolescência, pedi mais conselhos à filósofa e coordenadora do meu colegial que me recebia na sua sala, Malu Montoro, do que à minha mãe” (PAIVA, 2015, p. 44-45).

Os dois livros são bem correlacionados, apesar do intervalo de décadas, neles observamos o amadurecimento do autor. Na primeira autobiografia, *Feliz ano velho* (1982),

---

<sup>94</sup> Marcelo Rubens Paiva apresenta o livro *Ainda estou aqui*. 24 ago. 2015. *Youtube*. Categoria Entretenimento. Editora Objetiva. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=lvM8viBxkrw>. Acesso em: 15 out. 2019.

observamos a entrada de um jovem em um mundo totalmente desconhecido; na segunda, *Ainda estou aqui* (2015), um homem na faixa dos seus cinquenta anos, deficiente, pai, casado, e que passou a cuidar da mãe que tinha Alzheimer.

### 3.3 PARA NÃO ESQUECER: DENÚNCIAS DO CASO RUBENS PAIVA NA IMPRENSA ESCRITA E FALADA

Sempre é a imprensa que conta a história.<sup>95</sup>

As primeiras descrições detalhadas sobre a ditadura brasileira estudada aqui, vieram de uma produção memorialística abundante e variada. Mas não podemos deixar passar a importante contribuição da imprensa que em alguns momentos produziu matérias reveladoras.

A investigação dos fatos e a busca por responsáveis pelo desaparecimento do deputado federal Rubens Paiva, ganharam novos e decisivos contornos a partir de 2011, com a criação da Comissão Nacional da Verdade (CNV). Esse caso acabou se tornando, ao final, um dos principais trabalhos do grupo ao longo dos dois anos e meio em que a CNV atuou. Nesse período, mais uma vez a imprensa teve papel fundamental, tanto nas investigações como na cobertura do caso.

A morte de Rubens Paiva foi um dos casos de desaparecimento político que talvez tenha ganhado mais destaque na mídia. Alguns elementos que contribuíram para essa repercussão e o distinguiram do conjunto de episódios envolvendo outras vítimas, foram: o fato de Rubens Paiva ser uma figura pública e política. Além disso, considera-se um caso emblemático, que ainda hoje corre em processo de justiça em função da ausência do corpo, como também, chama a atenção à postura de não rendição assumida pela família, já que, para os familiares, a imprensa buscou manipular e passar a imagem de “A família vítima da ditadura” (PAIVA, 2015, p. 39).

A imprensa como importante meio de informação foi violentamente utilizada pelos governos do Regime de 1964, para colaborar com a tática do desaparecimento político.

---

<sup>95</sup> Declaração de Marcelo Rubens Paiva à *ZERO HORA*. Caderno especial: Deputado Rubens Paiva ficou preso no DOI-Codi. 22 nov. 2012, p.01. Issuu, 27 mar. 2019. Disponível no endereço eletrônico: [https://issuu.com/gauchazh/docs/zh\\_-\\_p\\_ginas\\_-\\_completo](https://issuu.com/gauchazh/docs/zh_-_p_ginas_-_completo). Acesso em 03 nov. 2019.

Através de suas manchetes, confundindo a população com falsas notícias, que correspondiam à versão forjada dos fatos por militares. Sob forte censura, ela era impedida de divulgar as informações e de fazer questionamentos, tornando-se, portanto, condescendente. A intenção dos governos militares, ao controlar as informações, era ampliar o poder, difundir dados parciais ou falsos e ocultar realidades, com o intuito de disseminar práticas autoritárias e aumentar a manipulação social. Nesse período em que transcorreu o crime contra Rubens Paiva, vivíamos o auge da repressão política e, por conseguinte, da censura à imprensa, tendo alguns veículos cumprido as ordens oriundas dos órgãos de segurança. No caso Paiva, o objetivo era divulgar informações falsas, enquanto Rubens já tinha sido assassinado sob torturas na prisão, a versão conta de que o veículo da polícia foi interceptado por militantes armados e que ele acabou fugindo, por isso não se sabe o seu paradeiro. Se os agentes de segurança não fizessem isso, eles estariam sujeitos a sofrer algum tipo de represália de autoridades superiores ou da própria sociedade.

Desse modo, após o dia 21 de janeiro de 1971, data do assassinato de Rubens Paiva, a notícia que saiu nos jornais foi a versão dada por militares. A cobertura da imprensa depois abordou o julgamento do *habeas corpus*, mas isso feito em pequenas notas. Os jornais não tinham condições seguras de promover investigações independentes sobre o caso, devido à censura imposta pela Lei 5.250, de 09 de fevereiro de 1967, conhecida como Lei de Imprensa.



**Imagem 15** - Matéria jornalística intitulada “Terror levou Rubens Paiva, diz o Exército”, 19/06/1971.

**Fonte:** CEVSP - Rubens Paiva.

Assim, ao pesquisar e analisar as fontes coletadas para a construção dessa pesquisa podemos observar, no decorrer dos anos, o protagonismo da imprensa no caso Rubens Paiva, tendo sido, em alguns momentos, peça fundamental para o andamento do caso na justiça. É bem verdade que no primeiro momento agiu em colaboração com o regime, mas tempos de abertura política mudou de posicionamento. Os jornalistas foram avisados de uma ocorrência policial por comissários da 19ª Delegacia de Polícia, do Rio de Janeiro. A notícia foi transmitida pelos telejornais no mesmo dia, sem citar o nome completo do “preso resgatado”. No dia seguinte, 23 de janeiro, ao menos cinco jornais impressos deram a notícia: *O Globo*, *Jornal do Brasil*, *O Jornal*, *O Dia* e *Tribuna da Imprensa* (PAIVA, 2015, p.145). Essa notícia teve repercussão nacional e internacional. A revista *Manchete* a “mais bonita e glamorosa de todas as revistas” do país, noticiou o desaparecimento de Rubens Paiva, estampando uma foto da família (PAIVA, 2015, p. 151). Essa fotografia tornou-se histórica e foi reproduzida

pela revista *Época*<sup>96</sup> em 2015, por conta do lançamento da obra de memória – Ainda estou aqui.



**Imagem 16** - Primeira foto da família após o desaparecimento de Rubens Paiva, em 1971.

**Foto:** Eduardo Simões, 1971. / **Fonte:** Revista *Época*, 18 ago. 2015.

Segundo Marcelo Rubens Paiva: “É uma foto que reflete o absurdo do seu tempo. Uma mulher, com cinco filhos adolescentes, perguntando pelo marido, que as autoridades afirmavam ter fugido numa diligência. Um fotógrafo procurando a essência da pauta. A porta que viu saírem militares de metralhadoras com um casal e a filha. Viu a dor e a morte passar” (PAIVA, 2015, p. 153). Revelam também, os equívocos cometidos pelo general Ernesto Geisel, quando, em 1967, ao averiguar denúncias de torturas e maus-tratos a presos políticos, declarou que não havia tortura no Brasil.

Os registros das versões oficiais foram usados, durante muitos anos, para dar sustentação à narrativa dos militares sobre o caso Rubens Paiva. Eunice Paiva usou também essa versão, no sentido contrário, para denunciar a morte do marido ao Conselho dos Direitos da Pessoa Humana (CDDPH) e solicitar a abertura de uma investigação. Após esse primeiro

<sup>96</sup> RIBEIRO, Aline. Filhos de Rubens Paiva falam sobre o dia em que o pai não voltou. *Época*, 18 ago. 2015. Vida. Disponível em: <https://epoca.globo.com/vida/noticia/2015/08/filhos-de-rubens-paiva-falam-sobre-o-dia-em-que-o-pai-nao-voltou.html>. Acesso em: 24 de nov. 2019.

momento de investigação e denúncia à censura apertou, ainda vigorava o AI-5 que somente foi extinto em 1979, então houve um longo período de silêncio sobre o caso. Marcelo Rubens Paiva conta que: “durante anos, no Brasil, o nome da minha família foi riscado do mapa. Durante anos, no Brasil, a minha família foi evitada”. (PAIVA, 2015, p.152).

Se o nome da família Paiva foi esquecido por um tempo, com o processo de abertura política e a instauração de uma justiça de transição no país, a família voltou a ser a pauta. Assim, o caso Rubens Paiva ganhou novamente visibilidade, estampou as manchetes dos principais jornais, revistas e telejornais do país, e ficou conhecido como o caso de tortura e assassinato mais emblemático do período.

O período de transição para uma democracia a partir de 1985, levou alguns governos à revogarem parte das medidas autoritárias, embora ainda permaneça resquícios do sistema repressivo, a imprensa passou a atuar em liberdade.

No entanto, o primeiro trabalho jornalístico investigativo e de contestação da versão oficial deu-se, ainda, em tempos ditatoriais. Foi um extenso trabalho desenvolvido pela dupla de jornalistas Fritz Utzeri e Heraldo Dias, do *Jornal do Brasil*, no ano de 1978, intitulado “Quem matou Rubens Paiva?”, que representou um momento ímpar para a cobertura jornalística brasileira sobre os crimes cometidos durante o regime militar. Essa dupla de jornalistas, mesmo correndo riscos, buscou contestar a versão oficial e falaciosa dada pelos militares. A conclusão desse trabalho investigativo resultou em um Caderno Especial, que foi às bancas no dia 22 de outubro de 1978, levando ao conhecimento da população as circunstâncias da prisão de Rubens Paiva e em especial, da relação de sua detenção com as cartas recebidas de exilados no Chile. (DAL PIVA, 2016, p.70-77). Com isso, não se pode generalizar dizendo que a imprensa ignorou por completo as violações dos direitos humanos ao longo da ditadura.

Sobretudo a imprensa “alternativa”<sup>97</sup>, foi um instrumento da resistência e luta contra a ditadura, mais que um meio de comunicação ela ocupou um lugar nos embates políticos e sociais. Segundo Célia Cardoso<sup>98</sup>,

---

<sup>97</sup> O termo Alternativo (a) significa “... algo que não está ligado a políticas dominantes; o de uma opção entre duas coisas reciprocamente excludentes; o de única saída para uma situação difícil e, finalmente, o desejo das gerações dos anos 60 e 70, de protagonizar as transformações sociais que pregavam” (Kucinski, 1991, XIII). *Apud* CARDOSO, Célia Costa. *Movimento: um jornal alternativo (1975-1981)* – São Cristóvão/ SE: Editora UFS, 2017, p. 16.

<sup>98</sup> A historiadora Célia Costa Cardoso no livro - *Movimento: um jornal alternativo (1975-1981)* -, fez uma análise da imprensa alternativa, a partir da história do jornal Movimento, e dos 334 exemplares por ela analisados, onde discutiu o papel da imprensa alternativa na sociedade, e a importância dessa imprensa nos embates políticos e sociais, a partir do relato de algumas manifestações oposicionistas. CARDOSO, Célia Costa. *Movimento: um jornal alternativo (1975-1981)* – São Cristóvão/ SE: Editora UFS, 2017.

Com a instauração do regime de 1964 e o colapso do trabalhismo, enquanto projeto político, ocorre no Brasil uma proliferação de jornais alternativos, decorrente do cerceamento das liberdades políticas. Os alternativos não funcionam apenas como mais um veículo de informação à disposição dos leitores. Possuem, naquele contexto, uma função política imprescindível, por expressarem as tensões e os inconformismos de determinados grupos. Estudantes, intelectuais, profissionais liberais, lideranças sindicais e populares encontram nos semanários, um espaço favorável às discussões acaloradas e à divulgação de opiniões diversificadas, contrárias à atuação dos governantes autoritários (CARDOSO, a. 2017, p. 12).

Além da luta em defesa da democracia, esses alternativos tratavam de temas como torturas e assassinatos de presos políticos, dívida externa, guerrilha e censura gerando incômodo ao “poder discricionário”, sendo alvo de ataque “mesmo numa conjuntura favorável à abertura e à liberdade de expressão” (CARDOSO, a. 2017, p.13). Mas, as reportagens produzidas, em sua maioria, por esses semanários, submetidos aos empecilhos da censura, geralmente não tinham o chamado “fôlego jornalístico”, ou seja, não eram investigações minuciosas e atualizadas para ganhar posteriormente diversas páginas do jornal, mas em uma sociedade que limitava o exercício da cidadania sua circulação era de suma importância por contribuir para diversificar as opiniões ao deixar suas ideias políticas explícitas em defesa dos direitos de setores populares, ameaçados por governantes autoritários e por representar um empecilho à continuidade do autoritarismo (CARDOSO, a. 2017, p. 38).

Outro momento de maior divulgação dos crimes cometidos pelo Estado brasileiro ocorreu a partir de maio de 2012, quando foi instalada a CNV criada pela Lei nº 12.528 de 18 de novembro de 2011. Depois de alguns anos em que os temas relacionados ao regime militar não tinham tanto destaque nos jornais, rádios e TVs, esse tema voltou à pauta e diversas matérias surgiram, relembrando esse período e trazendo algumas histórias de vítimas da ditadura.

O caso Rubens Paiva foi o primeiro a fazer parte de uma série especial, feita pela jornalista Miriam Leitão e pelo jornalista Cláudio Renato, exibida na Globonews, em 1º de março de 2012. O especial tinha como tema: *Uma história Inacabada: o caso Rubens Paiva*. O programa dedicado ao episódio do desaparecimento político fez um importante registro audiovisual dos detalhes que envolviam o crime contra Rubens Paiva<sup>99</sup>.

---

<sup>99</sup> Essa série especial, *Uma história Inacabada: o caso Rubens Paiva*. Por Miriam Leitão; Claudio Renato. Globonews. 01 mar. 2012. Enviado por Hélder Leão, 02 abr. 2012. 50min10s. Encontra-se disponível no Youtube, basta acessar o endereço eletrônico: <https://www.youtube.com/watch?v=knXIVgklVCM>. Acesso em 12 nov. 2019.



A mídia escrita e falada se manteve atualizada, seguindo e divulgando o trabalho da CNV, principalmente quando envolvia o caso Rubens Paiva. Podemos dar um destaque especial para o portal de notícias *Gaúcha ZH*, que elaborou em 22 de novembro de 2012, um caderno especial, intitulado: *Deputado Rubens Paiva ficou preso no DOI-Codi*, constando de 20 páginas<sup>100</sup>, com reportagens sobre o caso. Esse caderno contesta a versão oficial do governo ditatorial traz comentários e matérias divulgadas no período compreendido entre o momento em que se deu a prisão e os dias atuais, apoiando-se em entrevistas e depoimentos de familiares. Contudo, sem esquecer ou deixar de considerar, nas situações mais recentes, a relevante influência das novas tecnologias e das mídias eletrônicas, como veículos para todas as formas de memória, sejam elas retratadas em filmes, documentários, sites, redes sociais, entre outros.<sup>101</sup>

---

<sup>100</sup> Ver: Caderno especial: Deputado Rubens Paiva ficou preso no DOI-Codi. *Zero Hora*. 22 nov. 2012. Ano 49 – nº 17.213, 2ª Ed. Disponível em: [https://issuu.com/gauchazh/docs/zh\\_-\\_p\\_ginas\\_-\\_completo](https://issuu.com/gauchazh/docs/zh_-_p_ginas_-_completo). Acesso em 03 nov. 2019.

<sup>101</sup> Sobre o processo investigativo da CNV, é possível ter acesso a sua página do *YouTube*, onde estão disponibilizados as entrevistas e vídeos voltados para a temática. Disponível em: <https://youtu.be/c4bXUanPwYc>. Acesso em 06 de dez. 2019.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Chegamos ao final deste trabalho com a certeza de que muito ainda precisa ser feito, falado, e debatido sobre a ditadura civil-militar, principalmente, dos casos de desaparecimentos políticos no Brasil, pois enquanto houver a figura do desaparecido e famílias em “luto eterno”, não existirá justiça de transição.

Para Marcelo Paiva, a sua contribuição na luta contra a ditadura foi pequena, e quem lutou, incansavelmente, para que isso ocorresse foram a sua mãe e irmãs. Na verdade, ele disse que não contribuiu, efetivamente, com quase nada para a queda da ditadura. Já a mãe e irmãs, sim. Escreveu para expor o seu desencanto. “Que poderia ser contra a ditadura, contra o capitalismo, contra existência. Descontei. Desabafei” (PAIVA, 2015, p.196). Hoje, mais do que nunca, suas obras revelam-se necessárias, para o entendimento do cenário de retrocesso político que se desenha com o atual governo, tendo-se observado a expressão pública de um maior número de cidadãos que apoiam torturadores e regimes autoritários. Tudo isso serve para repensar e alertar a sociedade dos riscos que corremos, para a história e a memória desse país. Daí a relevância da memorialística de Paiva, que deixa para o leitor o legado da esperança: “Mataram o Rubens Paiva, mas nunca vão matar aquela esperança que a gente tem de um mundo melhor” (PAIVA, 1982, p. 66). Desse modo, *Ainda estou aqui* (2015) traz esse alerta para a juventude que nunca conviveu com a ausência da liberdade. Sem dúvida, a história de Eunice elevou e trouxe a sensibilidade e a humanidade de volta a um cenário cruel, de violação aos Direitos Humanos.

Destarte, o trabalho rememorativo de Marcelo Rubens Paiva, ao trazer a figura de sua mãe e dar visibilidade a sua trajetória histórica, também contribui para o avanço da historiografia, pois coloca em evidência a história de uma mulher dona do lar que, após um trauma, foi levada a ser provedora desse mesmo lar, ação que mostra a mulher enquanto sujeito histórico e incentiva a ampliação dos estudos de gênero.

*Feliz ano velho* (1982) e *Ainda estou aqui* (2015) são obras que cumprem a finalidade de não deixar que a memória do período militar seja esquecida, nem a memória do desaparecido político caia no esquecimento. Foi a partir dessas obras (auto) biográficas e das memórias da família Paiva, que essa pesquisa descobriu e analisou a história de Eunice Paiva, uma ativista das causas dos desaparecidos políticos e dos direitos indígenas. Percebeu-se, então, que para além de viúva ou de ex-esposa vítima da ditadura, Eunice foi o próprio ícone da ditadura, que enquanto viveu denunciou, contestou e lutou contra a ditadura.

Ao longo dessa pesquisa, a história dessa mulher, Eunice Paiva, foi narrada a partir de dois momentos: no primeiro, relatamos a sua trajetória de vida, o contexto socioeconômico e os caminhos percorridos na militância política. Na apresentação da personagem enfatizamos dois eixos temáticos: o primeiro foi “a busca pelo desaparecimento do seu marido”, que foi uma das principais lutas enfrentadas por Eunice Paiva. Ela começou a procurar Rubens Paiva, logo após deixar a sua prisão e desde então não cessou de cobrar das autoridades respostas e em especial, de apontar a responsabilidade do Estado. A luta de Eunice foi empreendida por mais de 30 anos, tendo investigado e colecionado informações para montar, peça por peça, um “quebra-cabeça” do fato, que só veio a se aproximar de um desfecho final entre os anos de 2012 a 2014, com os trabalhos de investigação da CNV, CEV e MPF.

O segundo momento deste trabalho, foi dedicado a conhecer Eunice, além da visão de Marcelo, a partir das memórias das filhas, Vera Sílvia Facciola Paiva, Maria Eliana Facciolla Paiva, Ana Lúcia Facciolla Paiva e Maria Beatriz Facciolla Paiva, reveladas por meio de diversas fontes fragmentadas, em especial, depoimentos ou entrevistas.

Desse modo, também se ousou pensar, nessa pesquisa, o desaparecimento do pai – Rubens Paiva – a partir das lembranças desses filhos, que tiveram todos os direitos negados pelo Estado repressor. Entre esses direitos, o direito de conviver e crescer com o pai, diante da morte dele; o direito à velar o corpo do pai, ao qual pudesse realizar os ritos fúnebres, de acordo com a crença da família, dando-lhe um sepultamento digno, e por último, o direito de viver o luto, após um longo período de exposição a informações truncadas ou ausentes e a dúvida permanente quanto à vida e/ou morte do pai.

As memórias das filhas foram, ainda, complementadas com a identificação e análise das representações do caso Rubens Paiva na mídia escrita e falada. Notamos que os veículos de comunicação por vezes contribuem para as investigações, não apenas neste caso como também de muitos outros, tornando-se uma importante fonte histórica. O seu poder de divulgação acaba expandindo não apenas a memória, mas também a história de determinados períodos, fazendo com que as novas gerações adquiram o conhecimento de outrora.

Todavia ao escrever suas memórias e se aceitarmos a fala de Marcelo, quando disse que não pôde contribuir para o fim do regime civil-militar, ainda assim, colocamos em relevância suas obras por informar e dar o seu testemunho daquela época tão conturbada. Nelas se destacam também, o caráter de denúncia da tortura praticada pelos órgãos de repressão, o confronto e a exigência de reconhecimento por parte do Estado brasileiro do crime cometido e ao mesmo tempo, traz um enaltecimento daqueles que lutaram pela

redemocratização. E ainda, mostra que em uma guerra não há vilão nem herói, apenas pessoas que acreditam em uma ideologia, lutam e podem até morrer por ela.

Assim, adentrar nesse universo memorialístico significou buscar conhecer a representatividade de uma militante, Eunice Paiva, que ofereceu grandes contribuições para a redemocratização do país. Ela lutou para se firmar como advogada, com especialidade em direitos humanos e em causa indígena. Lutou, ainda, por justiça e verdade enfrentando as forças opressoras de um regime endurecido, mas que até então seus feitos eram desconhecidos. Entender sua trajetória é compreender o papel da mulher na sociedade, a luta contra a ditadura, as mudanças pelas quais o Brasil passou e que suas marcas ainda repercutem no presente. Eunice nos alertou também, para a história de muitas mulheres que como ela foram personagens relevantes na construção da história desse país.

O tema sugere, ainda, muitas outras discussões e aprofundamentos, precisamente porque se trata de um tema atual e recorrente no campo da justiça. Indicamos para pesquisas futuras, pela sua relevância, a necessidade de ampliação das representações memorialísticas das filhas de Rubens Paiva, visando compreender de forma mais abrangente a história do casal e em particular, o modo de superação do trauma ao qual tiveram que enfrentar, ainda buscar os desdobramentos da memória percebendo que a pós-memória é contínua e tão preciso nos dias atuais. Espera-se ainda que este trabalho abra caminhos para pesquisas sobre o tema Rubens Paiva como esta tema/caso foi apropriado pelo cinema, artes, no meio cultural entre outros meios de comunicação. Diante do exposto acreditamos que o surgimento de novas pesquisas na área, não somente sobre a família Paiva, mas também sobre outras mulheres que por sua atuação política e intelectual se destacaram na luta por verdade e justiça e contribuíram para o fim da ditadura civil-militar brasileira, será enriquecedor para a historiografia.

## REFERÊNCIAS

### A - FONTE

#### Autobiografia principal

PAIVA, Marcelo Rubens. **Ainda estou aqui**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2015.

PAIVA, Marcelo Rubens. **Feliz ano velho**. São Paulo: Brasiliense, 1982.

#### Livro de memórias / outros

KUCINSKI, Bernardo. **K. – Relatos de uma busca**. São Paulo: Companhia das Letras, 2016.

LOBO, Amílcar. **A Hora do Lobo, a Hora do Carneiro**. Petrópolis, RJ. Ed. Vozes, 1989.

Livro on-line. BRASIL NUNCA MAIS. A Hora do Lobo, a Hora do Carneiro. Amílcar Lobo.

Disponível em:

<http://docvirt.com/Hotpage/Hotpage.aspx?bib=BibliotBNM&pagfis=13761&url=http://docvirt.com/docreader.net#>. Acesso em 22 jul. 2020.

PAIVA, Maria Eliana Facciolla. O testemunho do que eu sei, li, vi, ouvi, senti e pensei. *In*: Comissão Estadual da Verdade de São Paulo - Rubens Paiva. **Infância Roubada**. São Paulo, SP. [2015]. Disponível em: <http://comissaodaverdade.al.sp.gov.br/livros/infancia-roubada/?p=252>. Acesso em: 21 mar. 2019.

TAPAJÓS, Renato. **Em câmara lenta**. São Paulo: Alfa Omega, 1977.

TÉRCIO, Jason. **Rubens Paiva** – Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2013. (Série: perfis parlamentares; n. 67).

#### Documentação arquivista

**Acervo da Comissão Estadual da Verdade de São Paulo - Rubens Paiva. 2015 (acervo online).**

Carta de Maria Eunice Paiva ao Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana. 1971. Arquivo – 030. PDF. Disponível em: <http://comissaodaverdade.al.sp.gov.br/arquivos/documentos/030-carta-de-eunice-paiva-a-cddph-rubens-paiva-1>. Acesso em: 10 set. 2019.

Declaração de Maria Eunice Paiva ao Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana. Câmara dos Deputados. Brasília - DF, 13 de julho 1971. Arquivo – 015 PDF. Disponível em: <http://comissaodaverdade.al.sp.gov.br/arquivos/documentos/015-declaracao-de-eunice-paiva-ao-cddph-rubens-paiva>. Acesso em: 10 set. 2019.

Depoimento de Amílcar Lobo no Inquérito Policial nº [...] – DOPS/SR/DPF/RJ. Rio de Janeiro. 8 set. 1986. Arquivo – 022. Disponível em: <http://comissaodaverdade.al.sp.gov.br/arquivos/documentos/022-depoimento-de-amilcar-lobo-a-dpf-rubens-paiva>. Acesso em: 10 set. 2019.

Ocorrência RRC – Cap. Oficial de Operações. Rio de Janeiro, GB, ao DOI/I Ex. 22 Jan 1971. Arquivo – 40. Disponível em: <http://comissaodaverdade.al.sp.gov.br/arquivos/documentos/040-depoimento-de-raymundo-ronaldo-campos-a-dpf-rubens-paiva>. Acesso em: 10 set. 2019.

Termo de declarações Edson Medeiros ao MPF. Rio de Janeiro. 12 set, 2013. Arquivo – 016 PDF. Disponível em: <http://comissaodaverdade.al.sp.gov.br/arquivos/documentos/016-termo-de-declaracoes-edson-medeiros-rubens-paiva>. Acesso em: 10 set. 2019.

Termo de declarações de Marilene Corona Franco ao MPF. Rio de Janeiro. 24 de set de 2013. Arquivo – 013. Disponível em: <http://comissaodaverdade.al.sp.gov.br/arquivos/documentos/013-termo-de-declaracoes-de-marilene-corona-franco-a-mpf-rubens-paiva>. Acesso em: 10 set. 2019.

## Outros

BRASIL. Secretaria Especial dos Direitos Humanos. Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos. **Direito à verdade e à memória**: Brasília-DF. Disponível em: <https://cemdp.sdh.gov.br>. Acesso em: 10 jan. 2019.

BRASIL. Comissão Nacional da Verdade. **Relatório**. Brasília: CNV, v. 1, p. 976, 2014. – Recurso eletrônico. Disponível em: <http://cnv.memoriasreveladas.gov.br>. Acesso em: 10 set. 2019.

Carta de Eunice Paiva ao Presidente da República Emílio Garrastazu Médici, 22 mar.1971. In: TÉRCIO, Jason. **Rubens Paiva**. Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, – (série perfis parlamentares; n. 67). 2013, p. 218,219.

Comissão Nacional da Verdade. Relatório preliminar de pesquisa caso Rubens Paiva. 27 fev. 2014. In: Comissão Nacional da Verdade. **Relatório**. Brasília: CNV, v. 1, p. 976, 2014. – Recurso eletrônico. Disponível em: <http://cnv.memoriasreveladas.gov.br>. Acesso em: 10 set. 2019.

Defendam os pataxós – Notícias – **Povos Indígenas no Brasil**. Disponível em: [https://documentacao.socioambiental.org/noticias/anexo\\_noticia/29763\\_20150113\\_161902.pdf](https://documentacao.socioambiental.org/noticias/anexo_noticia/29763_20150113_161902.pdf). Acesso em 19 fev. 2019.

Instituto Sócio Ambiental. **Defendam os Pataxós**. São Paulo – SP. 18 abr.1984. Disponível em: [https://documentacao.socioambiental.org/noticias/anexo\\_noticia/35114\\_20160418\\_123514.pdf](https://documentacao.socioambiental.org/noticias/anexo_noticia/35114_20160418_123514.pdf). Acesso 19 mar. 2018.

Memórias da ditadura. **Acervo online da Comissão Nacional da Verdade**. Disponível em: <http://memoriasdaditadura.org.br>. Acesso em: 14 ago. 2019.

**Memorial da Democracia:** Disponível em: <http://www.memorialdademocracia.com.br/card/repressao-mata-rubens-paiva-e-monta-farsa>. Acesso: 19 mar. 2018.

Rio de Janeiro (Estado). Comissão Estadual da Verdade do Rio (CEV-Rio). **Relatório final** / Comissão da Verdade do Rio. Rio de Janeiro – RJ. 2015. 456 p. Disponível em: [http://memoriasreveladas.gov.br/administrator/components/com\\_simplefilemanager/upload/s/Rio/CEV-Rio-Relatorio-Final.pdf](http://memoriasreveladas.gov.br/administrator/components/com_simplefilemanager/upload/s/Rio/CEV-Rio-Relatorio-Final.pdf). Acesso em: 10 set. 2019.

SÃO PAULO (Estado). Comissão Estadual da Verdade do Estado de São Paulo – Rubens Paiva. **Acervo online.** Disponível em: <http://comissaodaverdade.al.sp.gov.br/arquivos?q=rubens+paiva>. Acesso em: 10 set. 2019

## Legislação

BRASIL. **Lei nº 9.140, de 04 de dezembro de 1995.** Lei dos desaparecidos políticos. Brasília-DF, 1995. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Leis/L9140.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9140.htm). Acesso em 13 mar. 2019.

BRASIL. **Lei 5.250, de 09 de fevereiro de 1967.** Lei de Imprensa. Brasília-DF, 1967. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L5250.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L5250.htm). Acesso 22 abr. 2020.

BRASIL. **Ato Institucional Nº 1, de 09 de abril de 1964.** Rio de Janeiro-GB, 1964. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/AIT/ait-01-64.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/AIT/ait-01-64.htm). Acesso em: 30 jan. 2019.

BRASIL, **Ato Institucional Nº 5, de 13 de dezembro de 1968.** Brasília-DF, 1968. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/AIT/ait-01-64.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/AIT/ait-01-64.htm). Acesso em: 30 jan. 2019.

BRASIL. Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República; Ministério da Justiça. **Decreto nº 7.037, de 21 de dezembro de 2009.** Programa Nacional de Direitos Humanos - PNDH-3. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2007-2010/2009/Decreto/D7037.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2009/Decreto/D7037.htm). Acesso 13 mar. 2019.

BRASIL. Comissão Nacional da Verdade. Capítulo 1 – A criação da Comissão Nacional da Verdade. **Relatório da CNV. Volume I. Parte I.** 10 dez. 2014. Disponível em: <http://cnv.memoriasreveladas.gov.br/>. Acesso em: 15 jan. 2020.

## Imprensa

MANDIM, Ana Maria. Morte de Rubens Paiva é reconhecida após 25 anos. **Folha de São Paulo.** 24 fev. 1996. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/1996/2/24/brasil/25.html>. Acesso em: 13 jul. 2018.



Folha de S. Paulo. **Debate na “Folha”**. São Paulo – SP. 18 abril 1984. Disponível em: [https://documentacao.socioambiental.org/noticias/anexo\\_noticia/35114\\_20160418\\_123514.pdf](https://documentacao.socioambiental.org/noticias/anexo_noticia/35114_20160418_123514.pdf). Acesso em: 19 mar. 2019.

SÃO PAULO. Viúva do deputado Rubens Paiva, Eunice morre aos 89 anos. **Folha de São Paulo**. Poder. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2018/12/viuvade-rubens-paiva-eunice-morre-aos-89-anos.shtml>. Acesso em: 23 jul. 2019.

NERY, Fernanda O. Natuza. Viúva do ex-deputado Rubens Paiva foi monitorada pela ditadura. **Folha de São Paulo**, Brasília, 29 out. 2013. Seção Poder. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2013/10/1363601-viuvade-rubens-paiva-foi-monitorada-pela-ditadura.shtml>. Acesso em: 13 jul. 2018.

GALI, Giuliano. Morre Eunice Paiva, protagonista na luta contra a ditadura. **Instituto Vladimir Herzog**. 13 dez. 2018. São Paulo - SP. Disponível em: <https://vladimirherzog.org/morre-eunice-paiva-protagonista-na-luta-contra-a-ditadura/>. Acesso em: 20 dez. 2018.

LEITE, Paulo Moreira. Eunice Paiva deixou grande exemplo de resistência. 2018. *In: Brasil 247*. 14 dez. 2018. Disponível em: <https://www.brasil247.com/pt/blog/paulomoreiraleite/377706/Eunice-Paiva-deixou-grande-exemplo-de-resist%C3%Aancia.htm>. Acesso em 20 dez. 2018.

**Memórias da Ditadura**. Disponível em: <http://memoriasdaditadura.org.br/mulheres/>. Acesso em: 30 jun. 2018.

GAÚCHAZH. Filha de Rubens Paiva chora ao receber documento histórico em cerimônia em Porto Alegre. **GAUCHAZH**. 27 nov. 2012. Disponível em: <https://gauchazh.clicrbs.com.br/geral/noticia/2012/11/filha-de-rubens-paiva-chora-ao-receber-documento-historico-em-cerimonia-em-porto-alegre-3964142.html>. Acesso em: 17 abr. 2020.

**Sites:**

SÃO PAULO (Estado). **Comissão da Verdade do Estado de São Paulo – Rubens Paiva**. Acervo online. Disponível em: <http://comissaodaverdade.al.sp.gov.br/>. Acesso em: 10 set. 2019.

**Comissão Pró-Índio de São Paulo** (CPI-SP). São Paulo – SP. Disponível em: <http://cpisp.org.br/quem-somos/historia-comissao-pro-indio-de-sp/>. Acesso em 11 set. 2019.

ZERO HORA. Caderno especial: Deputado Rubens Paiva ficou preso no DOI-Codi. **Issuu**, 27 mar. 2019. Disponível no endereço eletrônico: [https://issuu.com/gauchazh/docs/zh\\_-\\_p\\_ginas\\_-\\_completo](https://issuu.com/gauchazh/docs/zh_-_p_ginas_-_completo). Acesso em 03 nov. 2019.

Uma história Inacabada: o caso Rubens Paiva. Miriam Leitão; Cláudio Renato. Globonews. 01 mar. 2012. **Youtube**. Enviado por Hélder Leão, 02 abr. 2012. 50min10s. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=knXIVgklVCM>. Acesso em 12 nov. 2019.

FERRONI, Marcelo; SCHWARCZ, Luiz. Ainda estou aqui. **Blog da Companhia**. 10 ago. 2015. Disponível em: <http://historico.blogdacompanhia.com.br/tag/marcelo-rubens-paiva/>. Acesso em: 17 out. 2019.

Marcelo Rubens Paiva apresenta o livro "Ainda estou aqui". 24 ago. 2015. **Youtube**. Editora Objetiva. Categoria Entretenimento. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=lvM8viBxkrw>. Acesso em: 15 out. 2019.

Drauzio entrevista Marcelo Rubens Paiva. Set. 2015. **Youtube**. Dráuzio Varella. Categoria Ciência e Tecnologia. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=d62Q5liYNyI>. Acesso em: 15 out. 2019.

TV ESTADÃO. Entrevista com Marcelo Rubens Paiva. **Youtube**. João Paulo Carvalho. 01 de dez de 2016. Categoria Notícia e Política. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=TiwH7Rqiis8>. Acesso: 15 out. 2019.

Marcelo Rubens Paiva. Comissão da meia verdade. 20/11/2011. **Blog**. Disponível em: <https://cultura.estadao.com.br/blogs/marcelo-rubens-paiva/comissao-da-12-verdade/>. Acesso em: 15 jan. 2020.

O discurso que não foi lido. Por Vera Paiva. **Carta Maior**. Sessão Direitos Humanos 20 nov. 2011. Disponível em: <https://www.cartamaior.com.br/?/Editoria/Direitos-Humanos/O-discurso-que-nao-foi-lido/5/18074>. Acesso em: 15 jan. 2020.

Discurso do deputado Rubens Paiva (PTB - SP) na Rádio Nacional em apoio ao governo de João Goulart (01/04/1964). In: **Políticos brasileiros**. Disponível em: [https://youtu.be/FmYQ\\_kGruLg](https://youtu.be/FmYQ_kGruLg). Acesso em: 28 abr. 2020.

RBA - **Redebrasilatual**. Rubens Paiva é tema de exposição virtual. Por Xandra Stefanel. Seção cultura. 08 fev. 2015. Disponível em: <https://www.redebrasilatual.com.br/cultura/2015/02/desaparecido-politico-rubens-paiva-e-tema-de-exposicao-virtual-5887/>. Acesso em: 21 jul. 2020.

### **Entrevistas publicadas**

PAIVA, Vera Facciolla. Comissão Nacional da Verdade: passo importante no esclarecimento da verdade e da justiça entrevista com Vera Paiva. In: **Revista PUCSP. Ponto-e-vírgula**. N. 15, pp. 51-57. 2014. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/pontoevirgula/issue/view/1366>. Acesso 23 jan. 2019.

PAIVA, Marcelo Rubens. Nós não esquecemos. In: TELES, Janaína. (Org.). **Mortos e desaparecidos políticos: reparação ou impunidade?** 2. Ed. São Paulo: Humanitas, FFLCH/USP, 2001. P. 45-49.

RIBEIRO, Aline. Filhos de Rubens Paiva falam sobre o dia em que o pai não voltou. **Época**, 18 ago. 2015. Vida. Disponível em: <https://epoca.globo.com/vida/noticia/2015/08/filhos-de-rubens-paiva-falam-sobre-o-dia-em-que-o-pai-nao-voltou.html>. Acesso em: 24 de nov. 2019.

AMADO, Roberto. “Foi meu segredo”: Eliana Paiva, filha de Rubens Paiva, falou ao DCM sobre sua prisão aos 15 anos na ditadura. 29 de mar. 2019. **Portal IG**. Disponível em: <https://www.diariodocentrodomundo.com.br/foi-meu-segredo-eliana-paiva-filha-de-rubens-paiva-falou-ao-dcm-sobre-sua-prisao-aos-15-anos-na-ditadura/>. Acesso em: 09 jan. 2020.

FERREIRA, Christiane. História em silêncio. **Revista dia-a-dia**. Disponível em: <http://revistadiaadia.com.br/Noticia/7397/historia-em-silencio>. Acesso em 09 jan. 2020.

Família Paiva no Memorial da Resistência de São Paulo. In: **Revista Espaço Aberto**. Disponível em: <http://espaber.uspnet.usp.br/espaber/wp-content/uploads/2012/08/perfil-Arquivo-pessoal-300x201.jpg>. Acesso em 02 de jan. 2020.

## B - BIBLIOGRAFIA

ALBERTI, Verena. **Indivíduo e biografia na história oral**. Rio de Janeiro: CPDOC, 2000.

ALMEIDA, Maria Hermínia Tavares de; WEIS, Luiz. Carro-zero e pau-de-arara: o cotidiano da oposição de classe média ao regime militar. In: NOVAIS, Fernando A. (Coord. Geral da coleção); SCHWARCZ, Lilia Moritz (org.) – **História da vida privada no Brasil**: contraste da intimidade contemporânea. 4. Ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. P. 319 - 410.

ALVES, Márcio Moreira. **Torturas e torturados**. Ed. Empresa Jornalística PN, S.A. Rio de Janeiro, 1996.

ARQUIDIOCESE DE SÃO PAULO. **Brasil: Nunca Mais**. Prefácio de Dom Paulo Evaristo Arns. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.

ARAÚJO, Maria Paula. Anistia no Brasil: história e memória. In: **Justiça de transição: análises comparadas Brasil-Alemanha**. (Org.) Cornelius Prittwitz [et al.]; Antonio Martins [et al.]. Brasília: Ministério da Justiça, Comissão de Anistia, 2015. pp. 64-80. Disponível em: [https://www.justica.gov.br/central-de-conteudo/anistia/anexos/justica\\_transicao\\_analise\\_comparada\\_brasil\\_alemanha](https://www.justica.gov.br/central-de-conteudo/anistia/anexos/justica_transicao_analise_comparada_brasil_alemanha). Acesso 02 ago. 2020.

BADINTER, Elisabeth. **Um amor conquistado**: o mito do amor materno. Tradução: Walternsir Dutra. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.

BANDEIRA, Andréa. **Resistência Cor-de-rosa-choque**: militância feminina no Recife, nos anos 1960. Orientador: Lina Maria Brandão de Aras. 2012. Tese (Doutorado em História) - Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2012.

BORGES, Vavy Pacheco. Grandezas e misérias da biografia. In: **Fontes históricas**. (Org.) Carla Bassanezi Pinsky. 2. Ed. - São Paulo: Contexto, 2008.

BOSI, Alfredo. **Literatura e resistência**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

BOURDIEU, Pierre. A ilusão biográfica. *In*: AMADO, Janaína; FERREIRA, Marieta de Moraes. **Usos & abusos da História Oral**. Rio de Janeiro: FGV, 1998.

CARDOSO, Célia Costa. **O Estado de São Paulo sob os governos militares** (1963-1983). São Cristóvão - SE: Editora UFS, 2014.

CARDOSO, Célia Costa. **Movimento**: um jornal alternativo (1975-1981). São Cristóvão – SE: Editora UFS, 2017.

CARDOSO, Lucileide Costa. Construindo a memória do regime de 64. **Revista Brasileira de História Brasil**, 1954-1964. São Paulo, ANPUH-Marco Zero, v. 14, n. 27, 1994. Disponível em: [https://www.anpuh.org/revistabrasileira/view?ID\\_REVISTA\\_BRASILEIRA=16](https://www.anpuh.org/revistabrasileira/view?ID_REVISTA_BRASILEIRA=16). Acesso em: 08 out. 2019.

CARDOSO, Lucileide Costa. **Criações da Memória**: Defensores e críticos da ditadura (1964 -1985). Cruz das Almas/BA: UFRB, 2012.

CHARTIER, Roger. **A história cultural entre práticas e representações**. Trad. Maria Manuela Galhado. 2 ed. Lisboa: Difel, 2002.

DAL PIVA, Juliana Schwartz. **A construção da busca por Rubens Paiva**: um estudo de caso nas investigações sobre o desaparecimento do parlamentar. Orientador: Angela Moreira Domingues da Silva. 2016. Dissertação (Mestre em Bens Culturais e Projetos Sociais) - Fundação Getúlio Vargas- FGV. Rio de Janeiro, RJ. 2016.

DUARTE, Ana Rita Fonteles. **Memórias em disputa e jogos de gênero**: O Movimento Feminino pela Anistia no Ceará (1976-1979). Orientador: Joana Maria Pedro. 2009. Tese (Doutorado em História Cultural) - Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2009.

DUCCINE, Felipe Moreira Barbosa. **A luta pela Anistia na Bahia**: do Movimento Feminino pela Anistia ao Comitê Brasileiro pela Anistia (1975-1979). Orientador: Prof. Dr. Lucileide C. Cardoso. 2017. Dissertação (mestre em História Social). Universidade Federal da Bahia. Salvador. 2017.

FERREIRA, Mariana Rodrigues Festucci. **Eunice Paiva**: uma Antígona brasileira na defesa dos direitos humanos para além da *finda-linha*. *Analytica* - São João del-Rei - v. 7, n. 12 - janeiro/junho de 2018.

FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves. **O Brasil republicano**: o tempo da experiência democrática - da democratização de 1945 ao golpe civil militar de 1964. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

FERREIRA, Jorge. **A Legalidade traída**: os dias sombrios de agosto a setembro de 1961. *In*: Tempo, Rio de Janeiro, Vol. 2, n° 3, 1997, pp. 149-182.

FICO, Carlos. **Como eles agiam**. Os Subterrâneos da Ditadura Militar: espionagem e polícia política. Rio de Janeiro. Editora Record, 2001.

FRANCO, Renato. Literatura e Catástrofe no Brasil: anos 70. *In*: SELIGMANN-SILVA, Márcio (org.). **História, Memória, Literatura**: o testemunho na Era das Catástrofes. São Paulo: Editora da UNICAMP, 2003.

GASPARI, Elio. **A ditadura envergonhada**. As ilusões armadas. São Paulo: Cia. das Letras. 2002.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Vértice, 1990.

JOSÉ, Emiliano. **Galeria F**: Lembranças do Mar Cinzento: quarta parte: golpe, tortura, verdade. São Paulo: Editora Caros Amigos, 2012.

LE GOFF, Jacques. **História e memória**. Tradução Bernardo Leitão [et al.]—Campinas, SP Editora da Unicamp, 1990.

LEJEUNE, Philippe. Le pacte autobiographique. Paris, Seuil, 1975, pp.13-46. *In*: DOBARRO, Ángel Nogueira. **El pacto autobiográfico**. Anthropos, Barcelona, 1991, pp. 47-61. Trad. De Ángel G. Loureiro.

NAPOLITANO, Marcos. **1964**: História do Regime Militar Brasileiro. São Paulo: Contexto, 2014.

NORA, Pierre. **Entre a memória e a história: a problemática dos lugares**. Projeto História. São Paulo, n. 10, p. 7-28, dez. 1993.

PAIVA, Marcelo Rubens. **Não És Tu, Brasil**. Ed. Mandarim. 1996.

PAIVA, Marcelo Rubens. Nós não esquecemos. *In*: TELES, Janaína (org.). **Mortos e desaparecidos políticos: reparação ou impunidade?** 2. Ed. São Paulo: Humanitas, FFLCH/USP, 2001, p. 45-49.

PEREIRA, Lígia Maria Leite. **Algumas reflexões sobre histórias de vida, biografias e autobiografias**. III Encontro Regional Sudeste de História Oral, Mariana, 12 a 14 de maio de 1999.

POLLACK, Michael. **Memória, Esquecimento e Silêncio**. Revista Estudos Históricos, vol. 2, nº 3. Rio de Janeiro: FGV, 1989.

REIS, Débora Ataíde. **MEMÓRIA(S) MILITANTE(S): Narrativas Autobiográficas e Imagens de Resistência em Derlei Catarina De Luca (1966-1973)**. Orientadora: Prof. Dra. Lucileide Costa Cardoso. 2015. Dissertação (Mestrado - Programa de pós-graduação em História) - Universidade Federal da Bahia, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, 2015.

RICOEUR, Paul. **A memória, a história e o esquecimento**. Campinas, SP: Editora Unicamp, 2007.

ROCHA, Luzimary dos Santos. **Ditadura, Memória e Justiça: “revolução” e golpe de 1964 transitam no ciberespaço**. Orientadora: Célia Costa Cardoso. 2016. Dissertação (Mestrado – Programa de Pós-graduação em História) – Universidade Federal de Sergipe. São Cristóvão-SE, 2016.

ROLLEMBERG, Denise; QUADRAT, Samantha (org.). **A construção social dos regimes autoritários: Brasil e América Latina**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

SARLO, Beatriz. **Tempo passado: cultura da memória e guinada subjetiva**. Tradução Rosa Freire d’Aguiar. São Paulo: Companhia das Letras. Belo Horizonte. UFMG, 2007.

SÁ MOTTA, Rodrigo Patto. **As universidades e o regime militar**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editores, 2014.

SELIGMANN-SILVA, Márcio. A história como trauma. In: Arthur Nistrovski, Márcio Seligmann-Silva (orgs.). **Catástrofe e representação**: ensaios. São Paulo: Escuta, 2000. Pp 73-98.

SELIGMANN-SILVA, Márcio (org.). **História, Memória, Literatura**: o testemunho na Era das Catástrofes. São Paulo: Editora da UNICAMP, 2003.

SELIGMANN-SILVA, Márcio. **Desarquivando a ditadura**: Memória e Justiça no Brasil. Editora Hucitec. Janaina Teles, Edson Teles e Cecília MacDowell Santos (orgs.). 2007.

SELIGMANN-SILVA, Márcio. Narrativas contra o silêncio: cinema e ditadura no Brasil. In: SELIGMANN-SILVA, et. al. (Org.). **Escritas da violência**: representações da violência na história e na cultura contemporâneas da América Latina. V. 2. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2012. p. 65-85.

SCHWARCZ, Lilia Moritz; STARLING, Heloisa Murgel. **Brasil: uma biografia**. São Paulo: companhia das letras, 2015.

TELES, Janaína de Almeida. **Os testemunhos e as lutas dos familiares de mortos e desaparecidos políticos no Brasil**. IEVE/Imprensa Oficial, São Paulo, 2013.

TELES, Janaína de Almeida. Entre o luto e a melancolia: a luta dos familiares de mortos e desaparecidos políticos no Brasil. In: **Desarquivando a ditadura**: a memória e justiça no Brasil, volume I / Cecília MacDowell Santos, Edson Teles, Janaína de Almeida Teles (org.). – São Paulo: Aderaldo & Rothschild Editores, 2009.

WHITE, Hayden. O texto histórico como artefato literário. In: **Trópicos do discurso**. Ensaio sobre a crítica da cultura. São Paulo: Edusp, 2001.